



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA

ELTON SILVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO E
SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso
de Itacaré – Bahia**

**ILHÉUS – BAHIA
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

ELTON SILVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO E
SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso
de Itacaré – Bahia**

Dissertação apresentada, para obtenção do título de Mestre em Cultura e Turismo, à Universidade Estadual de Santa Cruz e à Universidade Federal da Bahia.

Área de Concentração: Cultura, Economia, Meio Ambiente e Turismo

Orientador: Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata

Co-Orientadora: Profa. Dra. Odaléia Telles M. M. Queiroz

**ILHÉUS – BAHIA
2008**

- O48 Oliveira, Elton Silva.
Impactos socioambientais e econômicos do turismo e suas repercussões no desenvolvimento local : o caso de Itacaré – Bahia / Elton Silva Oliveira. – Ilhéus, BA : UESC, 2008.
153 f. : il. ; anexos.
- Orientador : Henrique Tomé da Costa Mata.
Co-Orientadora : Odaléia Telles M. M. Queiroz.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz / Universidade Federal da Bahia.
Inclui bibliografia e apêndice.
1. Turismo – Itacaré (BA). 2. Turismo – Aspectos sociais – Itacaré. (BA). 3. Turismo – Aspectos econômicos – Itacaré (BA). 4. Cultura. 5. Desenvolvimento sustentável. 6. Impacto ambiental. I. Título.

CDD 338.47918142

ELTON SILVA OLIVEIRA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO E
SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso
de Itacaré – Bahia**

Ilhéus (BA), 01 de setembro de 2008.

Prof. Dr. Henrique Tomé da Costa Mata
Universidade Federal da Bahia – UFBA
(Orientador)

Profa. Dra. Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz
Universidade de São Paulo – USP
(Co-Orientadora)

Prof. Dr. Marco Aurélio Ávila
Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
(Examinador)

Aos meus pais e a minha família, que estiveram sempre presentes em minhas vitórias, dedico.

AGRADECIMENTOS

Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhado, sem aprender a refazer, a retocar o sonho pelo qual a gente se pôs a caminhar. Ao término desta grande etapa, é hora de agradecer a todos que direta ou indiretamente tiveram sua contribuição.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, que é a causa maior da minha existência. Por continuar me dando mais do que mereço; pela força espiritual e material que me foi concedida neste período de mestrado. Também, pela abertura de portas e caminhos antes inexistentes, as quais em seu infinito poder, do nada trouxe a existência.

Aos meus pais, Edson Alves de Oliveira e Marlene Aguiar Silva de Oliveira, exemplos de vida, arquétipos de honestidade, de amor e perseverança, o meu mais sincero obrigado.

A minha irmã Márcia Silva Oliveira e ao meu sobrinho Raphael Oliveira Valente, esta vitória é nossa!!!

Ao meu amigo e primo Erivaldo Assis de Magalhães pelo seu apoio.

Ao meu Orientador Henrique Tomé da Costa Mata e a minha Co-Orientadora Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, pelas suas competentes orientações e que pacientemente me ajudaram a formatar este trabalho.

Aos colegas do Núcleo Temático de Turismo para o Desenvolvimento Regional da UESC, representados por Aline Conceição Souza, Carla Regina Ferreira Freire Guimarães, Cristiane Aparecida de Cerqueira e a minha mais nova amiga Moema Maria Cartibani Midlej e Samuel Leandro Mattos, pelos apoios.

Aos colegas do Mestrado em Cultura e Turismo e do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – PRODEMA.

À Coordenação do Mestrado, nas pessoas dos professores Marco Aurélio Ávila e Sandra Sacramento.

Agradeço à FAPESB, pela bolsa de estudos e financiamento concedido.

À Câmara de Vereadores e a Prefeitura do Município de Itacaré – Bahia, pelo apoio concedido.

Aos membros da ONG SOS-Itacaré, pelo apoio, incentivo e inspiração.

À Brenda e Ingrid, funcionárias do colegiado, pela atenção e ajuda constante.

Aos entrevistados, pela disposição em contribuir para a pesquisa.

“A esperança tem duas filhas lindas, a indignação e a coragem;
a indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão;
a coragem, a mudá-las”.

(Santo Agostinho).

SUMÁRIO

		Página
	Resumo.....	ix
	Abstrat.....	x
	LISTA DE FIGURAS.....	xi
	LISTA DE TABELAS.....	xiii
1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
2	CULTURA, TURISMO, ECONOMIA & MEIO AMBIENTE: uma abordagem interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar.....	21
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	27
3.1	Impactos ambientais do turismo.....	34
3.2	Impactos econômicos do turismo na comunidade.....	42
3.3	Impactos culturais do turismo na comunidade.....	43
3.4	Impactos sociais do turismo na comunidade.....	44
4	ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	51
4.1	O <i>locus</i> da análise.....	51
4.2	Procedimentos metodológicos.....	51
4.3	Categorias de análise e variáveis da pesquisa.....	54
5	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	57
5.1	Abordagem dos impactos sócio-ambientais e culturais.....	57
5.2	Análise dos impactos econômicos.....	60
5.3	Análise da percepção dos atores do turismo e da população do município de Itacaré – Bahia em relação à cultura, economia, meio ambiente e turismo.....	63
5.3.1	Análise da percepção dos atores do turismo em relação à cultura, economia, meio ambiente e ao turismo.....	64
5.3.2	Análise da percepção da comunidade local em relação à cultura, economia, meio ambiente e ao turismo.....	79
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	95
	REFERÊNCIAS.....	100
	APÊNDICE.....	106
	ANEXOS.....	118

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS E ECONÔMICOS DO TURISMO E SUAS REPERCUSSÕES NO DESENVOLVIMENTO LOCAL: o caso de Itacaré – Bahia

RESUMO

Na Bahia, nordeste brasileiro, o turismo tem se revelado uma alternativa atraente para o desenvolvimento econômico da região Costa do Cacau e, destacadamente para o Município de Itacaré, que desponta na preferência dos turistas que freqüentam o Sul do Estado. O propósito do presente trabalho é efetuar um estudo das repercussões da atividade turística no desenvolvimento local. O município de Itacaré foi selecionado para o presente estudo, pois, atualmente, recebe o maior fluxo de turistas e de investimentos para construção de meios de hospedagem do tipo *resort* dentro da Costa do Cacau. Trata-se de uma pesquisa exploratória, quali-quantitativa e documental, recorrendo-se, para tal, aos dados primários e secundários existentes nos organismos públicos e privados, além de consultas a artigos, dissertações, teses, entre outros. Os resultados obtidos por esta pesquisa revelam que devido à falta de planejamento, o turismo tem gerado neste núcleo receptor, as seguintes externalidades: crescimento desordenado, degradação ambiental, especulação imobiliária e ocupação urbana desordenada (favelas).

Palavras-chave: turismo; cultura; economia; desenvolvimento local; impactos sócio-ambientais.

THE SOCIAL AND AMBIENT IMPACTS AND ECONOMIC IMPACTS OF THE TOURISM AND ITS REPERCUSSIONS IN THE LOCAL DEVELOPMENT: the case of the Itacaré - Bahia

ABSTRACT

In the Bahia, Brazilian northeast, the tourism if has disclosed to an attractive alternative for the economic development of the region Coast of the Cacao and, prominence for the city of Itacaré, that it blunts in the preference of the tourists who frequent the South of the State. The intention of the present work is to effect a study of the repercussions of the tourist activity in the local development. The city of Itacaré was selected for the present study, therefore, currently, it inside receives the biggest flow from tourist and investments for construction of ways of lodging it resort type of the Coast it Cacao. One is about a Exploratory research, quali-quantitative and documentary, appealing itself, for such, to the primary data and existing secondary in the public and private organisms, beyond consultations the articles, papers, theses, among others. The results gotten by this research disclose that due the planning lack, the tourism has generated in this receiving nucleus, the following negative impacts: disordered growth, ambient degradation, real estate speculation and disordered urban occupation (shanty town).

Key-words: tourism; culture, economy, local development; social and environmental impacts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de localização do Município de Itacaré – Bahia.....	52
Figura 2	O turismo aumentou as opções de recreação na cidade (2007).....	65
Figura 3	O turismo contribui para o congestionamento das praias de outros atrativos, Itacaré, Bahia (2007).....	66
Figura 4	Fechamento de acesso à praia e cobrança de taxa por particular (2007).....	67
Figura 5	Instalação de cerca na Praia da Engenhoca (2007).....	70
Figura 6	O turismo aumentou a violência, a prostituição e o tráfico de drogas (2007).....	73
Figura 7	O turismo causa prejuízos ao meio ambiente (2007).....	74
Figura 8	O lixo a céu aberto obstrui vias de acesso e impede o trânsito normal dos moradores em Itacaré (2007).....	74
Figura 9	O turismo aumentou a oferta de produtos e serviços (2007).....	75
Figura 10	Como avalia atualmente a economia do município de Itacaré, Bahia (2007).....	76
Figura 11	O turismo aumento o custo de vida e em geral, Itacaré, Bahia (2007).....	77
Figura 12	Qual área do município necessita de mais investimentos, Itacaré, Bahia (2007).....	78
Figura 13	Esgoto contaminando a Praia da Coroinha, no Centro de Itacaré, Bahia (2007).....	78
Figura 14	Como você avalia o turismo, levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar no município de Itacaré, Bahia (2007).....	79
Figura 15	Localização da residência no município de Itacaré, Bahia (2007).....	80
Figura 16	Naturalidade (2007).....	80
Figura 17	Condições de uso residencial da população, Itacaré, Bahia (2007)....	81
Figura 18	Sexo da população, Itacaré, Bahia (2007).....	82
Figura 19	Renda média familiar, Itacaré, Bahia (2007).....	83
Figura 20	Grau de escolaridade, Itacaré, Bahia (2007).....	83
Figura 21	Ocupação atual, Itacaré, Bahia (2007).....	84
Figura 22	Setor da economia, Itacaré, Bahia (2007).....	85
Figura 23	Já teve contato com turistas, Itacaré, Bahia (2007).....	85
Figura 24	O turismo tem provocado alterações na cultura local, Itacaré, Bahia (2007).....	86
Figura 25	O turismo aumentou a recreação em Itacaré, Bahia (2007).....	87
Figura 26	O turismo congestionou as praias e outros atrativos em Itacaré, Bahia (2007).....	87

Figura 27	Com o turismo o acesso às praias foram fechados e passou a ser cobrada taxa por particular em Itacaré, Bahia (2007).....	88
Figura 28	O turismo contribuiu para o aumento da violência, da prostituição e do tráfico de drogas em Itacaré, Bahia (2007).....	89
Figura 29	O turismo causa prejuízo para o meio ambiente em Itacaré, Bahia (2007).....	90
Figura 30	Com o turismo houve o aumento da oferta de produtos e serviços em Itacaré, Bahia (2007).....	90
Figura 31	Qual a avaliação atual da economia em Itacaré, Bahia (2007).....	91
Figura 32	O turismo contribuiu para o aumento do poder de compra, da renda e da oferta de emprego em Itacaré, Bahia (2007).....	92
Figura 33	O turismo contribuiu para o aumento do custo de vida e dos preços em geral em Itacaré, Bahia (2007).....	93
Figura 34	Qual é a área do município de Itacaré, Bahia, que necessita de mais investimentos (2007).....	93
Figura 35	Como você avalia o turismo, levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar no município de Itacaré, Bahia (2007)	94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Produto Interno Bruto de Itacaré – BA, período 2001 a 2002, em R\$.....	62
Tabela 2	Relação dos atores pesquisados por tipo de atividade, Itacaré, Bahia, 2007 (Em %).....	65
Tabela 3	O turismo aumentou a renda o poder de compra e a oferta de emprego Itacaré - Bahia (2007).....	76
Tabela 4	Tempo de moradia dos entrevistados no município de Itacaré – Bahia, 2007 (em %)......	81

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta dissertação é produto de uma investigação realizada nas áreas de Cultura, Economia, Meio Ambiente e Turismo junto ao Mestrado em Cultura e Turismo, um Programa da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em conjunto com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), na Linha de Pesquisa “B”: Políticas, Planejamento e Configurações de Produtos e Serviços Turísticos.

Grande volume de estudos em matéria de turismo apresenta um caráter interdisciplinar, embora com abordagens gerais no âmbito das ciências econômicas. Esses estudos analisam o crescimento e a dinâmica de recursos a partir do que vem sendo designado de “indústria” do turismo, ou seja, dos negócios turísticos. O turismo consiste no deslocamento de pessoas que, por diversas motivações, deixam temporariamente seu lugar de residência, visitando outros lugares, utilizando uma série de equipamentos e serviços especialmente implementados para esse tipo de visitação. A atividade dos turistas acontece durante o deslocamento e a permanência fora da sua residência. Os negócios turísticos são os realizados nos equipamentos ou durante a prestação de serviços que os turistas utilizam na preparação e na execução da sua atividade (BARRETTO, 2003).

Segundo a mesma autora, tais negócios começam no local de origem, quando os turistas se dirigem a uma agência de viagens ou a uma companhia transportadora para comprar um pacote turístico ou uma passagem, continuam quando chegam ao local de destino e utilizam transporte local, acomodações, serviços de alimentação, rede de diversões, lojas de souvenirs etc. e ainda quando retornam para casa e levam seus filmes para revelação na loja do bairro.

O turismo, portanto, é um ato praticado por pessoas que realizam uma atividade específica de lazer, fora das suas respectivas cidades e utilizam, para atingir seus objetivos, de equipamentos e serviços cuja prestação constitui um negócio. Assim sendo, o negócio é apenas uma parte do fenômeno turístico e

analisá-lo somente do ponto de vista econômico, desconsiderando a sua dimensão antropológica, enxergando os turistas não como pessoas, mas como simples portadores de dinheiro, certamente configura-se uma análise parcial do fenômeno. Ao mesmo tempo, tratar o turismo somente a partir da dimensão sócio-ambiental também pode constituir-se numa visão romântica deslocada das atuais condições históricas (Op.cit., 2003).

No contexto do atual processo de globalização econômica, o turismo – que entre 1950 e 1990 cresceu em torno dos 7% ao ano (OMT¹, 2003) – tornou-se uma fonte de renda e, não raro, o setor mais competitivo na captação de financiamentos internos e externos nas economias nacional e internacional. Se o produto total do turismo representasse a economia total de um país, esse país seria a terceira potência econômica do mundo, situando-se somente atrás dos Estados Unidos e do Japão. Uma explicação para este crescimento se deve ao fato de o turismo ser uma atividade econômica de múltiplos componentes e enfoques, da qual muitas partes estão intrinsecamente associadas direta e indiretamente aos outros setores da economia, tais como, aviação, transporte rodoviário, marítimo e fluvial, lojas de *souvenirs*, *stands* de concessionárias, restaurantes e bares, casas noturnas, parques temáticos, serviço de hotéis, agências de viagens e operadoras turísticas, entre aproximadamente outros cinqüenta itens da economia, tornando-o a grande geradora de empregos e renda e estimulando os investimentos internacionais (MOESCH, 2002).

É importante ressaltar que o turismo está entre as quatro atividades econômicas mais importantes do mundo e, atualmente, detém os mais elevados índices de crescimento em nível global, respondendo por aproximadamente 10% do PIB mundial. Esta dimensão econômica representa um volume total de investimentos em bens de capitais superior a US\$ 766 bilhões com novas instalações, equipamentos e infra-estruturas. A OMT, por sua vez, prevê um crescimento no setor entre 4% a 5% ao ano, podendo atingir cifras de 6,7% no ano de 2020, enquanto se estima para a economia mundial um crescimento inferior a 3% no mesmo período (BARTELÓ, 2000).

No Brasil o turismo também é um dos mais relevantes setores da atividade econômica. Vem sendo tomado como uma alternativa na geração de renda e

¹ Organização Mundial do Turismo.

emprego, e também na vertente distributiva e auxiliar no combate à pobreza, em termos de comparação com as outras atividades dinâmicas da economia. A contribuição do turismo para a geração de riquezas e melhoria do bem-estar dos povos pode ser sentida de múltiplas maneiras, a saber, na geração de emprego; distribuição e circulação de renda; transferência de recursos de regiões mais ricas para regiões menos favorecidas, naquilo que designa na economia, como efeito convergência; nos investimentos e inovações tecnológicas; no desenvolvimento de infra-estruturas coletivas; na preservação do ambiente e recuperação do patrimônio histórico e cultural; nas oportunidades de desenvolvimento; e nas necessidades dos viajantes. Esses efeitos interagem em diversos domínios da sociedade e, de maneira geral, envolvem de forma sinérgica os ambientes: cultural, ecológico, econômico, político e social.

O setor turístico no país vem atraindo de modo progressivo a atenção dos governantes e demais autoridades responsáveis pelo planejamento de políticas públicas, por se tratar de um setor com vocação potencial para a geração de emprego, renda e desenvolvimento sócio-econômico, principalmente para muitas comunidades receptoras mais desfavorecidas, cujas orientações de políticas econômicas merecem maior atenção do setor público.

No que tange à região Nordeste do Brasil, ela apresenta um bom potencial de desenvolvimento no âmbito do turismo, entre outros fatores, por causa da competitividade de seu litoral em termos de captação dos investimentos.

Quanto ao Estado da Bahia, observa-se um grande número de estudos, pesquisas e projetos realizados em nível do governo estadual e destinados ao desenvolvimento do setor turístico, visando o melhor aproveitamento de suas potencialidades culturais, históricas, naturais e redefinindo o espaço territorial baiano com base no desenvolvimento do turismo.

Face ao crescente investimento na infra-estrutura e construção e na modernização de equipamentos efetuados pelo Governo do Estado, adotando uma política intensiva para a projeção do Estado internamente e no exterior, o turismo alcançou, no ano de 2000, uma receita total de US\$ 856,7 milhões, correspondendo a 6,2% do PIB baiano (BARTELÓ, op. cit.). Merecem destaque, ainda, os investimentos oriundos da iniciativa privada, sobretudo aqueles no âmbito da implantação e expansão da rede hoteleira, com ênfase para os meios de hospedagem do tipo *Resort* (BONFIM, 2001).

No atual cenário baiano, os investimentos públicos e privados representam grande efeito indutor na economia estadual, por garantir a criação de empregos, multiplicação do número de empresas e, principalmente, a indução na renda (BARTELÓ, op. cit.).

Uma importante fonte dos investimentos setoriais externos é proveniente de agentes econômicos espanhóis e portugueses que representam cifras da ordem de 1 bilhão de Reais, destinados a construção de *Resorts* localizados ao longo das Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Cacau e Costa do Descobrimento, com a perspectiva de que estejam em funcionamento até setembro de 2007 (BAHIATURSA², 2005).

Situado na Costa do Cacau, o município de Itacaré encontra-se no seu terceiro ciclo de desenvolvimento: depois do descobrimento, a cana-de-açúcar representou a cultura predominante nas áreas da floresta atlântica desmatadas no processo da extração do pau-brasil; num segundo momento histórico, a estrutura produtiva passou a ser representada pela monocultura cacaeira; atualmente o turismo caracteriza o terceiro ciclo (DOLIS, 2004).

A região da Costa do Cacau localiza-se na microrregião litoral sul do Estado da Bahia, compreendendo os municípios de Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Santa Luzia, Una e Uruçuca, e agregando, a partir de 2004, o município de Itabuna. Nesta região, o turismo teve a sua alavancagem a partir dos investimentos internos e externos. Nos últimos anos, a oferta de serviços e infra-estrutura cresceu na proporção de demanda de alta estação. Os turistas são atraídos para verdadeiros santuários ecológicos tropicais: dezenas de quilômetros de praias, com densos coqueirais, que se unem à variedade da vegetação, desde a Mata Atlântica nativa às extensas áreas de manguezais e fazendas de cacau (ibidem). Tais atrativos promovem, além do turismo tradicional, o turismo ecológico.

O ecoturismo é uma viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da comunidade local e a satisfação do turismo. Porém, sob a égide do ecoturismo, vem se praticando uma inadequada interpretação do conceito de ecoturismo. Muitas localidades são divulgadas devido ao potencial ecoturístico, embora a atividade praticada não seja caracterizada como tal (LINDIBERG; HAWKINS, 1999).

² Órgão Oficial de Turismo do Estado da Bahia.

Dentro da sua essência, a atividade ecoturística deve se desenvolver respeitando critérios sócio-ambientais que deverão conduzir à sustentabilidade do turismo como uma atividade econômica e social; porém, o que vem se observando na prática em algumas localidades é a distorção deste conceito ou a apropriação de roteiros ecoturísticos por outras modalidades de turismo, ou seja, a exploração dos ambientes naturais pelo turismo sem nenhum respeito aos critérios da sustentabilidade do ecoturismo. Assim, há uma distorção da realidade social local, que nem sempre usufrui dos benefícios do turismo ou do ecoturismo. Há necessidade de se ter uma gestão responsável e sustentada dos recursos naturais locais, respeitando-se a identidade cultural da comunidade nativa.

O Brasil, com suas dimensões continentais e situação geográfica privilegiada, tem sido alvo de invasões externas, seja de empresas multilaterais, seja de outros países desenvolvidos, a utilizar seus patrimônios sócio-cultural e natural.

O município de Itacaré apresenta um quadro exemplar nessa controvérsia. Trata-se de um destino que se destaca por seu potencial ecoturístico, e que, após a pavimentação rodoviária, em 1998, da Estrada Parque BA-001, que o liga a Ilhéus, foi exposto a um intenso fluxo de turistas e migrantes que buscavam oportunidades nesta nova opção sócio-econômica. Entretanto, o despreparo para receber um grande contingente de pessoas se expressa na sua precária infra-estrutura e na ausência de um planejamento técnico-científico em níveis sócio-ambiental, econômico e cultural.

Nesse contexto, identifica-se Itacaré como uma unidade com grande potencial ecoturístico, e com problemas sociais locais que se agravam em função do grande crescimento demográfico acelerado decorrente da atividade. Inicialmente, o turismo no município se apresentou como uma alternativa atraente para o desenvolvimento, resultando em benefícios à comunidade local³. A partir do rápido crescimento da atividade, e por falta de planejamento adequado nos setores da infra-estrutura e recursos humanos, o turismo como uma “indústria de várias chaminés” vem revelando as suas outras faces neste núcleo receptor, como o aumento da violência, a degradação ambiental, especulação imobiliária, importação e conseqüente vazamento da renda, inflação, ocupação desordenada do espaço urbano, aumento dos índices de prostituição, do tráfico de drogas e substancial aumento da violência.

³ A palavra comunidade local será utilizada nesse trabalho como grupo de pessoas que habitam uma localidade particular, em um espaço geográfico restrito.

O problema da pesquisa iniciou-se com os seguintes questionamentos: A ausência de planejamento na atividade turística em curso no Município de Itacaré – Bahia e a falta de políticas públicas de médio e longo prazo, tem gerado impactos negativos sobre a comunidade local, cultura, economia e meio ambiente? Como ocorrem os impactos sócio-ambientais, culturais e econômicos e quais são as suas implicações no desenvolvimento local? Quais são os benefícios e prejuízos advindos do desenvolvimento turístico local na percepção dos atores locais?

A importância da pesquisa prende-se à necessidade de se desenvolver de maneira técnica e científica estudos sobre as restrições estruturais inerentes ao processo de desenvolvimento do turismo no Município de Itacaré – BA. Há necessidade desse conhecimento da comunidade local, para a tomada de decisão e gestão tendo em vista a mitigação dos impactos negativos, pois fora do controle os atrativos degeneram, ocorre a perda de identidade e conseqüentemente prejuízos a própria atividade econômica.

Como objetivo geral buscou-se investigar e analisar as repercussões do turismo no desenvolvimento do Município de Itacaré. E como objetivos específicos, caracterizar o *locus* da análise, realizar uma avaliação dos impactos sócio-ambientais, econômicos e culturais gerados pela atividade turística, segundo a percepção dos atores do turismo e da comunidade local, através da realização de entrevistas estruturadas (aplicação de questionários). Trata-se de uma análise exploratória, quali-quantitativa e documental.

O trabalho está dividido em seis seções. A primeira, considerações iniciais. Na segunda, apresenta-se discussões sobre cultura, turismo, economia e meio ambiente, além das abordagens interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar (REJOWSKI, 1996; MOESCH, 2002; SCHLÜTER, 2003) entre outros autores.

Na terceira, apresenta-se a fundamentação teórica da pesquisa, com discussões sobre os impactos na comunidade receptora (SCHEYVES, 1999; BACAL, 2004; WITTMANN, 2004). Em seguida, expõe-se abordagens, conceitos e métodos de avaliação dos impactos sócio-ambientais, econômicos e culturais relacionados à atividade turística (SMITH, 1989; YÁZIGI, 1998; TOUSAN, 2000; FLETCHER, 2001; COOPER, 2001; FARIA & CARNEIRO; LEMOS, 2001; CRUZ, 2001; KRIPPENDORFF, 2001; MITCHELL & REID, 2001; RODRIGUES, 2001; RUSCHMANN, 2001; SEABRA, 2001; PIRES, 2001; HARDY, BEETON & PERSON,

2002; KINKER, 2002; ROSE, 2002; COSTA, 2002; CORIOLANO, 2002; GURSOY, 2002; DIAS, 2003; SEABRA, 2003; MARINHO & BRUHNS, 2003; BENI, 2006).

Na quarta, apresenta-se o *locus* da análise, os procedimentos metodológicos realizados, o tamanho da amostra e da população pesquisada, o tipo de análise desenvolvida, conceituações e categorias de análise e variáveis de pesquisa (MANN, 1970; BECKER, 1999; THIOLENTT, 1997; CERVO & BERVIAN, 2002; OMT, 2005; IBGE, 2008).

Na quinta, apresenta-se os resultados e discussões, que estão organizados na seguinte ordem: a abordagem dos impactos sócio-ambientais e culturais, análise dos impactos econômicos, análise da percepção dos atores e da comunidade local em relação à cultura, economia, meio ambiente e ao turismo, aqui abrimos espaços para que os entrevistados possam registrar suas impressões e apontem sugestões para um melhor desenvolvimento do turismo no Município de Itacaré – Bahia.

E, na sexta seção, as considerações finais e recomendações. Os resultados apontam para a predominância dos impactos negativos, a saber: crescimento desordenado, explosão demográfica, degradação ambiental, especulação imobiliária, exclusão da população nativa, importação de mão-de-obra qualificada e de produtos e serviços para atender exclusivamente aos meios de hospedagem, privatização das praias, mudança de hábitos e significativas alterações na cultura secular face à instalação de complexos turísticos que pertencem aos grupos estrangeiros, ocupação desordenada dos espaços urbanos (favelas), prostituição, tráfico de drogas e vazamento da renda.

2 CULTURA, TURISMO, ECONOMIA & MEIO AMBIENTE: uma abordagem interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar⁴

Não obstante a importância adquirida pelo turismo no mundo considerá-lo como objeto de estudo é um fenômeno relativamente recente. Vera e Jafari coincidem na opinião de que as primeiras abordagens do turismo no âmbito acadêmico enfatizam os aspectos econômicos. Ascanio ressalta o caráter interdisciplinar do turismo e acentua que seu estudo surgiu das humanidades e das ciências sociais como a economia, a sociologia, a antropologia e a geografia, entre outras (SCHLÜTER, 2003, p.17).

A produção do saber turístico de modo geral, e de modo específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor empresarial e menos da academia, sejam universidades e/ou faculdades, públicas e privadas. O saber turístico assim produzido é reduzido às informações e sistemáticas sobre o seu setor produtivo. Este contexto permite delinear a hipótese de que o saber-turístico é um fazer-saber, não existindo saber além daquele que resulta de um fazer-saber (MOESH, 2002, p.13).

A pequena produção acadêmica, no Brasil, exemplifica essa assertiva: em 17 anos, apenas 55 dissertações e teses foram elaboradas, tendo o turismo como objeto. Um número insuficiente para construir uma linha de pesquisa substancial, na sustentação de uma teoria do turismo, ou seja, no desenvolvimento de um corpo teórico (REJOWSKI, 1996).

⁴ A *interdisciplinaridade* é quando um problema qualquer é investigado simultaneamente de diferentes lados para considerar aspectos diversos ao mesmo tempo. Já o termo *multidisciplinar* é utilizado quando cada uma das disciplinas envolvidas usa seus próprios conceitos e métodos para abordar um determinado tema, ou seja, apenas o objeto da pesquisa é o mesmo. Tais conceitos podem ser explicados mediante uma graduação na esfera da coordenação e cooperação entre as disciplinas (...), [sendo a *transdisciplinaridade*] o estado ideal para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em uma área interdisciplinar como o turismo. Sobre o assunto consultar Rejowski, (1996), Moesch, (2002) e Schlüter (2003). O Programa de Mestrado em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) em convênio com a Universidade Federal do Estado da Bahia (UFBA) se insere no contexto de *interdisciplinaridade*, *multidisciplinaridade* e *transdisciplinaridade*.

A diversidade dos tipos de estudos efetuados na área espelha a interdisciplinaridade do seu objeto. Paradoxalmente, há que reconhecer nos estudos já publicados, o tratamento reducionista dado ao objeto turístico. Boa parte destas análises ora enfoca sob a égide economicista como uma atividade apenas econômica, ora sob a ótica sistêmica, tratando-o como um sub-sistema. Tanto numa análise como na outra, o enfoque parte de uma premissa determinista, o que equivale a dizer que o turismo é analisado, na maioria dos trabalhos, sob os cânones da especialização de cada disciplina que o constitui – economia, antropologia, geografia, planejamento, administração, marketing, sociologia, comunicação, entre outras. Conseqüentemente, os estudos são fragmentados, desarticulados, unilaterais e com insuficiência metodológica, apresentando, salvo exceções pontuais, ausência de um espírito crítico passível de autonomia intelectual, que possibilite a construção de um corpo teórico (MOESCH, 2002, p.13).

Grande volume de estudos em matéria de turismo apresenta um caráter interdisciplinar, embora com abordagens gerais no âmbito das ciências econômicas. Esses estudos analisam o crescimento e a dinâmica de recursos a partir do que vem sendo designado de “indústria do turismo”, ou seja, dos negócios turísticos (BARRETTO, 2003).

Em função da sua importância econômica em termos globais, regionais e locais, as primeiras investidas teóricas sobre o tema foram dos economistas. A atividade turística passou a ser encarada como agente do entendimento internacional e como alternativa capaz de promover a superação da condição de pobreza e dependência dos países subdesenvolvidos diante das economias centrais (BANDUCCI JR., 2001, p.24).

A literatura econômica sobre turismo vem focalizando seus estudos na esfera dos impactos, e, principalmente, os positivos. Em maior incidência e para efeitos ilustrativos, são citados os impactos econômicos como os que seguem: na balança de pagamentos; nos efeitos globais; nos setores produtivos (aumento da produção e do emprego); no setor público (gastos e receitas tributárias); na estabilidade de preços (inflação e especulação imobiliária); na equidade do sistema (melhoria da distribuição de renda, integração social, transferência de impostos); na ordenação do território; efeitos indiretos: formação profissional, intercâmbio social e cultural; estímulo aos investimentos; no gasto dos turistas; efeito difusor; efeito multiplicador de renda, entre outros (McINTOSH, 2000).

Os economistas contribuíram com suas análises de mercado, estudo sobre os impactos econômicos e geração de emprego e renda. Porém, os discursos reproduzem fundamentalmente os impactos positivos (benefícios) dessa atividade, utilizando-se de indicadores e dos dados estatísticos para fazer uma apologia ao turismo. Essas abordagens tradicionais não enfocavam outros aspectos envolvidos na complexidade do fenômeno turístico (DIAS, 2003; MOESCH, 2002).

Por sua importância tanto na economia doméstica como na mundial, o turismo tem sido examinado detidamente pelos economistas, que se concentram na oferta, na demanda, na balança de pagamentos, no mercado de divisas, no emprego, gastos, desenvolvimento, multiplicadores e outros fatores econômicos. Este enfoque é útil já que proporciona um marco de referência para analisar o turismo e suas contribuições à economia e ao desenvolvimento econômico de um país. A desvantagem do enfoque econômico reside no fato de o turismo, apesar de ter efeitos econômicos, tem elementos outros. O enfoque econômico usualmente não dá atenção adequada aos elementos ambientais, culturais, psicológicos, sociológicos e antropológicos (McINTOSH, op. cit., p.34).

Outra forma de conceber estudos sobre turismo é a partir da perspectiva da demanda e da oferta. Os estudos de origem ou demanda turística costumam abordar as transformações na estrutura social que afetam as condições e motivações das pessoas para viajar, tais como: avanços tecnológicos, renda, tempo livre e nível educacional. Os estudos sobre destinos ou ofertas turísticas, por sua vez, tratam, entre outros temas, dos benefícios que o turismo traz ou parece trazer para as comunidades receptoras de fluxos turísticos. Estes benefícios têm despertado interesse de empresários e gestores de políticas públicas de todo o mundo (PEARCE, 2002, p.14).

A sociologia tem assumido um papel fundamental como uma das muitas disciplinas científicas que tratam o turismo como objeto de estudo. Pelo lado da demanda turística, as pesquisas sociológicas concentram-se no estudo do turista e de sua relação com a comunidade local. Do ponto de vista da oferta, a sociologia volta-se para o estudo da estrutura e funcionamento do sistema turístico, bem como, para a análise do papel e das conseqüências do turismo nas sociedades contemporâneas (DIAS, 2003, p.18).

Até há bem pouco tempo, as pesquisas direcionadas ao estudo do turismo concentravam suas indagações em torno do turista e das implicações econômicas

originadas pela atividade. Recentemente, alguns pesquisadores têm voltado seus interesses sobre os impactos causados pela atividade em comunidades receptoras e em seu meio ambiente, embora os estudos nesta área ainda sejam escassos (BANDUCCI & BARRETTO, 2001).

O estudo das relações entre turistas e residentes ou as mudanças provocadas pelo desenvolvimento do turismo nas comunidades, encontra-se na literatura um número razoável de trabalhos. Embora a atenção dos estudos sobre o turismo tenha primeiramente, se voltado a aspectos positivos desta atividade (em especial o econômico), a partir da década de 1970, ganha força a preocupação dos pesquisadores quanto aos processos sociais e culturais, além dos impactos ambientais resultantes do desenvolvimento turístico. Os trabalhos anteriores à década de 1990 quanto aos aspectos socioculturais do turismo tendiam a interpretar a cultura da comunidade receptora como essencialmente boa e o extremo disto, o desenvolvimento do turismo como essencialmente ruim (JAFARI, 1994).

A concepção do turismo enquanto fenômeno social complexo adquire, cada vez mais, espaço nas arenas acadêmicas. Por conseguinte, o estudo sistemático das dimensões sociais que o envolvem têm desencadeado uma série de discussões acerca das transformações socioculturais engendradas pelo turismo em comunidades receptoras, estimulando assim o espírito crítico, a problematização e a teorização em torno de temáticas até então marginalizadas, uma vez que, conforme lembra Krippendorf (2001), o objeto dos estudos turísticos quase sempre esteve centrado no turista e nos interesses da indústria que vive das viagens, sendo que os custos sociais não constam em levantamentos contábeis dos empreendimentos do setor.

Estudos realizados por Gursoy (2002) e Krippendorf (2001), nos Estados Unidos e Suíça, constataram que quanto pior é a percepção do estado da economia local, mais positiva será a reação dos residentes locais a apoiarem o desenvolvimento da atividade turística. Essa reação e expectativa favorável à atividade turística se deve, como constatado por Krippendorf, ao “discurso triunfal da indústria do turismo” onde são utilizados argumentos que convencem, e fazem brilhar, junto à comunidade local, as perspectivas de muitos empregos e ganhos elevados. Ou seja, do ganho imediato (curto prazo) de qualidade de vida para os autóctones com o turismo (OLIVEIRA, 2006, p.1).

Nos Estados Unidos, segundo Gursoy (2002, p.1), a percepção dos residentes foram estudadas extensivamente na literatura. Os resultados de tais estudos sugerem que um anfitrião está influenciado pelo impacto percebido do turismo em três categorias básicas de benefícios e de custos: econômico, ambiental e social (GEE, MACKENS e CHOY, 1989; GUNN, 1988; GURSOY, CHEN e YOON, 2000; McINTOSC e GOELDER; MURPHY, 1985). Diversos pesquisadores investigaram as ligações de potenciais entre os impactos e as atitudes para o turismo comparando residentes através dos níveis da participação na recreação (KEOGH, 1990; PERDUE, LONG e ALLEN, 1987), conhecimento sobre a atividade turística (DAVIS, ALLEN e COSENZA, 1988), proximidade da sua área de trabalho, ou contato com os turistas (BELISLE e HOY, 1980; SHELDON e VAR, 1984), características sócio-demográficas (BROUGHAM e MORDOMO, citado por RITCHIE, 1988), política e demografia na sociedade (MANSFELD, 1992; THOMASON, CROMPTON e DAN KAMP; 1979), tipo de entrevista (MURPHY, 1985; RITCHIE, 1988), e benefícios econômicos derivados da atividade turística (AP, 1992; LIU e VAR, 1986; PIZAM, 1978; PRENTICE, 1993). Entretanto, a maioria estuda as percepções dos residentes de maneira descritiva e a maior parte desses estudos são empíricos salvo algumas exceções. Um número muito pequeno de estudos encontrou relacionamento linear entre o apoio e defesa da atividade turística e determinadas características de percepção dos residentes (MILMAN e PIZAM, 1988; JUROWSKI, 1994; JUROWSKI, UYSAL e WILLIAMS, 1997). Outros estudos concluíram que está variando os níveis de apoio, defesa e sustentabilidade da atividade turística dentro de uma comunidade (DOGAN, 1989), e que o relacionamento é provável ser não-linear (ALLEN, LONGO, PERDUE e KIESELBACH, 1988).

O interesse da Geografia pelo turismo já não é tão recente, assim como não são mais escassos como há poucos anos atrás os estudos realizados por geógrafos em torno do fenômeno do turismo. A geografia do turismo, entretanto, não se refere apenas à abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica. A “geografia do turismo” é uma expressão que se refere à dimensão sócio-espacial da prática social do turismo, e isto sim pode interessar às mais diversas áreas do conhecimento (CRUZ, 2001, p. V).

O estado da arte tem demonstrado um tratamento do turismo por meio de abordagens neo-positivistas com apoio nas informações visíveis, ou exatas e

mensuráveis por meio de técnicas estatísticas. Tem sido também freqüente o tratamento do turismo por meio de abordagens críticas, considerando a atividade enquanto produto social resultante da divisão do trabalho, da articulação dos meios de produção e, sobretudo, das condições políticas e econômicas. Neste sentido, tais estudos têm denunciado impactos sócio-ambientais e econômicos proporcionado pelo turismo enquanto produto de modo de produção capitalista. Os estudos do turismo, assim considerados procuram se basear em uma linha humanística que valoriza as experiências do homem em seu meio ambiente e nos lugares visitados. De modo especial, buscam desenvolver a idéia do sentido do pertencer. Nessa abordagem, os estudos focalizam o turismo como um fenômeno social e espacial (XAVIER, 2004).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O referencial que fundamenta a construção deste trabalho centra-se na discussão dos impactos na comunidade receptora e no desenvolvimento local, especialmente os aspectos ambientais, econômicos, psicológicos e sociais da atividade turística, cujos eixos norteadores orientam as escolhas de conceitos, princípios e procedimentos de análise.

O turismo inegavelmente está ligado a um crescimento econômico e a uma mudança social. Os antropólogos e sociólogos têm ressaltado alguns cenários negativos do turismo, assumindo a postura de que as sociedades modernas são resultado de degradações condenáveis e que o turismo mercantil favorece a destruição de refúgios paradisíacos.

Por outro lado, os economistas substituem o antigo ideal da virtude pelo ideal de felicidade; é em nome da felicidade, do bem estar e da qualidade de vida que o progresso social deve ser alcançado. Neste caso, o turismo é um meio de desenvolvimento suscetível de fazer progredir os povos e as nações. Suas imperfeições são inevitáveis e inerentes a todo produto em fase inicial de elaboração.

Se assumir qualquer posição pré-concebida, o certo é analisar e conhecer os efeitos do turismo, tanto negativos como positivos, para minimizar seus custos sociais e maximizar seus benefícios econômicos, sem perder o foco de que todo o processo de crescimento das atividades turísticas nos países ou em regiões em desenvolvimento é acompanhado de mudanças no cenário sociocultural.

Alguns dos efeitos econômicos do turismo são passíveis de quantificação, permitindo-nos, por exemplo, conhecer seu posicionamento no setor de exportação e nos ingressos provenientes nos gastos efetuados pelos turistas, e sua contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB) e sua influência na expansão do mercado de trabalho, entre outros aspectos.

A mensuração objetiva, ao contrário, em se tratando de efeitos socioculturais, é muito complexa, pois os resultados são de natureza qualitativa. Além disso, a influência de outros fatores, em particular dos meios de comunicação, da mídia internacional em tempo real e global, impede que se possa avaliar com clareza os efeitos causados pelo turismo, isoladamente, nas mudanças observadas.

O desenvolvimento do turismo afeta a estrutura demográfica criando novos empregos que, por sua vez, geram além do êxodo rural, migrações inter-regionais. Essa força situacional pode também, por um lado, sustar a migração, principalmente dos jovens, graças ao aumento da oferta de trabalho; e por um lado, na medida em que certas habilidades e competências profissionais exigem uma mão-de-obra qualificada – e mesmo especializada –, tende a recrutá-las nos centros mais desenvolvidos. Além disso, também é verdade que os pólos turísticos atraem os desempregados das áreas do entorno. Verificando-se, assim, que a estrutura social torna-se cada vez mais diferenciada.

A criação de empregos, por sua vez, ocasiona mudanças na estrutura social das comunidades visitadas, assim como em suas instituições sociais. É sob esse aspecto que vamos encontrar um dos grandes desafios do turismo: proporcionar aos núcleos receptores não somente desenvolvimento econômico, mais também desenvolvimento social.

Para que os custos sociais do turismo sejam minimizados, é preciso que os programas e ações para o incremento da atividade turística estejam associados a um planejamento global da região.

A passagem gradativa da mão-de-obra do setor primário para outros setores da economia é uma tendência contínua no mundo contemporâneo, fazendo parte do processo de evolução. Porém, quando existe uma ruptura no processo e este se acelera ao mesmo tempo em que “pula etapas”, traz para as respectivas sociedades transtornos de várias amplitudes. Pode-se até falar em anomia simples.

A rapidez das mudanças ocasionadas pelo turismo pode gerar efeitos negativos nas relações sociais e na qualidade de vida da população. Nesse caso, é preciso estar consciente da problemática que envolve esse processo para empreender ações que minimizem seus custos sociais.

As mutações sociais decorrentes do turismo se fazem principalmente pela passagem das atividades de pesca ou agrícolas para as do setor de serviços.

Esse mesmo fator, o abandono das atividades do setor primário em prol das atividades do setor terciário, de serviços – predominante do turismo -, só pode ser revertido de fator negativo para positivo na medida em que se tome consciência da seriedade desse problema e sejam adotadas as medidas necessárias para que se possa superá-lo.

Estudando os fenômenos de inflação ligados ao turismo, lembrados por Barejte *apud* Bacal (2004) inflação pelo custo e pela demanda, e por R. Erbes, Mamadou Moustaphal Kasse *apud* Bacal (2004) escreve:

Analisando o turismo sob o aspecto monetário, pode-se dizer que é gerador de inflação quando o custo em moeda nacional das prestações turísticas é superior às receitas líquidas em divisas. Nessa hipótese, a taxa de troca real é inferior à unidades, o que quer dizer que é preciso mais divisas. Tudo se passa, então, como se o turismo contribuísse a uma criação suplementar de moeda para o financiamento das operações de natureza economicamente improdutivas, cujo resultado é um acréscimo do poder de compra. Ora, na hipótese de uma rigidez de produção, a correção se fará por elevação de preço.

A solução para sustar o intenso êxodo do campo para a cidade seria modernizar a agricultura ou agregar-lhe atividades típicas do turismo no meio rural, como o agro-turismo.

Nas áreas litorâneas, como salienta J. M. Thurot *apud* Bacal (2004), nenhum estudo significativo determinou até o momento, em que medida as atividades turísticas de lazer representam uma alternativa concreta de reconversão séria e válida dos rendimentos da pesca nas regiões onde esta atividade está em declínio.

Em muitos destinos do litoral do Nordeste, os pescadores deixam sua atividade profissional para se converter em prestadores de serviços turísticos na alta temporada. Levam os turistas em seus barcos ou jangadas até os arrecifes, para a fruição de piscinas naturais em lugares os mais insuspeitos. Inegavelmente, uma atividade menos árdua que a pesca e com um retorno pecuniário muito maior.

Esses pescadores acabam não retornando à sua atividade de origem no período de baixa temporada por duas razões: primeiro, porque não há demanda para assegurar um preço justo do pescado; segundo, porque não existem equipamentos adequados para estocar o produto. Por essas razões, a qualidade de vida desses pescadores continua baixa (talvez se encontrem em piores condições

do que quando se dedicavam apenas à pesca) porque o ganho da temporada tem de ser dividido pelo ano todo.

É evidente que a solução estaria em um planejamento regional em que fosse prevista a constituição de cooperativas de pesca para a industrialização do pescado, que incluiria certamente a instalação de câmaras frigoríficas para estocar o produto, garantindo desse modo, independentemente da demanda, um preço mínimo e, ao mesmo tempo, possibilitando a formação de estoque regulador quando do aumento da procura. Incluir-se-iam aí, também, cooperativas de artesões para assegurar a comercialização e vendas de produtos artesanais de bordados, rendas, trançados e produtos gastronômicos típicos.

Enfim, tanto no espaço rural como nas áreas litorâneas há a imperiosa necessidade de planejar arranjos produtivos locais do setor primário, assegurando sua sobrevivência e a manutenção da atividade produtiva da população autóctone, fazendo com que o turismo venha a lhes oferecer um cenário cada vez mais ampliado e renovado de produção, seja na sua atividade primária básica, seja nas atividades prestadoras de serviços ou, ainda, na complementaridade de ofícios e habilidades artesanais.

O fluxo de novos empregos pode ter efeitos favoráveis sobre o plano econômico, porém as mudanças nas relações sociais causadas pelo impulso turístico não são feitas sem traumatismos individuais e conflitos inter-pessoais, provocando repercussões no funcionamento das instituições.

Para melhor analisar essas alterações, convém relacioná-las às características de três etapas de desenvolvimento pelas quais os pólos receptores geralmente passam.

Na primeira etapa, o núcleo turístico dispõe de qualquer estrutura básica desenvolvida. O charme dos autóctones combinado a uma natureza privilegiada constitui seu maior atrativo. É o período do turismo seletivo ou espontâneo, quando o setor primário ainda é o fator predominante da economia local.

A segunda etapa é caracterizada pelos investimentos e equipamentos turísticos e pela instalação de um fluxo turístico mais denso. Os investimentos ainda são feitos pelos habitantes e por algumas empresas dos municípios vizinhos. A demanda é relativamente satisfeita pelo ajustamento da oferta local. O grande problema dessa etapa é que os investimentos em infra-estrutura básica não seguem

essa evolução, com sérios prejuízos à população residente (saneamento, abastecimento de água, degradação do meio ambiente).

Na terceira etapa, dá-se o ingresso massivo de capitais nacionais e estrangeiros, oriundos das grandes operadoras e das empresas multinacionais. Quando o núcleo é muito pequeno e apresenta uma economia totalmente dependente do turismo, observam-se nessa fase efeitos bastantes maléficos, quer na qualidade de vida quer na degradação ambiental.

Em uma localidade onde se verifica a estagnação geral da economia e o turismo já se instale sob as condições da terceira etapa, constata-se uma brusca ruptura nas condições de existência, criando uma situação para a qual a comunidade local não está preparada. Assim, surgem relações sociais de natureza contraditória que, eventualmente, geram a rejeição do turismo por parte da população autóctone e residente.

No entanto, é possível minimizar esses efeitos conflitantes mediante a integração da política de desenvolvimento turístico com a estratégia geral de desenvolvimento.

Outro aspecto a ser considerado é a independência financeira de alguns agentes (jovens e mulheres), motivando mudanças nas instituições sociais e alterações nas posições de prestígio e poder, que podem conduzir as sociedades tradicionais a um novo ritmo de vida que desbloqueie as estruturas sociais, ocasionando uma evolução no sentido de uma civilização globalizada.

O encontro entre turistas e população hospedeira é a ocasião de uma tomada de consciência de valores diferentes, até mesmo de seu antagonismo. O turismo cria, pelo encontro físico, um choque de culturas, um impacto de sociedades.

Maurer *apud* Bacal (2004), a partir de quatro estudos de caso estabeleceu quatro critérios que tentam definir a capacidade de adaptação:

- a) grau de coesão e resistência;
- b) grau de criatividade cultural interna;
- c) grau de funcionalidade cultural;
- d) grau de solidariedade social.

Um estudo da UNESCO define claramente as condições do encontro turista/hospedeiro: caráter transitório, constrangimentos espaciais e temporais, relações desiguais e ausência de gratuidade inicial nas relações.

Além da transitoriedade, os encontros turista/hospedeiro costumam ser breves, não passando de contatos casuais, e disso se encarregam as próprias empresas organizadoras de viagens e também a configuração dos complexos hoteleiros; muito embora, mais recentemente, com o crescimento do turista endógeno, essa relação venha se ampliando e permitindo a fruição de experiências mais autênticas e genuínas entre visitantes e população residente e autóctone.

É importante lembrar que, para o turista, esse encontro é o único no ano; para o hospedeiro, trata-se de uma série de encontros que se sucedem, efêmeros e superficiais. As relações entre ambos se tornam cada vez mais não gratuitas: as trocas humanas, culturais, os sorrisos e a ajuda mútua tornam-se atividades remuneradas, juntando-se a isso o fato de que o turista é levado, uma vez por ano, a fazer despesas supérfluas e ostentatórias.

Contudo, o atual turismo endógeno vem criando situações em que essa característica se atenua, promovendo uma relação mais isenta da intermediação comercial e da obrigação do consumo.

O efeito demonstração e o efeito imitação do modelo de consumo do turista, a partir do momento em que tornam esse modelo uma referência, tem muita chance de se reproduzir naqueles agentes que têm contato direto com os turistas, em particular os jovens e as pessoas que prestam serviços turísticos.

O aspecto negativo pode ser uma tentação que surge na direção do consumo de bens de uma sociedade globalizada e de um maior liberalismo de conduta. O resultado poderá levar a um cenário de delinqüência que não decorre da necessidade de satisfazer as necessidades primárias, mas de satisfazer as necessidades secundárias, situação esta criada pela invasão de hábitos e costumes diversos e de uma mentalidade diferente, de novos padrões de comportamento, de novas concepções de vida.

O turismo pode ter um papel muito importante na preservação da herança cultural e, em alguns casos, até mesmo no resgate desse patrimônio. O interesse que o turista demonstra pela história e pela riqueza cultural de um país provoca um efeito importante na conservação de seus movimentos históricos, das suas obras de arte e do seu passado. O produto cultura, a partir do momento em que expressa um valor econômico em razão da existência da demanda turística, assume todas as formas possíveis de um produto de mercado.

Levando em conta os aspectos positivos e negativos do turismo, podemos dizer que essa atividade precisa receber novo tratamento: o planejamento do turismo deve ser integrado ao planejamento global socioeconômico do país ou região.

- Todo progresso acarreta algum custo social; com as devidas precauções, sua implantação ou seu crescimento pode minimizar os custos e aumentar os benefícios;
- Dever-se-á escolher, com base na segmentação do mercado, os tipos de turismo mais adaptados às características originais do país ou região, utilizando ao máximo seus recursos naturais e humanos;
- Dever-se-á diminuir as despesas de infra-estrutura, partilhando sua expansão e manutenção com as empresas turísticas privadas.

Na literatura sobre a percepção de impactos e sobre atitudes da população autóctone e dos residentes em relação ao turismo, observamos que os impactos dessa atividade nas comunidades são abordados de maneira secundária, como forma de entender fatores que levam ao apoio ou à rejeição do turismo. Já a literatura que trata diretamente da questão dos impactos têm uma abordagem muito fragmentada e que trata de pontos específicos, como cultura, política ou participação dos *stakeholders*⁵. Assim, os impactos na comunidade são relatados de maneira esparsa, sem qualquer preocupação quanto à catalogação, descrição ou classificação.

Em 1998 houve uma primeira tentativa de classificação dos impactos da atividade turística na comunidade, elaborada para instrumentalizar a comparação de atitudes em relação ao turismo em dez comunidades da Nova Zelândia. Nesse estudo foram listados os quesitos a serem observados em cada uma das localidades, agrupando os impactos sociais em seis grupos: econômico (benefícios do turismo, aumento do custo de vida e de nível de investimento externo), emprego (geração de emprego para comunidade local, tipo de emprego gerado, contribuição das empresas para a localidade), infra-estrutura (para o volume de turistas, oportunidade de consumo local), efeitos sociais adversos (poluição sonora, crime, sujeira e desordem), contato com turistas (número de visitantes recebidos em

⁵ atores sociais que têm interesse numa determinada decisão. Seriam lideranças locais ou regionais atuando em organizações de desenvolvimento territorial, se configurando em canais por onde flui o poder. Em outros termos, protagonistas do desenvolvimento local e regional do turismo, tais como: comunidade local, organizações não governamentais, setor público, setor privado, *trade* e, etc. (WITTMANN, 2004).

relação à população local, tempo de estada, diferenças de comportamento) e atmosfera da cidade (mudança na qualidade de vida dos residentes, aparência física da cidade, sentimento dos residentes em relação às comunidades a que pertencem).

Scheyvens (1999), trabalhando a atribuição de poder à população local (empoderamento), utiliza a descrição de impactos em quatro categorias como forma de identificar as comunidades fortalecidas ou não: econômico (oportunidades de emprego, formal e informal, e oportunidade de negócios, avaliando regularidade dos ganhos e forma de distribuição dos benefícios), psicológicos (auto-estima, valorização da cultura e tradições locais), social (crimes, mendicância, sensação de lotação, desapropriação de terras tradicionalmente ocupadas por moradores, perda de autenticidade e prostituição) e público (participação nas decisões).

3.1 Impactos ambientais do turismo

Há no Brasil uma crescente literatura abordando os impactos ambientais do turismo, entre os quais: Fletcher (2001); Krippendorff (2001); Rodrigues (2001); Ruschmann (2001); Seabra (2001); Pires (2001); Faria e Carneiro; Lemos (2001); Kinker (2002); Rose (2002); Costa (2002); Coriolano (2002); Gursoy (2002); Dias (2003); Seabra (2003); Marinho & Bruhns (2003), e Beni (2006) só para citarmos os mais recentes. Esse fato nos permite abordar os problemas ambientais provocados pelo turismo, levando em conta nossas particularidades, uso e costumes, o que deve facilitar o planejamento do desenvolvimento turístico, particularmente em áreas onde os recursos naturais estão razoavelmente preservados.

A qualidade do meio ambiente, tanto natural quanto o construído pelo homem, é essencial para o turismo. Entretanto, é necessário reforçar que o relacionamento do turismo com o meio ambiente é bastante complexo. Envolve muitas atividades que podem ter efeitos ambientais adversos. E muito desses impactos estão ligados a construção de obras de infra-estrutura, como as rodovias e os aeroportos, e às instalações turísticas, incluindo *resorts*, hotéis, restaurantes, pontos comerciais, áreas de lazer, marinas etc., que são fundamentais para o desenvolvimento turístico. Ocorre que os impactos negativos desse desenvolvimento podem gradualmente destruir os recursos ambientais dos quais depende o turismo.

Por outro lado, o turismo tem um potencial de criar efeitos benéficos no meio ambiente, contribuindo para a proteção ambiental e a conservação. É um caminho

para o crescimento da consciência dos valores ambientais e pode servir como ferramenta para financiar a proteção das áreas naturais e aumentar sua importância econômica.

Podemos identificar três áreas principais de ocorrência dos impactos ambientais do turismo de modo geral: relacionados com os recursos naturais, com a poluição, e os impactos físicos de modo geral.

a) Relacionados com os recursos naturais

O Turismo pode exercer pressão sobre os recursos naturais quando aumenta o número de pessoas nas áreas turísticas onde esses recursos podem escassear devido ao aumento da demanda.

- A água: Particularmente, a água potável é um dos recursos essenciais mais atingidos. A indústria turística usa em excesso os recursos d'água em hotéis, em piscinas e para o uso pessoal, o que gera grande volume de resíduos d'água (que saturam a rede de esgoto, ou, quando esta não existe, contaminam o lençol freático).

- Recursos da terra: Importantes recursos da terra incluem minerais, combustíveis fósseis, solos férteis, florestas, terras úmidas e vida selvagem. Com o aumento das construções direcionadas ao turismo, cresce a pressão sobre esses recursos e as paisagens pitorescas. O impacto direto sobre os recursos naturais, tanto os renováveis, que abastecem as instalações turísticas, é causado pelo uso de recursos da terra para construção de instalações e outras obras de infra-estrutura, com a utilização de materiais de construção locais, por exemplo.

As matas muitas vezes sofrem impactos negativos do turismo na forma de desflorestamento causado pela retirada da madeira para construções de habitações e outras instalações, além da necessidade de abertura de áreas livres onde serão feitas construções. Os loteamentos para construção de casas de veraneio em toda a costa brasileira têm contribuído para a destruição da Mata Atlântica.

Os loteamentos em áreas rurais para a construção de chácaras, sítios e áreas de lazer nas regiões onde há remanescentes de Mata Atlântica também constituem forte pressão sobre os recursos. Muitos dos desmatamentos em áreas de São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia ocorrem para atender esse tipo de turista, que tem aumentado muito em número por causa da melhoria das

estradas e das facilidades de aquisição de veículos. A segunda residência, a que é utilizada somente nos feriados, férias e fins de semana, tem aumentado proporcionalmente ao progressivo decréscimo da qualidade de vida nos grandes centros.

- Outros recursos locais: O turismo pode criar uma pressão muito grande sobre vários recursos locais, como a energia, o alimento e outros produtos que podem existir em quantidade suficiente para abastecer a população local. Um aumento da extração e transporte desses recursos aumenta os impactos associados com sua exploração. Devido ao caráter sazonal do turismo, muitas localidades têm um aumento excessivo no número de habitantes durante a alta estação em comparação com a baixa. Surge, portanto, uma alta demanda sobre os recursos locais para atender às expectativas que os turistas na maioria das vezes trazem (comida apropriada, água quente, potável, ar condicionado etc.).

b) Relacionados com a poluição

O turismo pode causar os mesmos tipos de poluição que outras indústrias: emissões gasosas, barulho, lixo e resíduos sólidos, lançamento de esgoto, de óleo e produtos químicos e poluição visual e arquitetônica.

- Poluição do ar: O transporte aéreo, rodoviário e ferroviário está continuamente crescendo, correspondendo ao aumento do número de turistas que apresentam grande mobilidade. As estimativas da OMT e WTTC⁶ apontam para um formidável crescimento das viagens nos próximos anos. Uma das conseqüências desse crescimento das viagens no transporte aéreo é que o turismo torna-se cada vez mais responsável por uma parcela significativa de emissões gasosas na atmosfera.

As emissões de gases motivadas pelos transportes (veículos de todo o tipo, aviões, automóveis, ônibus etc.) e as emissões que têm origem na produção e uso da energia contribuem, por exemplo, para a formação de chuva ácida, para o aumento do aquecimento global e outros problemas ambientais. No nível local, a poluição causada pelas emissões de gases, particularmente o dióxido de carbonos (CO₂), é muito mais grave por causa da alta concentração desse gás num espaço

⁶ World Travel and Tourism Council.

menor. Alguns desses impactos, causados por emissões de gases, podem ser específicos das atividades turísticas. Por exemplo, em alguns lugares muito frios ou excessivamente quentes, os ônibus de turismo muitas vezes deixam seus motores ligados, enquanto os turistas saem em alguma excursão, para manter o ar-condicionado ligado para o conforto dos passageiros.

- A poluição sonora: A poluição sonora, por sua vez, causada por aviões, carros, ônibus e outros veículos utilizados pelos turistas (*jet skis, bugs, motos, jeeps* etc.), está-se tornando um problema crescente nas localidades turísticas. Ao mesmo tempo em que provoca irritação, estresse e eventualmente problemas de audição nos seres humanos, causa problemas na vida selvagem, principalmente nas áreas mais sensíveis, modificando os padrões normais de atividade dos animais.

Deve-se considerar que nas localidades pacatas, em épocas de baixa estação, o ruído produzido pelos veículos não constitui motivo de perturbação por haver pouco movimento. Na alta estação, com alta densidade de veículos, o barulho torna-se fator de perturbação para a comunidade local, que sente uma profunda diferença no ambiente, o que não se dá no mesmo nível para o turista, que, de modo geral. Vem dos grandes centros onde está acostumado com o ruído provocado pelos congestionamentos e o alto volume de veículos.

- O lixo e os resíduos sólidos: Em geral com alta concentração de atividades turísticas ou locais que servem de apoio para observação de atrações naturais que se destacam (o alto de morros, uma pedra saliente, um mirante etc.), a deposição de resíduos torna-se problema sério, e esse lançamento impróprio muitas vezes chega a ser a principal causa de poluição em determinados ambientes naturais – rios, praias, áreas com belas paisagens e beiras de estrada. Os resíduos sólidos e o lixo podem degradar a aparência física da água e das praias, além de causar a mortalidade de animais aquáticos.

Nas áreas montanhosas, as trilhas utilizadas pelos turistas podem ficar cheias de lixo deixado pelos visitantes, tais como: garrafas e latas de refrigerante, papéis, sacos plásticos etc. Algumas trilhas em regiões montanhosas muito visitadas foram apelidadas de “trilhas coca-cola”, tal o volume de garrafas e latas desse refrigerante que são deixadas pelo caminho. Um exemplo é o Monte Kilimanjaro, na África.

Na Ilha de Fernando de Noronha, todo o lixo tem que ser retirado de navio, pois não há nenhuma possibilidade de o ecossistema local suportar o volume de lixo deixado pelo turismo e pela escassa população local.

- Poluição causada pelo esgoto: Construções de hotéis, áreas de lazer e outras instalações sempre trazem o problema da destinação do esgoto. Esse tipo de poluição nos mares, rios e lagos causam danos à flora, à fauna e à qualidade de água, principalmente nas proximidades das instalações, e muitas vezes são atingidos exatamente os atrativos responsáveis pela vinda dos turistas. Os recifes de coral são particularmente prejudicados, porque as algas têm seu crescimento estimulado pelos dejetos humanos; como consequência, cobrem os corais, prejudicando seu desenvolvimento. Ocorre também mudança da salinidade das águas marinhas, que afeta as populações de plantas e animais. Além disso, a poluição dos esgotos traz problema à saúde, tanto dos seres humanos quanto dos animais. Os emissários de esgotos nas cidades da água das praias dessas localidades e periodicamente causam a proliferação excessiva de algas, que tornará a água de tonalidade verde. As praias paulistas periodicamente são interditadas para o banho devido ao alto índice de contaminação produzida pelo excesso de turistas durante os períodos de férias.

- Poluição estética ou visual: As instalações construídas nos destinos turísticos muitas vezes não são planejadas, visando à integração com o ambiente existente, prejudicando a estética visual. Principalmente as obras arquitetônicas de maior vulto, como *resorts*, grandes hotéis e pousadas com *designs* inadequados para o lugar e que entram em choque com a aparência do ambiente local, quebrando qualquer harmonia que poderia favorecer maior integração e causando desconforto visual.

A falta de uma política de uso do solo (ou sua não-aplicação) que regulamentaria as construções em muitos destinos turísticos tem possibilitado a multiplicação dos casos de poluição estética, principalmente ao longo da costa, nas áreas naturais com mata nativa e ao longo de rodovias que apresentam belas paisagens. A multiplicação dos casos inclui as próprias instalações turísticas e a infra-estrutura de suporte como: rodovias, estacionamentos, áreas de serviço e instalações sanitárias.

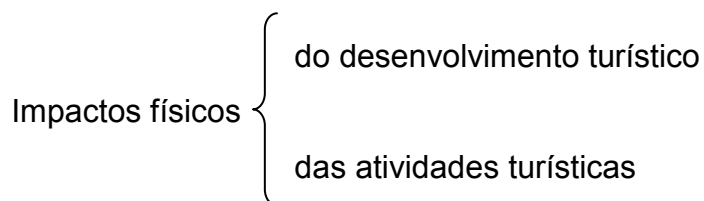
Além de outdoors colocados em lugares inadequados que prejudicam a contemplação de belas paisagens, há o vandalismo evidenciado pela pintura e pichação de rochas e muros de pedra natural, principalmente ao longo das estradas que se destinam aos locais de grande concentração de visitantes.

a) Impactos físicos

Locais com paisagens atrativas, como praias com areias brancas, lagos, margens de rios e topos de montanhas são, de modo geral, zonas de transição, caracterizadas por ecossistemas ricos em espécies. Há impactos físicos característicos de degradação desses ecossistemas.

Um ecossistema é uma área geográfica que inclui os organismos vivos (pessoas, plantas, animais e microorganismos), seu entorno físico (como o solo a água e o ar) e os ciclos naturais que sustentam (o frio, a chuva, o calor). Os ecossistemas mais ameaçados pela degradação são as áreas ecologicamente mais frágeis, como as florestas, as áreas úmidas, os mangues, os recifes de coral, entre outros. As ameaças e pressões sobre esses ecossistemas são de modo geral muito grandes, porque são atraentes tanto para os turistas como para alguns tipos de empreendedores.

Os impactos físicos não são causados somente pela construção de instalações e infra-estrutura de suporte para o turismo, mas também pela atividade turística contínua e as mudanças que ocorrem a médio e longo prazo na economia e na ecologia local. Desse modo, do ponto de vista dos impactos físicos, podemos identificar dois tipos:



- As construções e o desenvolvimento da infra-estrutura: O desenvolvimento das instalações turísticas, como as acomodações, o suprimento de água, restaurantes e áreas de lazer, pode envolver a mineração de areia da praia ou de rios e a erosão de dunas de areia, a erosão do solo e a extração de rochas e pedras. Acrescente-se a isso a construção de rodovias e aeroportos que podem levar à degradação da terra, à perda dos *habitats* da vida selvagem e à deterioração do cenário natural.

Outro aspecto a ser considerado e lembrado por Rodrigues (2001) é que,

[...] nas cidades litorâneas de grande ocupação cuja beira-mar expressa grande verticalização das suas construções, formando verdadeiras muralhas de concreto, as temperaturas aumentam sensivelmente, apresentando vários graus de diferença dessa área, em relação às não edificadas, sobretudo se apresentam cobertura vegetal significativa. As áreas fortemente edificadas, de ruas pavimentadas e desprovidas de vegetação constituem as chamadas 'ilhas de calor' (RODRIGUES, 2001, p. 96).

- O insustentável uso da terra e o desflorestamento: A construção de acomodações e de instalações para os turistas, de modo geral, leva à limpeza de uma área natural, por exemplo, das matas nativas. Áreas úmidas são muitas vezes drenadas e compactadas devido à falta de locais adequados para a construção da infra-estrutura e das instalações turísticas. As áreas úmidas próximas ao litoral são as mais sacrificadas. Essas atividades podem causar severos distúrbios e erosão no ecossistema local, levando a sua destruição ao longo do tempo.

Um exemplo é o que acontece no Nepal, conforme relato de Kinker (2002):

[...] estima-se que, em 1991, 77 mil pessoas, entre caminhantes e equipe de apoio, visitaram a região do Annapurna⁷, o que significa quase duas vezes o número de habitantes locais. Cerca de 700 casas de chá e 'lodges' foram construídos para atender o turista, cujas necessidades são bem maiores do que os padrões locais. Foram identificados impactos, como por exemplo: o desmatamento para obtenção de madeira, a fim de suprir os turistas com comida e banhos quentes (entre 1975 e 1980, 15% das florestas do Nepal foram destruídas); a erosão nas montanhas, como resultado do desmatamento [...]; as condições de saneamento inadequadas (ao longo das trilhas podiam-se perceber locais com concentração de papel higiênico e dejetos); o lixo espalhado pelo caminho ou reunido em pilhas nas entradas das vilas (KINKER (2002, p 103).

Como já assinalamos muitas agressões à Mata Atlântica, especialmente na região Sudeste deve-se ao desmatamento para a construção de casas de veraneios nas praias, ou chácaras e sítios nas áreas interiores.

- Construções na beira dos rios, lagos e mares: As construções na beira dos rios, lagos e mares (como marinas, ancoradouros etc.) podem acarretar mudanças no equilíbrio do ecossistema. Além disso, a extração de material de construção, como a areia, afeta os recifes de coral e os mangues, por exemplo, causando a erosão e a destruição desses *habitats*. Pode afetar por exemplo regiões de desova de tartarugas, tanto de água doce como as marinhas.

⁷ Annapurna é uma montanha de 8.091 metros de altitude, no centro do Nepal, a oeste do Monte Everest, conhecida como uma das mais impressionantes paisagens existentes.

O município de Bonito (MS), considerado um dos destinos ecológicos mais importantes do país, para atender à demanda crescente por seus atrativos naturais, tem multiplicado as infra-estruturas em seu território, como meios de hospedagem e equipamentos de lazer. Segundo Cruz (2001),

[...] entre as transformações espaciais promovidas pelo ecoturismo em Bonito, incluem-se estruturas de caráter ambientalmente duvidoso, como, por exemplo, a impermeabilização da margem de rios, para facilitar o acesso de turistas (CRUZ, 2001, p. 72).

- Pisoteamento: Os turistas que utilizam a mesma trilha ao longo do tempo pisoteiam a vegetação e o solo, eventualmente causando danos que podem levar a perda da biodiversidade e outros impactos. Esses danos podem ser mais extensivos quando os visitantes freqüentemente saem das trilhas estabilizadas ao longo do tempo.

Os Impactos do pisoteamento na vegetação são: quebra ou dano nas hastes ou caules das plantas, redução do vigor das plantas, redução da capacidade de regeneração das plantas, ocorrência da perda da cobertura do solo, alteração na composição das espécies; os impactos do pisoteamento no solo são: perda da matéria orgânica, redução da porosidade do solo, aumento da impermeabilidade, impedindo a passagem de ar e água, aceleração do processo de erosão).

- Atividades na água: ao longo das costas dos mares, rios ou lagos, nos recifes etc., muitas atividades praticadas pelos turistas ocorrem, e se dão dentro ou em torno de ecossistemas frágeis. O mergulho, a pesca esportiva, a utilização de iates e outras atividades podem causar a direta dos ecossistemas aquáticos, como os recifes de coral, e impactos subseqüentes nas áreas costeiras e na pesca comercial.

- Alteração de ecossistemas pela atividade dos turistas: os *habitats* podem ser degradados pelas atividades de lazer praticadas pelos turistas. Por exemplo, os animais selvagens podem ficar estressados e alterar seu comportamento natural quando os turistas ficam muito próximos. As atividades de safári fotográfico ou de observação da vida selvagem têm um degradante efeito no habitat, quando às vezes são acompanhadas por barulho excessivo e agitação provocados pela perseguição aos animais selvagens, na ânsia de vê-los e fotografá-los, julgando que não estão causando nenhum problema à fauna. Essas atitudes colocam alta pressão sobre os

habitats e comportamentos dos animais e tendem a provocar mudanças no comportamento, por exemplo, deixando de chocar os ovos ou abandonando os filhotes.

3.2 Impactos econômicos do turismo na comunidade

O principal benefício econômico mencionado na literatura são os empregos, diretos ou indiretos, gerados na região de destinação turística. Não há dúvidas sobre o número de postos de trabalho criados com a implantação de um empreendimento turístico. No entanto, é importante verificar que, muitas vezes, a população local não possui os requisitos básicos necessários para o preenchimento desses postos, quer por falta de treinamento, por inexistência de habilidades relevantes, quer por pouca educação formal, o que limita tais oportunidades de emprego a atividades modestas. Já as ocupações de nível mais elevado, como gerência e outros, que requerem maior conhecimento e acesso à informação, são muitas vezes preenchidas por pessoas de outras regiões ou países. Ainda quanto à questão do emprego, estudos mostram que a sazonalidade tem maior impacto justamente sobre os cargos mais modestos.

Além do trabalho, a comunidade pode receber benefícios econômicos pela integração de empresas e negócios de sua propriedade na cadeia produtiva do turismo. Nesse sentido, devemos lembrar que o turismo é um negócio pertencente ao setor terciário que se desenvolve em locais onde o setor é predominante primário, pesca e agricultura, ou se desenvolve com a atividade manufatureira, setor secundário, que supre, com produtos processados, suas operações e grande parte de sua infra-estrutura. Devido à escassez de empresas pertencentes ao setor secundário nas localidades em que o turismo é instalado, ou à falta de relacionamento onde elas existem, temos como resultado a busca de fornecedores externos.

Dessa forma, na maior parte dos casos, a ligação entre comunidade e empreendimentos turísticos se restringe à produção e venda de artesanato ou a atividades do setor terciário, como passeios, transporte, restaurantes, pousadas, etc. Mas mesmo nesses casos, por falta de habilidade administrativa ou de capital, os hotéis modernos floresceram em detrimento das pousadas e pensões. Apesar de haver pequenos restaurantes de propriedade dos residentes locais, a maioria dos

turistas freqüenta restaurantes de hotéis ou pequenos estabelecimentos desenvolvidos especialmente para eles.

A falta de habilidade gerencial pode colocar a população local em posição ou parcerias extremamente desvantajosas. Quando abordamos a questão da venda de artesanato, observamos que muitas vezes o artesão trabalha de forma comissionada para “atacadistas”, que fornecem a matéria-prima e compram o produto final por uma pequena quantia. Depois vendem esses produtos para as lojas ou as exportam, obtendo, assim, um lucro considerável. Há pesquisas que relatam ter identificado que diferença entre o preço pago para o artesão e o cobrado por uma loja pode chegar a 500%.

Uma importante fonte de empregos está associada à proteção ambiental. Com a criação de parques nacionais, ONGs de preservação etc., muitos habitantes das destinações turísticas têm sido contratados para trabalhar na preservação e disseminação de questões relativas ao meio ambiente. O envolvimento da comunidade local, por meio de empregos ou outras ações, é importante para mostrar que a proteção ambiental será economicamente benéfica para a comunidade, reforçando seu interesse na preservação.

Na busca de geração de receitas para a população local, é importante considerar que isso pode gerar uma grande dependência em relação a um único setor do turismo. Com a atração de mão-de-obra de outros setores, como a agricultura e pesca, causa-se a desestruturação de outras atividades econômicas (BENI, 2006). Esse movimento é estudado por diversos autores que contam que em diferentes localidades, com a introdução do turismo, grande parte da população abandona o trabalho tradicional, em especial os pescadores, que abandonam sua atividade para vender passeios de barco aos turistas. Outros, que vivem da comercialização de mariscos, são obrigados a mudar de atividade por causa da proibição da retirada desses moluscos das áreas em frente aos hotéis.

3.3 Impactos culturais do turismo na comunidade

Quanto ao aspecto psicológico, deve-se considerar, basicamente, a cultura das comunidades receptoras. A auto-estima dos membros dessas comunidades é elevada, com o reconhecimento de sua singularidade e o valor de sua cultura, de seus recursos naturais e de suas tradições. Por isso, preservar a herança cultural, manter

os valores tradicionais e proporcionar experiências autênticas para os turistas sempre foram requisitos importantes do turismo sustentável.

A cultura é um dos aspectos mais estudados na literatura do turismo. Os impactos sobre ela acontecem mediante as relações, comerciais ou não, entre turistas e comunidade local.

Lidar com turistas pode ser um trabalho repetitivo e monótono, principalmente quando o seu volume é grande. A exposição a levadas contínuas de turistas acarreta o obscurecimento da identidade individual de cada visitante, que passa a ser rotulado apenas como “turista”. Uma vez que os visitantes se tornam objetos inanimados e tolerados pelo ganho econômico que proporcionam, eles passam a olhar seus anfitriões apenas com curiosidade, e também como objetos (SMITH, 1989).

A fim de preservar a cultura local dos problemas citados anteriormente, alguns autores sugerem a criação de locais como “modelos de cultura”, que seriam uma espécie de museu onde crianças da comunidade e turistas podem aprender história de uma forma lúdica. Apesar de só fazer a reconstrução dos estilos de vida que se quer observar, esses modelos oferecem uma vista etnográfica mais precisa que a refletida na cultura nativa moderna, permitindo aos visitantes a liberdade de observar e fotografar à vontade, sem invadir a privacidade dos habitantes locais.

3.4 Impactos sociais do turismo na comunidade

Os impactos no chamado “tecido social” são os principais componentes das questões sociais da comunidade. Tais impactos se referem às mudanças de comportamento e de relacionamento que ocorrem na comunidade em decorrência do contato do habitante local com pessoas de fora, de outro país ou de outras regiões. Esse tipo de impacto é um dos mais complexos, uma vez que ocorre lentamente, o que dificulta o estabelecimento de uma relação direta entre essas questões e o turismo. É importante assinalar que os problemas são diretamente proporcionais às diferenças entre a comunidade anfitriã e o turista, sejam elas econômicas, sociais, religiosas ou culturais.

Os problemas sociais relativos ao turismo iniciam-se pela construção da infraestrutura do turismo, como complexos turísticos (*resorts*), hotéis, estradas, aeroporto etc. Com a criação de canteiros de obra abrigando centenas de pessoas, predominantemente homens, questões como alcoolismo, prostituição e crimes

tornam-se mais freqüentes. Apesar de haver pouca literatura sobre o assunto, trata-se de um problema evidenciado em outras áreas que também envolvem grandes obras de construção civil.

Podemos citar como cenário dos principais impactos sociais na implantação de alguns empreendimentos turísticos:

- a cidade cresce descontroladamente, grandes mudanças em relação procedência de seus habitantes e na estrutura do gênero, uma vez que a maioria dos migrantes era composta de homens;
- prostituição adulta e infantil;
- doenças sexualmente transmissíveis;
- aumento de outras doenças decorrentes de carência de estrutura, ausência total de saneamento básico; insuficiência na coleta e armazenamento do lixo urbano; ausência de local apropriado para o abatimento de animais;
- aumento e proliferação do consumo de drogas;
- desemprego, uma vez que o término da execução de grandes obras ou de *resorts* turísticos acaba deixando desempregados tanto trabalha locais como os provenientes de outras regiões, que migram para a localidade apenas em função de determinada empreitada.

Quando o empreendimento turístico começa a operar, ocorre nova onda de migração, dessa vez para trabalhar nas dependências de hotéis e *resorts* criados na região. Tal complementação de mão-de-obra acontece basicamente por dois motivos: baixa escolaridade e experiência dos habitantes locais nas atividades relacionadas ao turismo; insuficiência de mão-de-obra para a ocupação dos postos de trabalho criados, principalmente quando grandes empreendimentos se instalam em pequenas localidades.

Essa nova migração, aliada ao relacionamento com turistas, contribui para o agravamento dos problemas nas comunidades-destinos.

Outro tipo de migração é a observada pela demanda turística, que também força a chegada de ambulantes e vendedores de suvenires de outras localidades para as áreas receptivas de turismo.

Vale lembrar que os impactos causados pelas pessoas que vêm de outras regiões não são apenas sociais. É comum que os migrantes, que freqüentemente

não se submetem ao controle social, apliquem estratégias ambientalmente insustentáveis, colocando em risco a integridade do local.

Cooper *et al.* (2001) apresenta uma lista de impactos específicos do turismo:

- *Sexo*: o fato de os turistas viajarem para desfrutar de encontros sexuais casuais desinibidos não é um fenômeno novo, mas o mercado do turismo sexual tem crescido em destinações como Tailândia, Gâmbia, alguns países da Europa central e Brasil.
- *Crime*: o vínculo entre turismo e crime é difícil de ser estabelecido. Apesar de muitos autores sugerirem essa relação, consideram estabelecer se o crime aumenta simplesmente por causa da maior densidade populacional ou se está especificamente associado ao turismo. Contudo, os crimes contra turistas são uma constante nos jornais e noticiários, uma vez que estes são um alvo de fácil identificação e que se espera que portem quantidade significativa de dinheiro e equipamentos eletrônicos (câmera filmadora e fotográfica digital, telefone celular e, etc).
- *Saúde*: além do problema da AIDS, que apresenta ligações com o turismo sexual, existem outros que podem decorrer de falhas na infra-estrutura de saneamento básico.
- *Realocação da população local*: Yáziği (1998) defende a questão da expulsão dos habitantes de seus locais de habitação tradicional. Essa questão é observada no litoral norte de São Paulo, onde os habitantes locais foram “transferidos”, quer pela venda de suas propriedades, quer pela expulsão de terras ocupadas, para locais menos nobres e mais distantes da faixa litorânea. Certamente, esse deslocamento tem impactos não só físicos, mas também culturais e econômicas, causados pelo distanciamento da população do mar e dos postos de trabalho criados pelo turismo.

Alguns autores, como Scheyvens (1999), alegam que as comunidades politicamente mais “fortes”, ou seja, as que têm senso de coesão e integridade, encontram-se mais preparadas para lidar com as questões decorrentes do desenvolvimento, sendo menos afetadas por elas. Nas comunidades em que há coesão, certo grau de associativismo e viabilidade econômica, é possível uma maior autonomia. Contudo, para as comunidades que não possuem as mesmas

características, pode ser difícil resistir às formas indesejadas de turismo. Assim, parece provável que, como resultado dessa dinâmica, aconteça o fortalecimento e a preservação dos mais fortes, enquanto as comunidades mais vulneráveis são pressionadas.

Embora exija esforço e tempo, o envolvimento de um amplo grupo de *stakeholders* no processo de planejamento do turismo traz benefícios significativos para a sustentabilidade. A participação de vários *stakeholders*, com diferentes interesses e perspectivas, encoraja a consideração de uma variedade de elementos sociais, culturais, ambientais, econômicos e políticos que afetam o desenvolvimento sustentável.

Parte da dificuldade de inclusão da comunidade no processo de planejamento está relacionada ao fato de ela não ser uma massa homogênea, mas conter fortes divisões de classe, *status* e poder que levam a problemas de equidade no acesso aos recursos e na divisão dos benefícios.

No contexto dos países em desenvolvimento, a participação das comunidades é ainda mais difícil de ser implantada. Os motivos tornaram-se evidentes quando os estudos de participação da comunidade no planejamento do turismo surgiram e foram definidos no contexto de países desenvolvidos. Tais estudos demonstram como esse conceito foi transportado para os países em desenvolvimento. Um exemplo: “[...] o incentivo para a participação local vem da posição de poder do primeiro mundo: é mais fácil promover os princípios da participação local no papel, a distância, do que praticá-los” (MITCHELL & REID, 2001).

Observando os quesitos apresentados acima como significativos para que a comunidade tenha um alto nível de controle e gerenciamento do turismo, fica clara a distância entre o arcabouço teórico e a realidade dos países em desenvolvimento. Os quesitos definidos pelos autores são:

- estrutura ampla e democrática;
- processo de decisão justo e eficiente;
- alto grau de participação individual na tomada de decisões;
- alto volume de propriedade local.

Tosun (2000) identifica as principais limitações para a participação da comunidade no Planejamento e Desenvolvimento do Turismo (PDT) em países em desenvolvimento:

- *Limitações operacionais:* centralização da administração pública ao turismo restringe a influência de grupos comunitários; falta coordenação entre os setores público e privado. Por se tratar de uma atividade altamente fragmentada, os problemas de coordenação entre as empresas do setor privado também são freqüentes – na maior parte dos países em desenvolvimento, as informações existentes são insuficientes e, mesmo quando coletadas, podem não ser disseminadas de forma compreensível entre os cidadãos, inclusive nas comunidades-destinos.
- *Limitações estruturais:* profissionais encarregados do planejamento acreditam que detêm a “melhor solução” para o local e têm dificuldade em enxergar que “amadores” podem trazer alternativas interessantes. Mesmo os profissionais que acreditam nessa possibilidade têm dificuldade em encontrar a melhor forma de fazer essa incorporação, pois não há tradição nesse sentido – nos países em desenvolvimento, a democracia é recente ou existe uma semi-democracia, ou, ainda, os instrumentos democráticos existentes não são partilhados pela maioria, mas dominados por uma elite. Em geral, as comunidades não possuem grupos legalmente constituídos para representá-las; os recursos humanos das comunidades muitas vezes são despreparados, o que tem estimulado o influxo de empregados de outras partes do próprio país e, ainda, a ocupação dos poucos cargos atrativos por estrangeiros. A participação das comunidades requer tempo, dinheiro e habilidade para ser organizada. Além de onerar os investimentos, a consulta à população poderá gerar atrasos no processo de decisão; a introdução do turismo nas localidades requer a alocação de recursos financeiros no setor de infra-estrutura, além de facilidades que, mesmo nos países pobres, seguem padrões internacionais. A propriedade e o investimento são duas das variáveis mais importantes para que a população possa ter controle sobre o crescimento e o estilo de desenvolvimento.
- *Limitações culturais:* grande parte das pessoas nos países em desenvolvimento tem dificuldade de atender às necessidades básicas, o que limita sua participação em questões relativas à comunidade. A apatia e a falta de consciência sobre os problemas socioculturais, econômicos e

políticos entre as bases é resultado de anos, muitas vezes de séculos de exclusão acerca dos assuntos que afetam sua dignidade.

Contudo, as dificuldades existentes para a inserção das comunidades no planejamento da atividade turística não justificam o abandono dessa prática, da mesma forma que não eliminam o desejo das comunidades de serem sujeitos do desenvolvimento. Essa posição fica clara quando a população local afirma que suas opiniões sobre o desenvolvimento da comunidade nunca foram ouvidas – e que foram excluídos de todos os estágios do processo de planejamento.

O que existe é a necessidade de buscar formas mais efetivas de viabilizar essa participação. Um caminho possível é o empoderamento dos habitantes locais, o que, em última análise, permite que estes decidam acerca das principais diretrizes de desenvolvimento que querem para sua região, e como desejam que os custos e benefícios sejam divididos entre os diferentes *stakeholders*. As estratégias de turismo devem não apenas ser desenvolvidas com a comunidade, ou com a participação, mas como uma forma de desenvolvimento da comunidade.

Contudo, os problemas de participação não se limitam à falta de envolvimento da comunidade, pois também se estendem ao empresariado. Os empresários podem “dominar” o processo de participação sendo que em alguns casos as pessoas mais ativas na tomada de decisões por parte da comunidade na formação de políticas tendem a ser “empresários locais cujos rendimentos estão ligados ao crescimento e à vitalidade da comunidade”.

O processo de planejamento do turismo nas comunidades tende a ser simplista, ou, em alguns casos, inexistente. Com frequência, as destinações turísticas são criadas por um empreendedor, empresa privada ou governo nacional, e todo o planejamento parte dessa perspectiva. O ponto crítico é que todos os afetados (*stakeholders*) pelo plano devem ser efetivamente trazidos para o processo de planejamento, e não incorporados de forma meramente simbólica (HARDY, BEETON & PEARSON, 2002).

A expansão do turismo também envolve consideráveis custos e despesas com a provisão e manutenção da infra-estrutura na forma de estradas, aeroportos, água, serviços sanitários e energia, muito deles específicos ao turismo em relação às outras formas de uso social. Como atividade intensiva em capital físico, o setor requer tipos específicos de habilidades de trabalho e, assim, investimento em capital

humano, uma vez que estes são os principais obstáculos para que se atinja o nível de uso sustentável dos recursos.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 O *locus* da análise

O Município de Itacaré⁸ está localizado na região Costa do Cacau no Estado da Bahia, ao Sul da capital Salvador, a uma distância de 532 Km via BR-101 e BR-324 e, ao Norte de Ilhéus, a uma distância de 65 Km via BA-001 (Figura 1). Ocupa uma área de 730,27 Km², a 14° 18' de latitude Sul e 39° 02' de longitude Oeste do Meridiano de *Greenwich*. Segundo o IBGE (2008), o município tem uma população de 24.720 habitantes, sendo 53,06% do sexo masculino e 56,12% da população residente na zona rural. A cidade de Ilhéus é o portão de acesso aéreo, marítimo e rodoviário. O clima do Município é tropical com chuvas freqüentes durante o inverno (maio a agosto) e as temperaturas médias diárias variam entre 25°C e 30°C, podendo chegar aos 40°C no verão temporada (dezembro, janeiro e fevereiro).

4.2 Procedimentos metodológicos

O presente trabalho teve como ponto de partida a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica surgiu da necessidade do levantamento de referenciais teóricos que auxiliassem na seleção e definições de conceitos e de enfoques que contribuíssem com o problema investigado, pois o pesquisador precisa delinear as possíveis implicações teóricas, considerando os eventos julgados referente ao objeto investigado (THIOLLENTT, 1997).

A importância da pesquisa documental é explicada por Mann (1970) e Becker (1999). Segundo Mann (op.cit., p. 86) “os documentos são a nossa história (e dos outros povos). Eles registram fatos do passado e o presente está na relação casual com o passado.” Para Becker (op.cit., p. 122), a coleta de documentos gerados pela comunidade podem “propiciar um histórico útil, documentação necessária das

⁸ Palavra da língua dos índios pataxós (da Bahia) que significa pedra escondida (KENT, 2000).

condições de ação para um grupo (como um conjunto de regras codificadas) ou um registro conveniente de eventos e análises”.

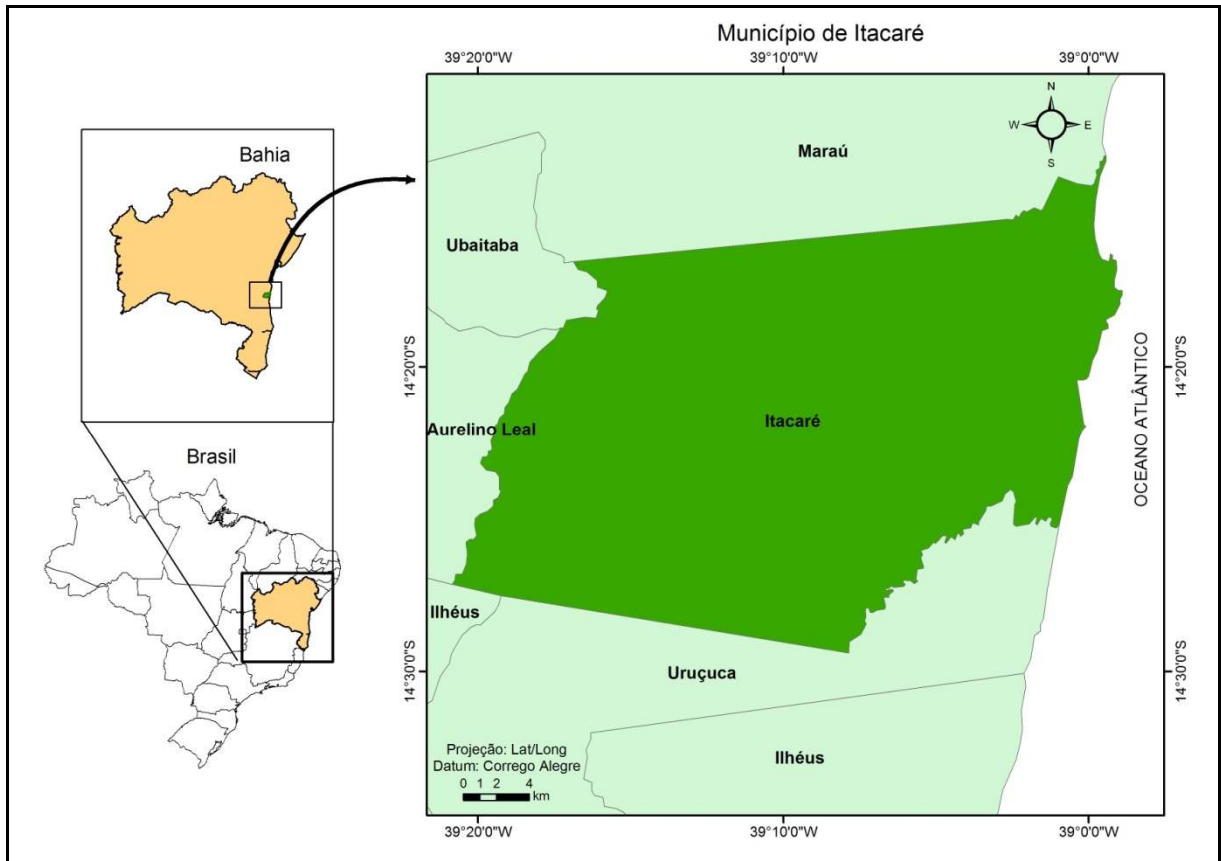


Figura 1 – Mapa de localização do Município de Itacaré – Bahia.

Fonte: MOREAU (2008).

Essa fase exploratória inicial, em que começaram a ser detectados os problemas, os atores e os tipos de ações possíveis e necessárias, foi essencial para a obtenção de um número significativo de informações que auxiliaram na elaboração de um quadro conceitual que pudesse orientar a presente pesquisa, pela definição de objetivos e fixação de metas que nortearam as ações futuras (THIOLLENT, op. cit).

A pesquisa de campo sobre os impactos sócio-ambientais e econômicos gerado pela atividade turística e as repercussões do turismo no desenvolvimento local: o caso de Itacaré - Bahia, foi baseada em entrevista estruturada, composta por perguntas abertas e fechadas relacionadas com os problemas que foram julgados prioritários.

O levantamento de campo⁹ foi feito através de questionários (APÊNDICES A e C¹⁰), realizado pelo sistema de amostragem probabilística estratificada, aplicados por exaustão, aos moradores do Município de Itacaré, tanto da zona urbana como da zona rural, no período de 12 a 26 de maio de 2007 (baixa estação). Esta amostra foi considerada uma técnica apropriada para alcançar a representatividade do universo ou população em estudo.

Também o levantamento de campo constou da realização de censo dos “*stakeholders*” (APÊNDICE D) onde foram entrevistados através de questionários (APÊNDICES B e C), com perguntas abertas e fechadas, todos os 30 líderes locais e/ou representantes legais das principais instituições e organizações (comunidade local, setor público e privado e terceiro setor) ligadas diretamente com o desenvolvimento da atividade turística em curso no Município de Itacaré – Bahia (Tabela 2).

O período de baixa estação foi escolhido para a realização da coleta de dados primários, a fim de se evitar a interferência do viés psicológico no resultados da pesquisa.

Antes da aplicação dos questionários foi feito um pré-teste para verificar as falhas no instrumento, a clareza das perguntas, o tempo de resposta e o interesse dos respondentes pelos temas abordados, como também para nortear o dimensionamento da amostra.

O número 1.015 de respondentes (488 da zona rural e 527 da zona urbana) foi calculado através do tamanho da População, estratificada em sexo e concentração urbana/rural, conforme censo do IBGE em 2000 (IBGE, 2008), considerando o nível de confiança de 97% e margem de erro da amostra de 3%.

A aplicação dos questionários (APÊNDICES A, B e C) contou com a participação de uma equipe de 76 pessoas, sendo 30 estudantes de Instituições de Ensino Superior de Ilhéus (UESC e Faculdades de Ilhéus e Madre Thais), alunos das disciplinas de Economia do Turismo e Técnicas de Pesquisa e 46 estudantes do 3º ano do 2º grau do Instituto Municipal de Educação Paulo Ganem Souto, de

⁹ As atividades de campos só foram iniciadas após a Aprovação da Pesquisa pelo Comitê de Ética de Pesquisa – CEP/UESC, através do Parecer Consubstanciado, emitido na Reunião Ordinária nº 34, em 12 de julho de 2006, referente a solicitação através do Protocolo: 018/06 (ANEXO A).

¹⁰ Todos os entrevistados, independente de serem atores do turismo e/ou membro da comunidade local tiveram que assinar uma declaração concordando em participar da pesquisa, no caso de entrevistado analfabeto o mesmo teve que deixar a sua impressão digital. Conforme exigência do Comitê de Ética de Pesquisa – CEP/UESC, ver o modelo do formulário: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C).

Itacaré. Os mesmos foram treinados para cumprir os objetivos e procedimentos da pesquisa, manter os participantes em anonimato, não induzir respostas, bem como manter o direito decisório do residente em relação a resposta total ou parcial do formulário, em função de requisitos como conhecimento, vontade e tempo (APÊNDICE D).

Realizou-se análise quali-quantitativa dos resultados obtidos. Segundo a Organização Mundial do Turismo (2005, p.10), a análise qualitativa é uma forma de abordar a realidade do setor turístico; entretanto, não deve ser considerada uma metodologia alternativa à análise quantitativa, mas sim uma metodologia complementar.

Costuma revelar-se como uma ferramenta de grande valor nos casos em que a informação quantitativa não é adequada em função de determinadas circunstâncias e nos setores ou assuntos em que as questões qualitativas, as preferências ou o planejamento tenham um forte peso na determinação do comportamento das variáveis turísticas (Op.cit., p.10).

A pesquisa quantitativa baseia sua análise na informação que dados e fontes proporcionam. Os resultados obtidos por meio dessa análise devem explicar o comportamento da população que se quer estudar. Daí a importância da precisão estatística na obtenção da amostra, na elaboração dos questionários e nas fontes de informações utilizadas na pesquisa quantitativa (OMT, 2005, p.11)

4.3 Categorias de análise e variáveis da pesquisa.

As variáveis, como ressaltam Cerro e Bervian (2002), são aspectos, propriedades ou fatores reais ou potencialmente mensuráveis pelos valores que assumem e discerníveis em um objeto de estudo; são exemplos de variáveis: a renda, a faixa etária, o grau de escolaridade, o sexo, a profissão e, etc., desde que se destaquem os valores que contêm.

No intuito de responder aos objetivos de pesquisa, trabalhou-se com as seguintes categorias: Percepção dos Atores do Turismo (*Stakeholders*) e Percepção da Comunidade Local, as quais são compostas das seguintes variáveis:

- Percepção dos atores do turismo (*stakeholders*)

- Nome da instituição

- Nome do representante legal
- Endereço
- Origem
- Objetivos
- Segmento de atuação
- Quantidade de sócios ou afiliados
- Área de atuação (zona urbana ou rural)
- Há quanto tempo atua na comunidade
- Número de pessoas atingidas pelas ações e projetos da instituição
- O turismo afetou as condições de vida da comunidade local
- O turismo aumenta as opções de recreação
- O turismo congestionava as praias e outros atrativos
- Após o turismo tem se cobrado pelo acesso às praias
- O turismo contribuiu para o aumento da violência e da prostituição
- O turismo aumenta as opções de recreação
- O turismo causa prejuízos para o meio ambiente
- O turismo contribuiu para o aumento da oferta de produtos e serviços
- Como avalia a economia atualmente
- O turismo contribuiu para o aumento da renda, do poder de compra e oferta de emprego
- O turismo contribuiu para o aumento do custo de vida
- Qual área prioritária do município necessidade de mais investimentos
- O turismo contribuiu para o aumento da renda, do poder de compra e oferta de emprego
- Após ter refletido sobre o turismo em sua cidade, e levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gera, qual a sua avaliação sobre o turismo no município de Itacaré – Bahia

- Percepção da comunidade local

- Local de residência (zona urbana ou rural)
- Naturalidade
- Há quanto tempo mora na localidade
- Número de pessoas que residem na casa

- Condições de uso da residência
- Sexo
- Idade
- Renda média familiar
- Grau de Escolaridade
- Ocupação atual
- Qual o setor onde trabalha
- Já teve contato com turistas
- Em que sentido o turismo afetou as condições de vida da comunidade local
- O turismo tem provocado alterações na cultura local
- O turismo aumenta as opções de recreação
- O turismo congestionava as praias e outros atrativos
- Após o turismo tem se cobrado pelo acesso às praias
- O turismo contribuiu para o aumento da violência e da prostituição
- O turismo causa prejuízos para o meio ambiente
- O turismo contribuiu para o aumento da oferta de produtos e serviços
- Como avalia a economia atualmente
- O turismo contribuiu para o aumento da renda, do poder de compra e oferta de emprego
- O turismo contribuiu para o aumento do custo de vida
- Qual área prioritária do município necessidade de mais investimentos
- Após ter refletido sobre o turismo em sua cidade, e levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar, qual a sua avaliação sobre o turismo no município de Itacaré – Bahia

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 Abordagem dos impactos sócio-ambientais e culturais

O PRODETUR da Bahia, em sua primeira fase, investiu US\$ 231,3 milhões. O Pólo Litoral Sul recebeu investimentos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que somam US\$ 21,2 milhões, sendo que, destes, a pavimentação da Rodovia BA-001 Ilhéus a Itacaré foi a obra que consumiu mais recursos: US\$ 18,058 milhões, ou 77,5% do total do pólo.

Com a conclusão da Estrada Parque em 1998, um trecho de 65 Km, da BA-001, ligando os Municípios de Ilhéus a Itacaré, verificou-se um significativo aumento do fluxo de turistas para Itacaré, na alta temporada, que no ano de 2005 passou a receber cerca de 170 mil turistas, um número seis vezes maior que a sua população. Na verdade, a estrada configurou-se como um vetor de desenvolvimento regional, atraindo empresários de outras regiões brasileiras e de outros países.

Tal evento foi responsável direto pelo surgimento de alguns problemas graves, para a comunidade local, a saber: crescimento econômico desordenado, falta de infra-estrutura, degradação ambiental, poluição, ocupação desordenada dos espaços (favelas), importação, vazamento da renda e especulação imobiliária. Dentre esses problemas, o crescimento urbano desordenado é o mais grave, uma vez que este se torna gerador de todos os demais (ANEXO H). Qualquer crescimento pressupõe um planejamento, seja o crescimento da atividade turística ou da expansão do Município. Esse planejamento deve estar em posição igualitária com os interesses econômicos, a preocupação com o bem estar social e com o meio ambiente. Como afirma Doris Ruschmann (1997, p. 10),

o planejamento é fundamental para o desenvolvimento turístico equilibrado e em harmonia com os recursos físicos, culturais e sociais das regiões receptoras, evitando assim, que o turismo destrua as bases que o fazem existir.

A partir da ascensão do turismo no Município de Itacaré, muitas pessoas foram atraídas a fixar residências nesta localidade, embora em diferentes esferas. Empresários e empreendedores ávidos por obter lucros do turismo, em sua maioria, despreparados para lidar com tal atividade (TORRES, 1999). Pessoas dos grandes centros urbanos em busca de melhor qualidade de vida, seguindo uma nova tendência migratória da década de 90 (REBOUÇAS, 2002). Pessoas das cidades e regiões circunvizinhas em busca de oportunidades de emprego no setor turístico e por fim moradores da zona rural (ANEXO E), expulsos pela crise do cacau (REIS, 2002).

Todo esse contingente populacional foi distribuído espacialmente de acordo com o seu poder aquisitivo e ocasionando uma redistribuição da população local. Os empresários e empreendedores, mais abastados, ocuparam a parte central da cidade e os pontos mais valorizados pelo turismo, à beira mar ou rio, assim como os migrantes de maior poder aquisitivo. Pode-se observar nestes locais empreendimentos voltados para o turismo, pousadas, restaurantes, agências de turismo e também belas residências. Os outros extratos sociais foram absorvidos nos bairros periféricos. Assim, favelas surgiram, como o Santo Antônio, na entrada da cidade. Outras áreas particulares foram invadidas e degradadas a partir de 2001.

outro paradoxo imanente das rodovias turísticas está no fato de que se por um lado surgem para unir espaços, de outro, separam, fragmentam, segregam lugares e pessoas (CRUZ, 2002, p.135).

Um fato que chama a atenção nestas transformações sócio-espaciais é que os autóctones foram sendo gradativamente empurrados para os bairros periféricos, pois a terra que antes era trocada por eletrodomésticos devido ao seu baixo valor, segundo depoimento de um antigo morador, teve o seu valor agregado em função da atividade turística após a construção da estrada. Deslumbrados pela oportunidade de lucros em curto prazo, venderam suas propriedades e, no caso de posseiros, suas terras foram reclamadas pelos donos.

Conforme Archer e Cooper (2002), à medida que o turismo continua a crescer em dada região, suas exigências sobre os recursos escassos da área são cada vez maiores. É então, necessário, sobretudo, terra e, conseqüentemente, o preço deste recurso se eleva. Os donos de terra locais são incentivados a vender a sua propriedade, e o resultado é que, embora possam obter ganhos em curto prazo, no final, a única coisa de que eles dispõem é seu trabalho de baixa remuneração. Na

verdade, a maior parte do benefício decorrente da elevação dos preços da terra é recebida pelos especuladores, que a compram dos proprietários anteriores antes de ter sido designada para um empreendimento turístico.

Ainda segundo Bandeira (2002), o preço dos alimentos e outros produtos básicos subiram, tornando, assim, o custo de vida mais alto para os autóctones, que em sua maioria têm pouca renda. O grande fluxo de turistas concentrados na alta estação tem contribuído para a degradação ambiental (poluição das praias, lixo e desmatamento). Isto revela que o consumo do espaço turístico não está se dando de forma sustentável, não está sendo respeitada a capacidade de carga ambiental, que é a quantidade de turistas que um local pode suportar sem causar maiores impactos ao meio ambiente. O que já começou a ocorrer em Itacaré é a degradação dos atrativos naturais, os quais representam o próprio produto turístico, podendo, dessa forma, comprometer o futuro da atividade local.

De acordo com Ruschmann (1997), como o meio ambiente constitui um elemento fundamental do turismo, sua alimentação “sadia” é essencial para a evolução da atividade. E a motivação “contato com a natureza” se torna cada vez mais intensa, a natureza intacta pode tornar-se economicamente viável desde que o turismo seja associado à proteção dos espaços naturais e à existência dos serviços e equipamentos oferecidos aos turistas.

O impacto a esses espaços naturais não se restringe apenas a natureza, a comunidade local e sua cultura também sofrem estes impactos, desde quando o cotidiano da cidade é modificado e novos valores são introduzidos na comunidade. Quando esta cultura importada passa a predominar, a cultural local perde seu valor, causando verdadeiros conflitos entre a população nativa que não consegue se adequar aos novos costumes.

No Município de Itacaré, observa-se uma acentuada exclusão social da população local e marginalização de sua cultura. Os lucros do turismo não estão proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos mais carentes. As políticas priorizam os empresários, atraindo cada vez mais investimentos sem o devido planejamento. Os nativos acabam sendo excluídos do mercado de trabalho, pois não estão qualificados, perdendo a vaga para pessoas de outras localidades com um nível de educação maior. Segundo Reis (2002), a educação é um grande problema para este Município. Em Itacaré, só há uma escola que oferece o nível médio e cursos profissionalizantes não existem. O autor sugere a implantação

destes tipos de cursos, em especial ligado ao turismo, para preparar a população para este novo mercado de trabalho. Dessa maneira, as oportunidades de emprego são absorvidas por pessoas que chegam de outras cidades e que dispõem de capacitação. Mesmos os nativos que são incluídos no mercado formal, sofrem problemas com contratos temporários, não conseguindo estabilidade e os cargos ocupados em sua maioria são de baixa remuneração.

Todas estas agressões à comunidade tradicional do Município de Itacaré abrem espaço para que os excluídos encontrem como estratégia de sobrevivência meios ilícitos como a prostituição e o tráfico de drogas. Sintonizados com esta problemática e com esses novos tempos, em Itacaré, o Txai¹¹ *Resort*, num exemplo de Responsabilidade Social, vem desenvolvendo um projeto intitulado *Companheiros do Txai*, que trabalha com a comunidade rural que está localizada no entorno do seu empreendimento, onde promove ações no sentido de conscientizar essa população da importância da conservação e preservação dos recursos naturais (fauna e flora), criando alternativas de geração de emprego e renda para esta comunidade através da reciclagem do lixo do próprio *resort*, cultivo de horta, produção de plantas ornamentais e confecção de peças artesanais que são adquiridas pelo próprio Txai. Mais recentemente, a ONG *Yonic*¹² uma organização de caráter sócio-ambiental, que vem atuando na sede do Município, hoje responsável pela coleta de lixo, vem promovendo oficinas de artesanato, visando criar uma alternativa de ganho para os nativos na baixa temporada, com ênfase na reciclagem do lixo e utilização dos recursos naturais disponíveis (como a palha do coco), além de ter criado um cursinho pré-vestibular, que é oferecido gratuitamente à comunidade carente.

5.2 Análise dos impactos econômicos

Segundo Fernandes (2002), os resultados positivos ou negativos dos impactos econômicos do turismo sobre uma comunidade dependerão, em grande parte, do grau de desenvolvimento da região em estudo, pois qualquer indústria pode acarretar dois tipos de efeitos sobre a economia: a) intensa atividade de

¹¹ Palavra da língua dos índios kaxinawá (do Acre) que significa mais do que companheiro, a outra metade de cada um.

¹² Palavra de origem grega que quer dizer a força feminina.

investimento, com períodos de expansão quando da sua implantação; e b) operação propriamente dita.

No entanto, é bom frisar que em ambos os casos o volume dos impactos dependerá da capacidade da economia local de fornecer os bens e serviços demandados pelo setor turístico. Se, por exemplo, um hoteleiro que esteja ampliando seu empreendimento tiver todas as condições necessárias, tais como materiais de construção de boa qualidade e com preços acessíveis, mão-de-obra etc., melhor para ele e para a cidade. Caso contrário, irá buscar essas facilidades em outro lugar. Mas que impactos econômicos são esses? Redução dos desequilíbrios regionais; contribuição na arrecadação de impostos; efeitos multiplicadores de renda, produção e emprego; contribuição na formação do Produto Interno Bruto (PIB).

Muitos lugares ao redor do mundo apresentam regiões subdesenvolvidas ou relativamente subdesenvolvidas dentro do país em que elas se encontram. No Brasil, por exemplo, as regiões localizadas principalmente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste exibem condições socioeconômicas bem aquém da média do país como um todo. O Município de Itacaré não foge a esta regra. Apresenta elevado nível de pobreza. Contudo, segundo dados da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), a intensidade da pobreza em Itacaré, que, em 1991, era de 57,85%, reduziu para 54,00% em 2000. Também, no mesmo período houve uma melhora do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que em 1991 era de 0,472 e que em 2000 passou a ser 0,588. Tal fato demonstra uma pequena melhoria na qualidade de vida no Município de Itacaré, aliada ao desenvolvimento da atividade turística.

Com relação aos efeitos multiplicadores da renda, produção e emprego, o impacto econômico dos gastos turísticos nos meios de hospedagens (MH's¹³) sobre a geração de renda turística do Município de Itacaré, conforme Leal (2005), revela que o Município apresenta um multiplicador do rendimento turístico igual a 1,0849. Ou seja, os gastos efetuados pelos MH's de Itacaré geram um efeito multiplicador de 1,0849, causando um impacto de 8,49% sobre a economia do Município, além do gasto original.

¹³ No estudo foram considerados apenas os meios de hospedagem do tipo: albergue, hotel e pousada. Os *resorts* não foram considerados pela pesquisadora, e não fizeram parte da amostra (LEAL, 2005), ver a localização (ANEXO F).

Conclui-se um baixo impacto das despesas turísticas sobre a renda turística de Itacaré. Esse resultado pode ser justificado pelas consideráveis evasões decorrentes das importações e das arrecadações fiscais. A capacidade de uma determinada economia para reter o rendimento turístico nela gerado depende da capacidade produtiva da mesma. Portanto, quanto maior for esta capacidade, maior será a renda gerada pela despesa inicial. Em contraposição, quanto maiores os vazamentos, menor será essa renda.

Nesse sentido, a magnitude do multiplicador gerada em certo destino turístico (neste caso, Itacaré) depende do nível de integração do turismo na economia local, da capacidade desta economia para corresponder à demanda de bens e serviços a que o dispêndio turístico produz, assim como da propensão a consumir dos receptores da renda; das importações a que esse rendimento deu espaço e do nível de gastos dos turistas. Portanto, essas são as condições para impetrar um multiplicador expressivo, as quais ocorrem, sobretudo, nas economias diversificadas.

Entretanto, o Município de Itacaré não satisfaz essas condições, haja vista a insuficiência na oferta de bens e serviços para o atendimento das diversas etapas da demanda gerada pelos gastos turísticos. No que se refere aos motivos que levam os estabelecimentos de hospedagem a importarem bens e serviços fora da economia de Itacaré, ainda segundo Leal (2005), 57,5% dos entrevistados responderam que, em Itacaré, os preços são maiores, 32,5% declararam que em Itacaré a qualidade do bem/serviço é inferior e 10% revelaram que não há oferta do bem/serviço no Município.

Apesar de a atividade turística em Itacaré só ter sido iniciada, de forma empresarial, a partir de 1998, com a pavimentação da Estrada Parque (BA-001), que liga Ilhéus a Itacaré, o setor de serviços neste Município tem se destacado e, no período de 2001 a 2005, superou o setor agropecuário que, em décadas anteriores, representava o segmento mais expressivo, devido à monocultura do cacau, atualmente em franca decadência, conforme poderemos verificar na Tabela 1.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto de Itacaré – BA, período 2001 a 2005, em R\$

Setores	2001	2002	2003	2004	2005
Agropecuária	9 545 000.00	19 421 000.00	16 168 941.00	20 747 000.00	9 011 000.00
Indústria	3 182 000.00	3 177 000.00	3 581 557.00	4 692 000.00	5 829 000.00
Serviços	16 551 000.00	20 650 000.00	18 719 502.00	27 101 000.00	32 311 000.00

Fonte: IBGE (2008).

5.3 Análise da percepção dos atores do turismo (*stakeholders*) e da população do município de Itacaré – Bahia em relação à cultura, economia, meio ambiente e turismo

O interesse econômico para diversos autores como Krippendorf (2001), e Gursoy (2002), constitui a principal motivação do residente local em relação ao turismo. No entanto, esse benefício econômico realmente é percebido em suas verdadeiras dimensões? Atualmente, quando tanto se fala de consciência e força local, o eco do sonho dos benefícios do turismo ainda ensurdece e cega a população de forma que essa não perceba os custos sociais, ambientais e culturais que sofre? Essas questões consistem no problema central desta análise, que tem como objetivo entender como os moradores de Itacaré percebem o turismo em seu município e como estes apóiam a atividade de acordo com essa percepção. O objetivo secundário é saber quais os fatores que levaram a população a formar sua visão do turismo, para posteriormente se chegar a uma discussão em como deverá se realizar políticas ligadas ao turismo, levando em consideração a voz da população local.

O estudo da percepção dos moradores do município de Itacaré em relação à economia de sua cidade e ao turismo justifica-se pelo fato dessa análise ser fundamental para que se entenda a *motivação* dos moradores de Itacaré em relação à atividade turística. Isso porque, ao se estudar a percepção dos moradores locais, mesmo que esta esteja impregnada com variáveis individuais e que por isso não deve representar o coletivo, pode servir como base para o estudo de como a população, mesmo com uma percepção negativa em relação a algumas variáveis do turismo (como inflação, violência e degradação ambiental), pode motivar essa atividade em sua cidade quando na opinião dos moradores a economia está ruim. Já que estes acham que, os ganhos com o aumento do turismo como geração de emprego, renda e desenvolvimento justificariam esses prejuízos decorrentes também desse aumento.

Assim, definindo motivação como uma vontade gerada intelectualmente a partir da percepção da realidade, o diferencial para um real desenvolvimento dessa motivação obtém-se a partir da combinação das ações necessárias para melhorar a percepção, criando e gerando mudança comportamental. Pois, se essa motivação é devido à percepção de que o turismo gera benefícios que justificariam os prejuízos,

deve-se avaliar se essa percepção corresponde à realidade, ou se é fruto de uma ação comportamental de fazer do turismo um “salvador” das economias em decadência. Torna-se fundamental então, para um bom planejamento, que se estude como a população de determinada área percebe o turismo pois, esta pode apontar os malefícios trazidos pelo turismo, já que esta é quem tem seu cotidiano alterado com o turismo e pode perceber as mudanças de forma mais aguçada. Na elaboração de um planejamento turístico, se deve levar em consideração também, através de estudos como este, o que a população espera com o turismo e, criar formas de se viabilizar de forma concreta essas aspirações, aproveitando a motivação e o apoio da população frente ao poder público.

5.3.1 Análise da percepção dos atores do turismo (*stakeholders*) em relação à cultura, economia, meio ambiente e ao turismo

Os principais resultados da pesquisa são apresentados em forma de gráficos e tabelas, com comparações em termos percentuais de cada variável, de forma objetiva e simples visando facilitar ao máximo a sua interpretação:

No quesito atores pesquisados por tipo de atividade, a População se compôs de organizações não governamentais e setor público 13,33%, cada. Seguidos de culturais, moradores e religiosos, todos com uma participação igual de 6,67%. Já as demais atividades tiveram uma participação equivalente igual a 3,33%, respectivamente (Tabela 2).

Quanto à interferência do turismo na oferta de recreação no município, para a maioria (80%), dos atores pesquisados têm a percepção de que o turismo contribuiu para o aumento das opções de recreação e lazer de Itacaré. Enquanto a minoria (20%) declarou que o turismo não interfere ou não contribui para a ampliação das opções de recreação e de lazer da Comunidade Local (Figura 2).

Tabela 2 – Relação dos atores pesquisados por tipo de atividade, Itacaré, Bahia, 2007 (Em %).

Atividade / Setor	Frequência	Porcentagem (%)
Artesanato	1	3,33
Banco	1	3,33
Comércio	1	3,33
Cultura	2	6,67
Ecoturismo	1	3,33
Educação	1	3,33
Guia	1	3,33
Hotelaria	1	3,33
Justiça	1	3,33
Morador	2	6,67
Ong	4	13,33
Pesca	2	6,67
Pesquisa	1	3,33
Público	4	13,33
Receptivo	1	3,33
Religião	2	6,67
Resort	1	3,33
Surf	1	3,33
Transporte	1	3,33
Turismo	1	3,33
Total	30	100,00

Fonte: Dados da pesquisa.

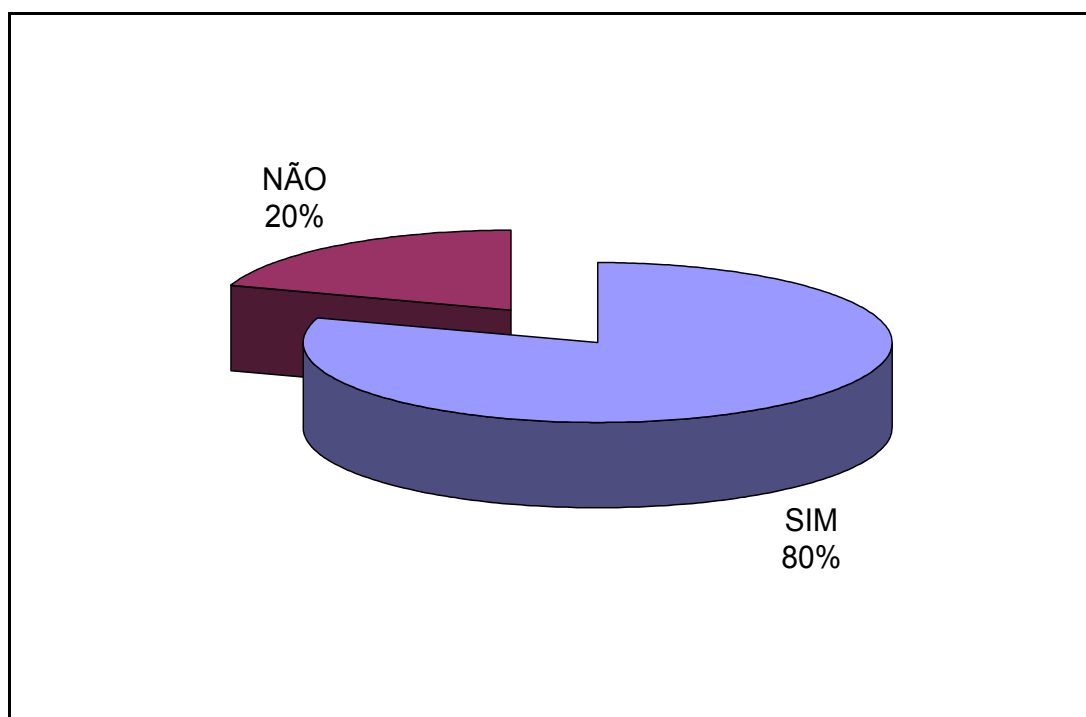


Figura 2 – O turismo aumentou as opções de recreação na cidade (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Quanto ao uso das praias e outros atrativos, 63%, os atores acreditam que o turismo causa congestionamento, já 37% responderam que não. Os resultados obtidos demonstrados corroboram então com a hipótese de Gursoy (2002) quanto à *utilização dos recursos*: a reação pode ser negativa se acharem que o turismo pode prejudicar seu acesso aos recursos turísticos que tradicionalmente utilizavam. Já que a maioria (80%) acha que o turismo aumenta as opções de recreação e que 37% tem a percepção de que o turismo não congestiona os atrativos turísticos que tradicionalmente utilizam como as praias, isso pode explicar em parte o fato de que apenas 46,7% acreditam ser o turismo bom para o município de Itacaré, conforme Figura 3.

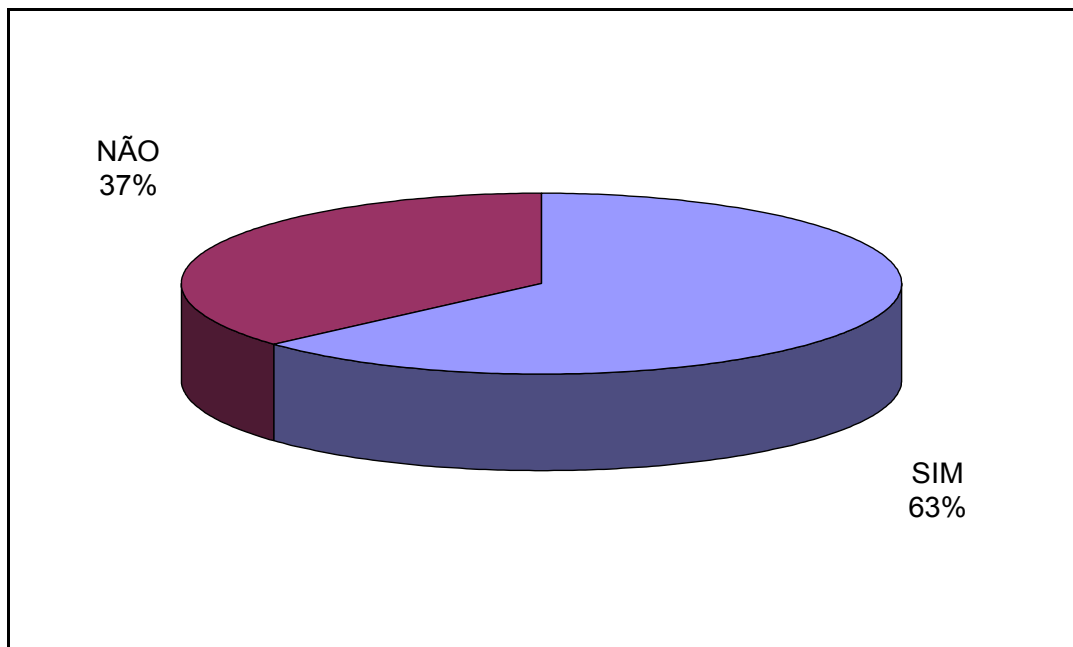


Figura 3 – O turismo contribui para o congestionamento das praias de outros atrativos, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Referente ao assunto fechamento dos acessos às praias e da prática de cobrança de taxa. A maior parte dos entrevistados (84%) afirmou que Sim, e os mesmos tem conhecimento do fechamento de trilhas de acesso às praias e da prática da cobrança de tarifa para a sua utilização. Enquanto isso, apenas 13% afirmou que Não há cobrança de tarifas e que as praias não foram fechadas. Um pequeno número informou que Não Sabe Responder sobre o assunto (Figura 4).

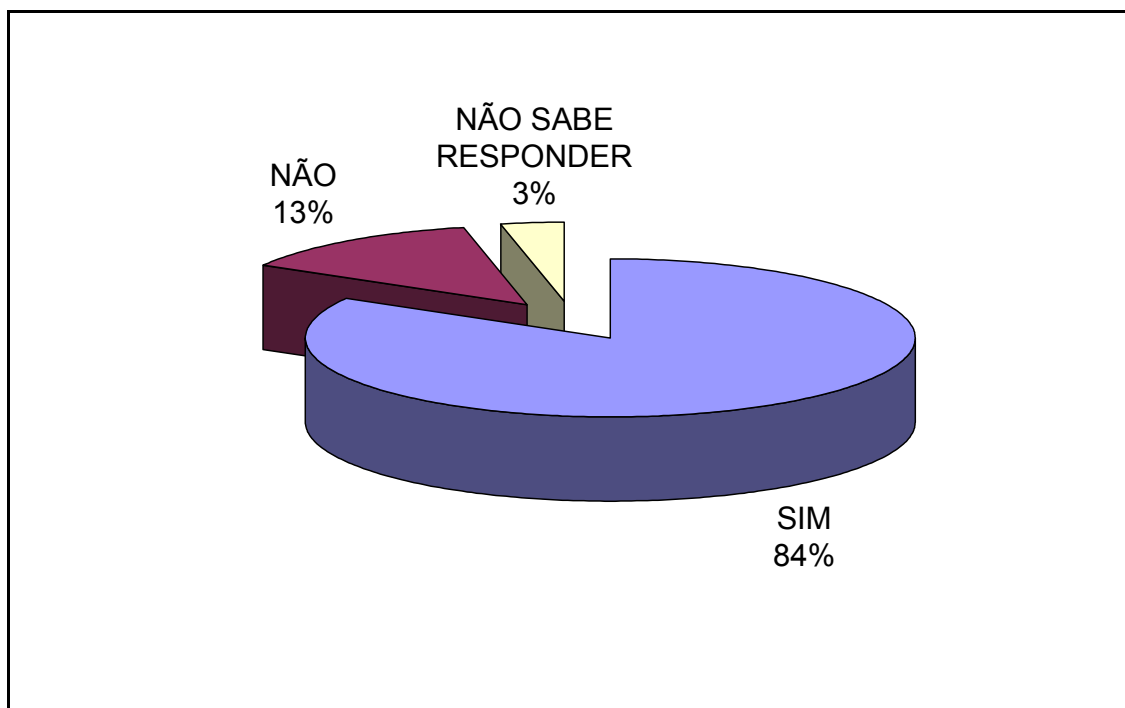


Figura 4 – Fechamento de acesso à praia e cobrança de taxa por particular (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

O que foi constatado na pesquisa junto aos atores pesquisados, está em concordância com o que foi apurado pela imprensa regional, conforme descrito e narrado na matéria do Jornal A Tarde, de 17 de julho de 2005, que foi publicada no site <www.atarde.com.br>, secção de Turismo:

O título da reportagem “Praias estão fechada em Itacaré” (conforme comprova o TAC – no ANEXO C), de autoria de Ana Cristina Oliveira, que diz o seguinte:

Comunidade protesta contra o que classifica de privatização de áreas de apelo turístico. Praias de grande apelo turístico em Itacaré – município com 17.960 habitantes (IBGE/2004) e distante 423 km de Salvador –, como as de Jeribucaçu, Havaizinho, Engenhoca, Prainha e Itacarezinho, que há três anos se alcançavam por trilhas, sem impedimentos, agora pagam-se R\$ 5,00 para entrar. Na Praia de São José, o acesso foi fechado há cinco anos, desde que o resort Vilas de São José foi construído (vide ANEXO C).

O relações-públicas do Vilas de São José, Paulo Ferreira, assegura que a trilha para a Praia de São José jamais foi fechada e que qualquer pessoa pode chegar ao local, usando uma passagem delimitada pelo IBAMA, a partir da Praia da Ribeira, que dá acesso à Prainha e, depois, à São José.

Essas restrições ao acesso às praias da região estão sendo discutidas há sete anos, mas tomou impulso com a recente decisão do Grupo Warapuru, que está construindo um resort de R\$ 40 milhões, de fechar uma trilha que dá para a Praia da Engenhoca, freqüentada por surfistas desde os anos 70 (ANEXOS B, C e D).

As lideranças do movimento estão mobilizando a comunidade para fazer valer a Lei 7.661/88, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro, regulamentado por decreto federal no ano passado. A lei diz que “as praias são bens públicos de uso comum do povo, sendo assegurado o livre acesso a elas e ao mar, em qualquer direção ou sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional ou incluídos em áreas protegidas por legislação específica” (ANEXOS B, C e D).

Segundo o vice-presidente da Associação de Surfe de Itacaré (ASI), Vladimir Reis, a Engenhoca é a melhor praia para os iniciantes no surfe, o que tem destacado Itacaré como referência nacional. Diante do impacto negativo da medida, os responsáveis pelo Projeto Warapuru procuraram minimizar a situação abrindo nova área, a partir da entrada para a Praia do Havaizinho, para manter o controle de acesso (ANEXO B).

“Não interditamos a praia. Fechamos a antiga trilha, porque estava desgastada de tanto uso, em prejuízo do meio ambiente, mas construímos outra para recuperar a visitação”, diz o administrador da Harmattan, holding que controla o Projeto Warapuru, Bernard Mercier. Segundo ele, houve uma má interpretação quanto à doação de carteirinhas, em número de 25, que diz terem sido solicitadas pela própria associação dos surfistas, para limitar a densidade de carga na área.

O pescador aposentado Osvaldo Sepúlveda, 67 anos, resume o sentimento dos nativos diante da situação: “Eu nasci e criei meus filhos andando por aqui, livremente. Agora, não posso mais passar, a não ser que pague, e eu mal tenho dinheiro para a feira, como vou pagar por uma coisa que sempre foi livre para todos?”, diz ele.

Na visão da turista Luciana Cardoso, que freqüenta as praias de Itacaré há 12 anos, “não é justo que os nativos tenham conservado o local para que grandes grupos econômicos se apossassem das áreas e confisquem direitos dos cidadãos”. “Se eles adquiriram legalmente a área, que coloquem fiscalização, mas não nos tirem o direito de ver o local”, diz a marisqueira Maria José Linhares.

A instalação desses grandes complexos turísticos ou *resorts* tem gerado muita inquietação junto a Comunidade Local, principalmente junto aos Nativos, que estão vendo os seus hábitos e sua cultura secular sofrendo significativas alterações em função dos diversos interesses de grupos estrangeiros que estão se instalando no município de Itacaré (ANEXO B e C).

Tal fato pode ser constatado através de reportagem também do Jornal A Tarde, do dia 17 de julho de 2005, no site <www.atarde.com.br>, seção Turismo, conforme transcrito a seguir:

A matéria foi sobre o embargo às obras do Warapuru, que fechou o acesso da Comunidade Local, dos Nativos e Turistas para a Praia da Engenhoca, um dos atrativos naturais mais conhecidos de Itacaré. O título da matéria: “Área integra reserva da Unesco” (ANEXOS B, C e D).

“Todo o projeto do resort está em área que é Reserva da Biosfera e Patrimônio da Humanidade, declarada pela UNESCO¹⁴, merecendo minucioso estudo técnico para licenciamento ambiental, que não foi apresentado ao Conselho Gestor da APA¹⁵”, afirma o biólogo e morador de Itacaré Fábio Coppola. Diz ele que, mesmo tendo sofrido agressões anteriores, a área é um corredor ecológico que se encontra em diferentes estágios de regeneração florística, sendo abrigo de uma diversificada fauna (ANEXO G).

Numa visita ao local das obras, o biólogo constatou que a colocação de uma cerca para delimitar a área das obras causa danos à livre locomoção de animais silvestres. Mais ainda: o intenso tráfego de caminhões e maquinário pesado e até explosão com dinamites estão levando os animais a buscarem refúgio em remanescentes de floresta próximos. Por conta disso, é possível se avistar animais atravessando a estrada, alguns com filhotes, com risco de ser atropelados ou atacados por predadores domésticos (Figura 5).

¹⁴ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

¹⁵ Área de Proteção Ambiental (APA) Itacaré – Serra Grande.



Figura 5 – Instalação de cerca na Praia da Engenhoca (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Coppola diz que a nova trilha foi aberta em área de refúgio da fauna local, além de estar em Zona de Proteção Visual (ZPV), declarada pelo plano gestor da APA Serra Grande-Itacaré, onde todas as praias do município estão inseridas (ANEXO B e D).

Diante de relatos dessa natureza, verificamos que os principais impactos sócio-ambientais gerados pelo turismo em Itacaré dizem respeito aos grandes empreendimentos, que estão sendo implantados, em áreas estratégicas, que na verdade são Áreas de Proteção Permanente (APP's) ou Áreas de Proteção Visual (APV's), como é o caso das praias da Engenhoca e Rezende, adquiridas por grupo português e belga. E que sob a égide do Ecoturismo, e com a concordância do Poder Público Local e Estadual, vem provocando externalidades negativas e significativas transformações nos hábitos dos moradores do município, re-arranjo sócio espacial, segregação sócio espacial e a formação de novos territórios (ANEXOS D).

Tanto é assim, que o resort Warapuru, que é o segundo seis estrelas do mundo teve as suas obras embargadas pelo Ministério Público Federal (ANEXO D). Conforme podemos verificar, na matéria do Jornal A Tarde, sob título: "IBAMA diz

que fará visita”, de 17.07.2005, publicada no site <www.atarde.com.br>, transcrita a seguir:

Segundo o gerente regional do IBAMA, Augusto Tosato, o Warapuru não deu entrada em nenhum pedido de supressão de Mata Atlântica no escritório IBAMA¹⁶, em Ilhéus. Ele revelou que está agendando a visita de fiscais ao local e, se confirmada a devastação de área de pequeno, médio ou grande estágio de regeneração, o projeto será multado e embargado (ANEXO B).

O Conselho Gestor da APA também diz ter conhecimento apenas de um estudo preliminar do projeto, que prevê a devastação da Mata Atlântica, portanto teria que apresentar o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), conforme a Resolução 001, de janeiro de 1986, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) vide (ANEXO D).

Bernard Mercier não apresentou documentação, mas garante que a obra do Warapuru tem autorização para construir 50 bangalôs, em 6% dos 49 hectares da área do projeto, por alvará de construção aprovado pela prefeitura municipal, em 17 de janeiro deste ano (ANEXO D).

O secretário de Desenvolvimento Urbano de Itacaré, Marcos Lucato, diz que as trilhas de acesso às praias passam pela Mata Atlântica e que a frequência tem que ser organizada, limitada, com guias treinados, que orientem o turista para a conservação das áreas. “É preciso também segurança e tudo isso gera custos, que devem ser pagos pelos usuários”, afirmou.

Entrevistando membros do Conselho Gestor da APA, que preferiram não se identificar, fomos informados que antes do início das obras do Warapuru, o Sr. Eduardo um Arquiteto de São Paulo, representando o Grupo Português, apresentou ao Conselho um Ante-Projeto do Empreendimento Hoteleiro de Baixo Impacto Ambiental, onde os Bangalôs seriam construídos Palafitados no Estilo Balinês. Contudo, o arquiteto não deixou plantas nem as fotos que tinha mostrado na reunião. O que depois se viu foi uma obra totalmente diferente do projeto que foi apresentado. Estruturas com cubos de concreto e vidro com a metade encravada dentro do morro. Nada de palhoça balinesa nem de palafita! Acrescentou.

¹⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

Algo que devemos ressaltar que é muito importante. Diz respeito a que o Conselho gestor da APA de Itacaré e Serra Grande, possui um site do tipo blog, que disponibiliza para Download, todas as ATA's de reuniões do Conselho. Contudo, justamente a Ata, que tratou da apresentação, apreciação e autorização do empreendimento Warapuru, sumiu. E, ninguém quer falar a respeito do assunto.

Outro fato interessante, é que as declaração do Sr. Marcos Lucato, na qualidade de secretário de Desenvolvimento Urbano do município de Itacaré, no último parágrafo da matéria do A Tarde, sobre a utilização de trilha, não deixa dúvidas quanto ao processo de privatização das praias de Itacaré, está ocorrendo com o aval do Poder Público Local, já que o mesmo afirma que os custos de preservação dos acessos devem ficar por conta dos usuários, aqui ele não faz diferenciação entre comunidade local, nativos e turistas.

Já em relação à violência e prostituição em Itacaré, a maioria dos atores disseram que o turismo contribui para a elevação desses índices. Conforme Figura 6 a seguir. A maior parte dos entrevistados (70%) acredita que o turismo contribui para o aumento da violência, da prostituição e do tráfico de drogas no município. Tal fato corrobora a hipótese de Gursoy (2002) que afirma que em relação ao *custo do desenvolvimento*: existe uma relação inversa entre os custos do turismo percebidos e o apoio dos residentes locais ao seu desenvolvimento.

Atualmente, o que tem inquietado a população de Itacaré, é o aumento da violência. O número de assaltos e furtos vem crescendo significativo no município. Várias pousadas foram assaltadas. Agora os residentes também tem sido vítimas dos delinqüentes e marginais. Antigamente, os turistas eram os alvos prediletos. Com a chegada do "Crack", muitos jovens tem se lançado no mundo do crime, principalmente, para manter o vício.

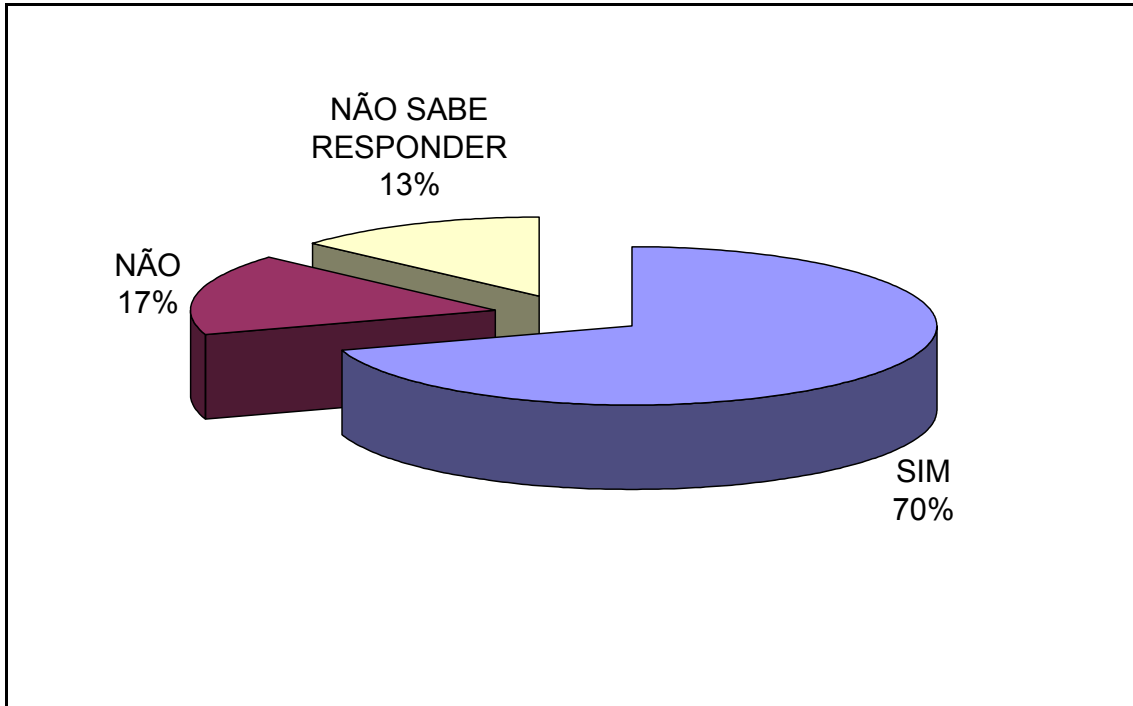


Figura 6 – O turismo aumentou a violência, a prostituição e o tráfico de drogas (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 7, no quesito meio ambiente a maioria (67%), crê que o turismo causa prejuízos ambientais. A minoria (33%) tem a percepção de que o turismo não causa impactos ambientais. Ou seja, a hipótese de que: quanto maior o nível de valores ecológicos dos residentes, maior os custos do turismo percebidos ou quanto maior o nível de valores ecológicos dos residentes, menores são os benefícios do desenvolvimento do turismo percebidos. Isto justifica porque apenas 46,7% avaliaram ser o turismo ótimo para o município de Itacaré – Bahia, pois na visão dos atores locais a atividade turística gera prejuízos ao meio ambiente, vide a Figura 8.

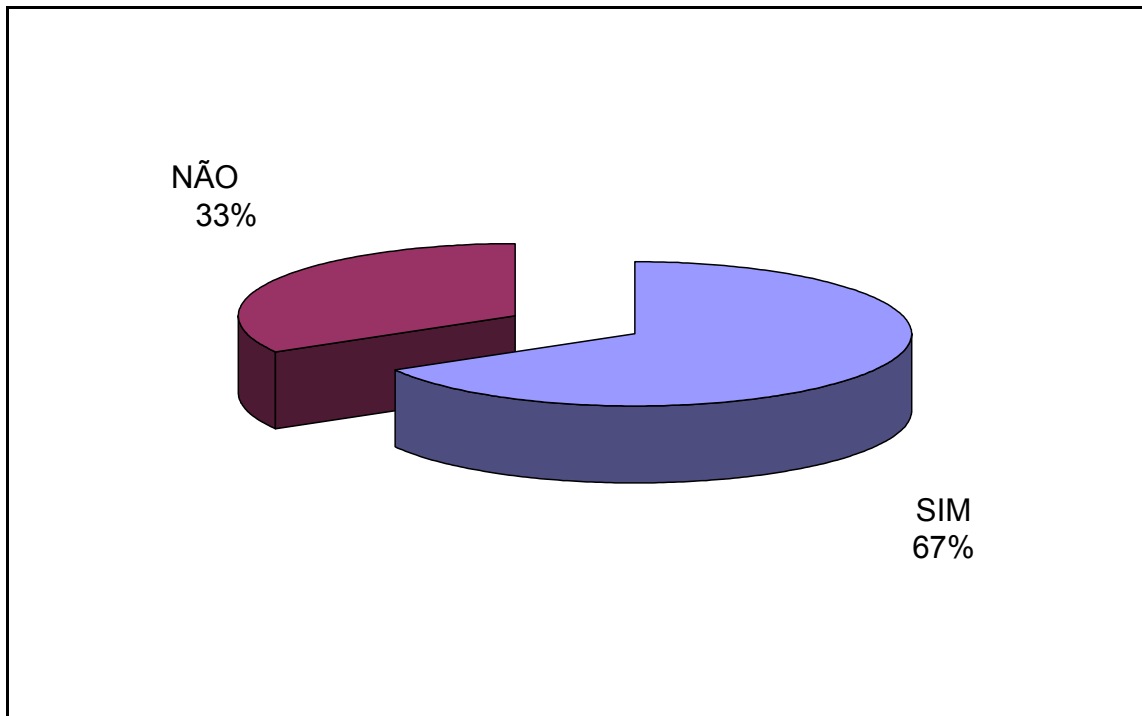


Figura 7 – O turismo causa prejuízos ao meio ambiente (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 8 – O lixão a céu aberto obstrui vias de acesso e impede o trânsito normal dos moradores em Itacaré (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

Na relação existente entre turismo e aumento da oferta de produtos e serviços do município, 93% responderam que tal aumento se verifica apenas 7% acham que a oferta permanece a mesma. Para 80%, no entanto, também há o aumento dos preços dos produtos de um modo geral, devido ao turismo. Apenas 20% acham que o turismo não interfere no preço dos produtos, mesmo na alta temporada. Conforme a Figura 9.

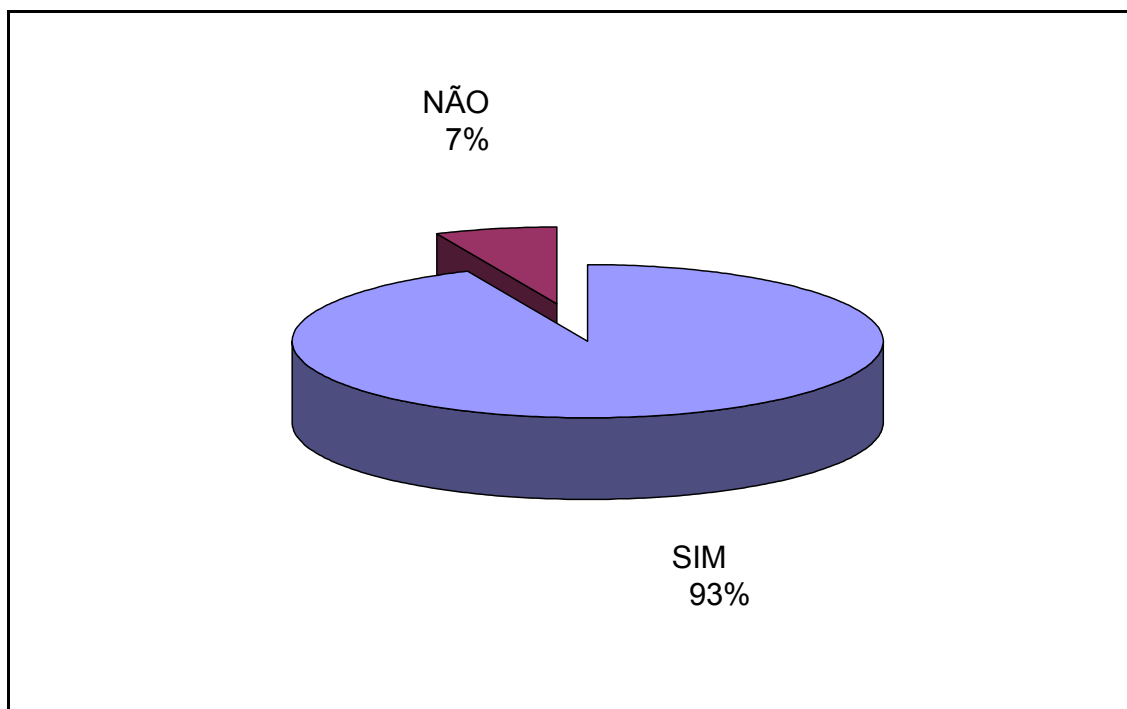


Figura 9 – O turismo aumentou a oferta de produtos e serviços (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à atual situação da economia do município de Itacaré, uma parte dos entrevistados 46,7%, considera que esta pode ser classificada como regular (Figura 10). Se o turismo contribui para o aumento da renda, do poder de compra e da oferta de empregos, 100% dos entrevistados responderam que afirmativamente (Tabela 3). Cruzando-se esses dois dados tem-se que dos 13,3% que classificam a economia local como ruim; 100% acreditam que o turismo aumenta a renda e o poder de compra e oferta de empregos na cidade, corroborando a hipótese de que: quanto pior é a percepção do estado da economia local, mais positiva será a reação dos residentes locais ao desenvolvimento do turismo.

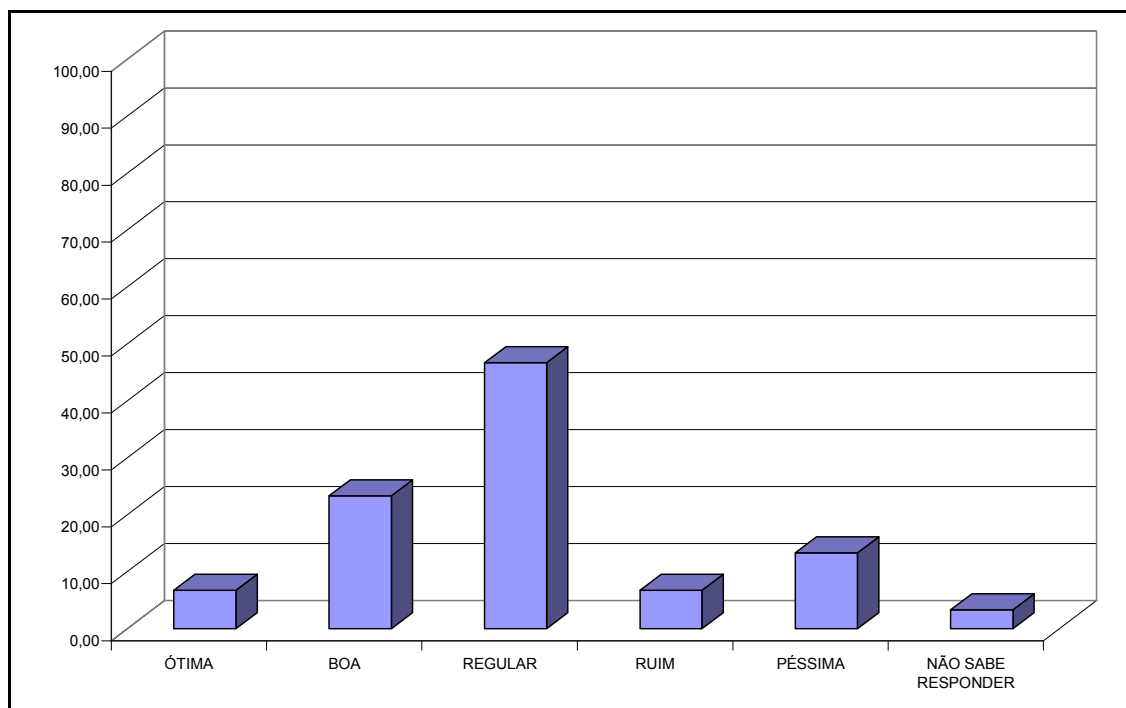


Figura 10 – Como avalia atualmente a economia do município de Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando foi perguntado se o turismo aumenta a renda, o poder de compra e a oferta de emprego em Itacaré, 100% dos entrevistados responderam que sim. Aqui, verificamos que as lideranças estão reproduzindo o “Discurso Triunfal do Turismo”, pois a realidade do município se mostra inversa à avaliação da Tabela 3. Pois, dos 100% que afirmaram que o turismo aumentou a renda e o poder de compra, 80% deste, declararam que também houve o aumento do custo de vida. Em outras palavras, se houve aumento da renda, ela foi corroída pelo aumento dos preços o que provocou uma perda do poder de compra, conforme comprova a Figura 11.

Tabela 3 – O turismo aumentou a renda o poder de compra e a oferta de emprego Itacaré - Bahia (2007).

Resposta	Frequência	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Sim	30,00	100,00	100,00	100,00
Não	0,00	0,00	0,00	0,00
Não Respondeu	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	30,00	100,00	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa.

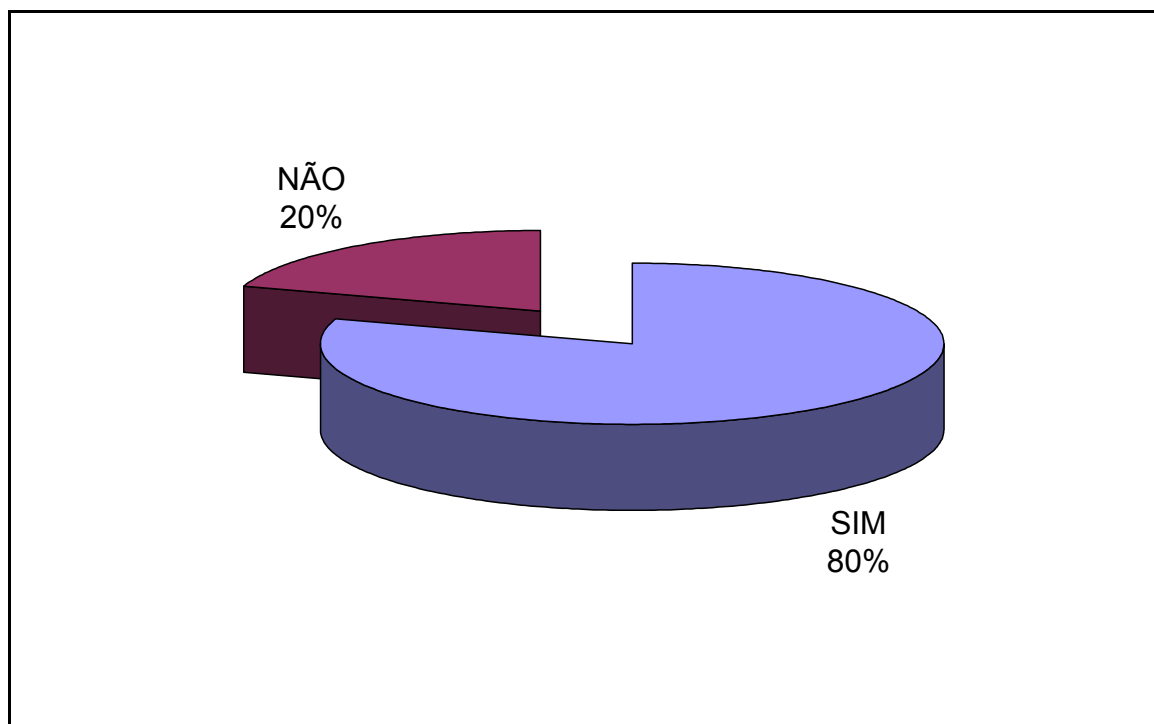


Figura 11 – O turismo aumento o custo de vida e em geral, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

A educação que foi apontada por 30% dos entrevistados como a área na qual o município de Itacaré carece de mais investimentos (Figura 12). Assim, verificamos que as lideranças locais compreendem que como o turismo é uma prestação de serviços, que se desenvolve através do contato de pessoas de diferentes culturas, o que exige mão-de-obra qualificada, que atualmente, é inexistente no município, o que contribui para que os empresários importem mão-de-obra, contribuindo assim, para a exclusão da Comunidade Local, do mercado formal da atividade turística. Já para 23,3% dos representantes o esgotamento sanitário é uma prioridade, pois na Sede do município praias urbanas como a Coroinha no centro de Itacaré (Figura 13), estão sendo contaminadas, devido aos efluentes estarem sendo despejados sem nenhum tipo de tratamento, o que afeta diretamente o produto turístico, e mais precisamente a balneabilidade das praias (qualidade da água para o banho), que são mais comprometidas no período de alta-estação (dezembro, janeiro e fevereiro) onde a vazão de efluentes é maior devido à cidade receber um fluxo 6 (seis) vezes maior que a população do município. As estradas de acesso foram apontadas por 10% dos entrevistados, com uma área que merece atenção e investimentos.

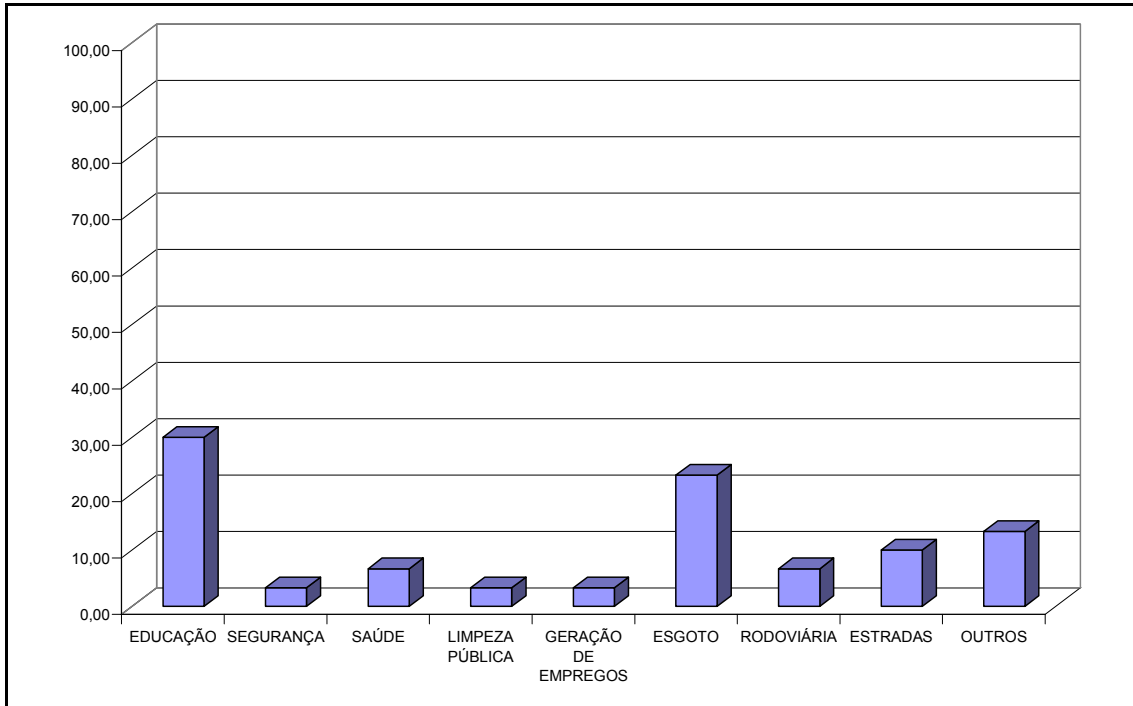


Figura 12 – Qual área do município necessita de mais investimentos, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.



Figura 13 – Esgoto contaminando a Praia da Coroinha, no Centro de Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos atores entrevistados 46,7% avaliaram o turismo como sendo “Ótimo” para o município de Itacaré, onde (66,7%) dos mesmos, disseram que a área prioritária em investimentos é a Educação e outros (21,4%) avaliaram que as estradas de acesso são importantes para o desenvolvimento da atividade turística. Já outros 20% classificaram o turismo como “Bom”, desses (50%) também afirmaram que a Educação requer uma maior atenção. Enquanto isto, 30% afirmaram que o turismo é “Regular” para Itacaré, sendo que (71,4%) dos mesmos, disseram que a área mais carente e que mais precisa de investimentos com maior urgência é o Esgotamento Sanitário (Figuras 12 e 14).

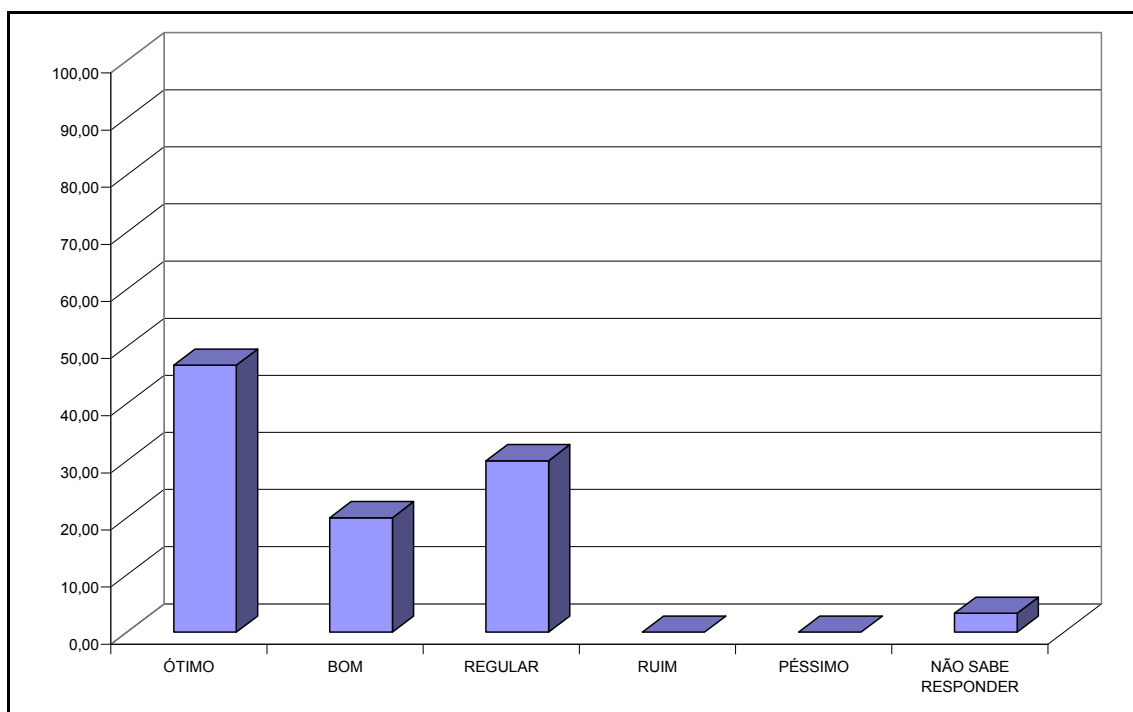


Figura 14 – Como você avalia o turismo, levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar no município de Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

5.3.2 Análise da percepção da comunidade local em relação à cultura, economia, meio ambiente e ao turismo

Quanto a localização da residência dos entrevistados, 52% residem na Zona Urbana. Enquanto que 48% ainda residem na Zona Rural do município de Itacaré (Figura 15).

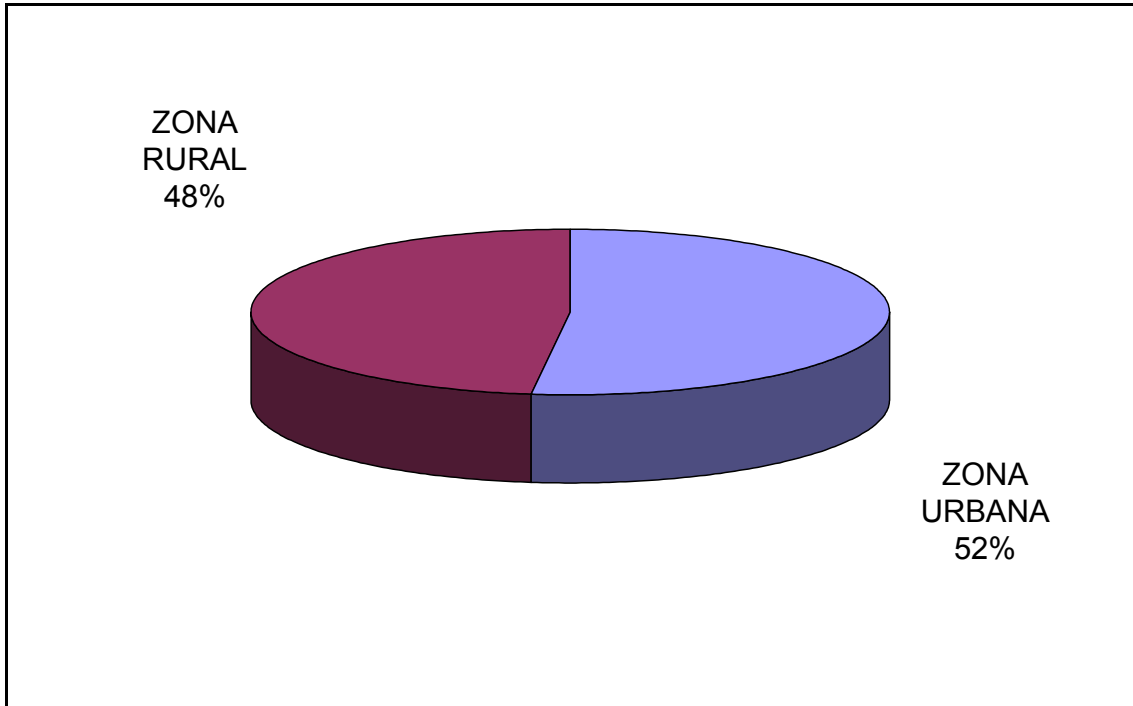


Figura 15 – Localização da residência no município de Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito à naturalidade dos entrevistados, 55% nasceram em Itacaré, 42% são originários de municípios baianos, enquanto que aproximadamente 3% vieram de outros estados do Brasil. O número de estrangeiros é inferior a 1%, conforme a Figura 16.

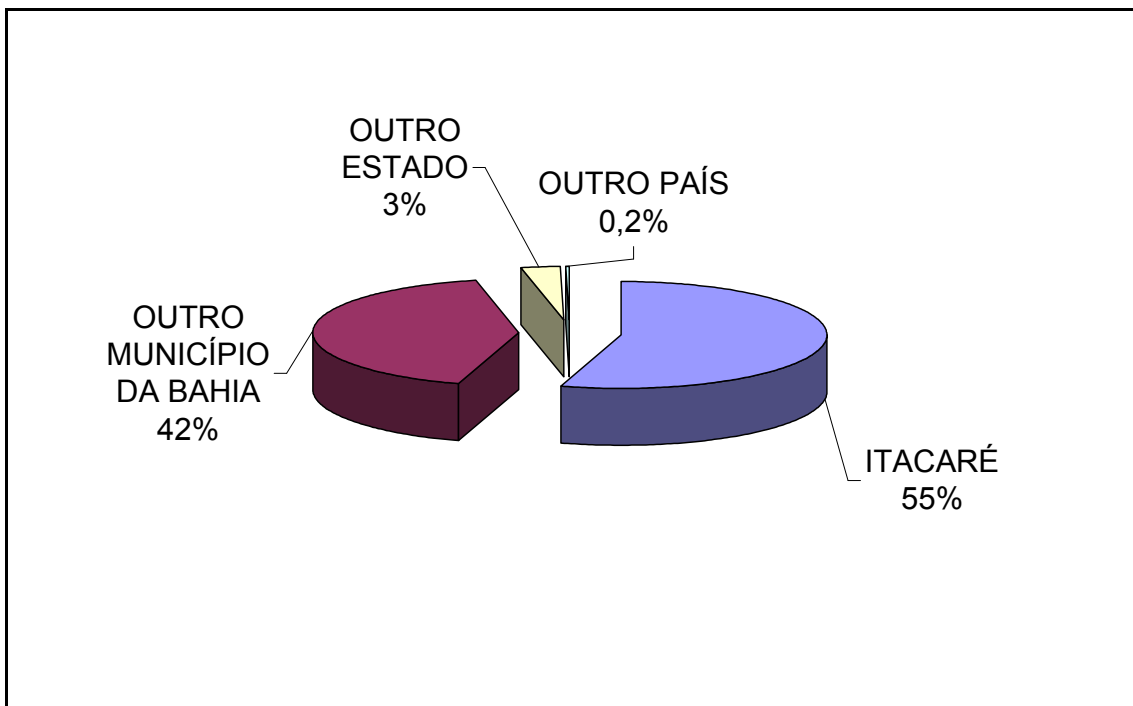


Figura 16 – Naturalidade (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

Concernente ao tempo de moradia a maior parte dos entrevistados 33,3% afirmaram que residem no município entre 10 a 20 anos. Entretanto 29,3% disseram que residem há mais de 20 anos. Cerca de 15% responderam que estão morando na localidade de 5 a 10 anos. Questionados 11,7% informaram que estão em Itacaré já fazem de 2 a 5 anos. Ainda 4,7% estão instalados entre 1 a 2 anos. Entre 7 meses a 1 anos e até 6 meses, 3,7% e 2,4%, respectivamente, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Tempo de moradia dos entrevistados no município de Itacaré – Bahia, 2007 (em %).

Tempo	Frequência	Percentual	Validade Percentual	Percentual Acumulado
Até 6 meses	24	2,4	2,4	2,4
07 meses a 1 ano	38	3,7	3,7	6,1
1 a 2 anos	48	4,7	4,7	10,8
2 a 5 anos	119	11,7	11,7	22,6
5 a 10 anos	151	14,9	14,9	37,4
10 a 20 anos	338	33,3	33,3	70,7
Acima de 20 anos	297	29,3	29,3	100,00
Total	1.015	100,00	100,00	

Fonte: Dados da pesquisa.

No quesito tipo e uso residencial a maioria (74%) dos entrevistados, possui imóvel próprio. Enquanto que 14% residem em uma moradia alugada. 9% moram em um imóvel cedido na sua maioria por empregador. Já 3% respondeu que se utiliza de outras modalidade de residências (Figura 17).

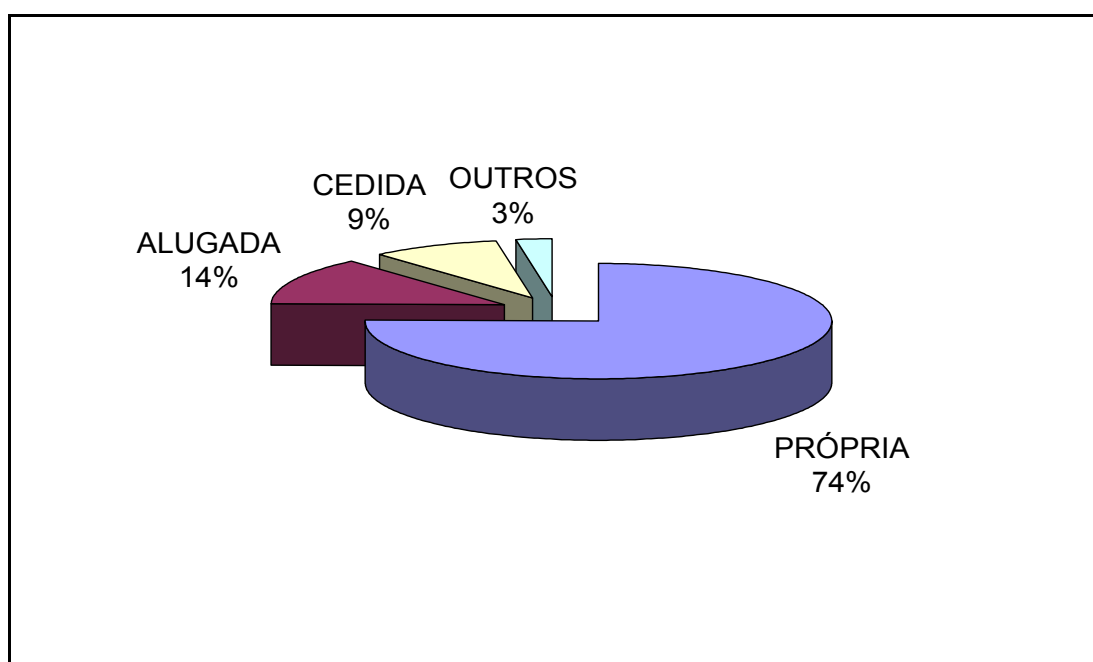


Figura 17 – Condições de uso residencial da população, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Segundo o gênero a amostra se constitui da seguinte forma: 52% dos entrevistados são do sexo masculino, enquanto que 48% pertencem ao sexo feminino (Figura 18).

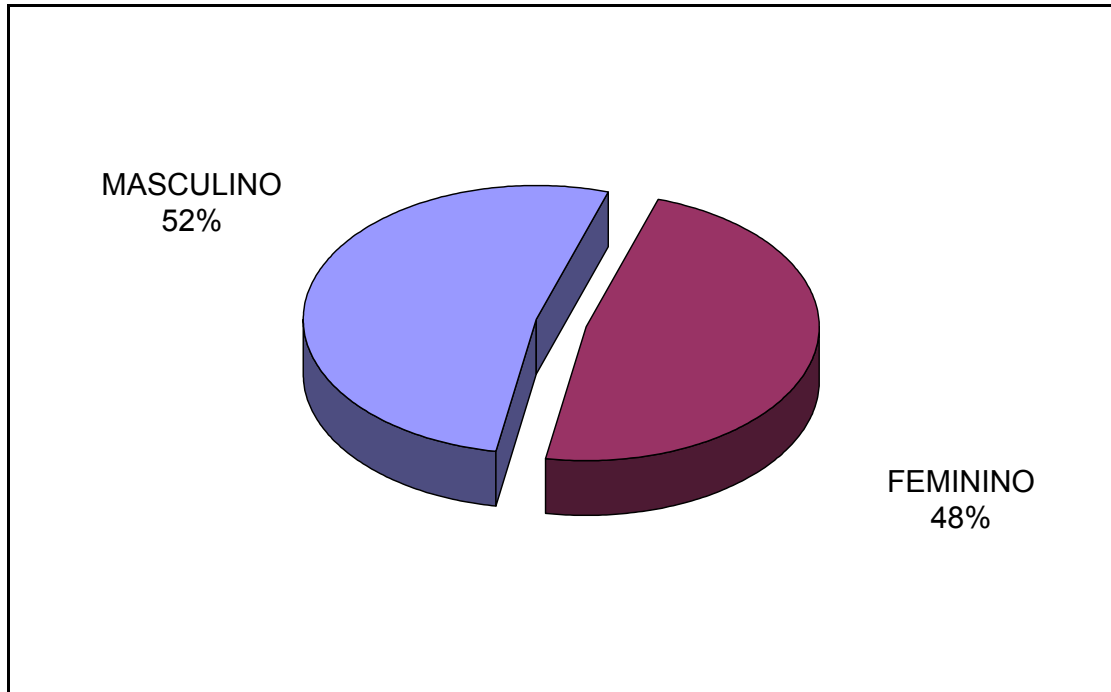


Figura 18 – Sexo da população, Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

No que tange a renda média familiar dos entrevistados, a maioria (49,1%) dos mesmos responderam que a renda total da família é igual a 1 Salário Mínimo. Enquanto que 24,6% declararam que a renda familiar equivale de 2 a 3 Salários. Já outros 7,8% responderam aos entrevistadores que a renda média está entre 4 a 5 Salários. Para 1,7% sua família percebe uma renda mensal de 6 a 10 Salários. Apresentaram renda familiar entre 11 a 15 Salários e 16 a 20 Salários, 0,4% e 0,7%, respectivamente. Declararam não possuir nenhum rendimento 2,5%, dos entrevistados. Outros 12,3% não nada declararam (Figura 19).

Em relação ao grau de escolaridade dos entrevistados, a maior parte dos mesmos 37,8% possui o Ensino Fundamental Incompleto. Já outros 18,3% responderam que tem o Nível Médio Incompleto. Enquanto que 16,9% informaram que tem o Ensino Fundamental Completo. Ainda 10,9% afirmaram ter o Nível Médio Completo. O número de Analfabetos correspondeu a 10% dos entrevistados. Por fim, outros alegaram ter Curso Superior Completo, Superior Incompleto e Pós-Graduação, com participação de 1,8%, 1% e 0,4%, respectivamente (Figura 20).

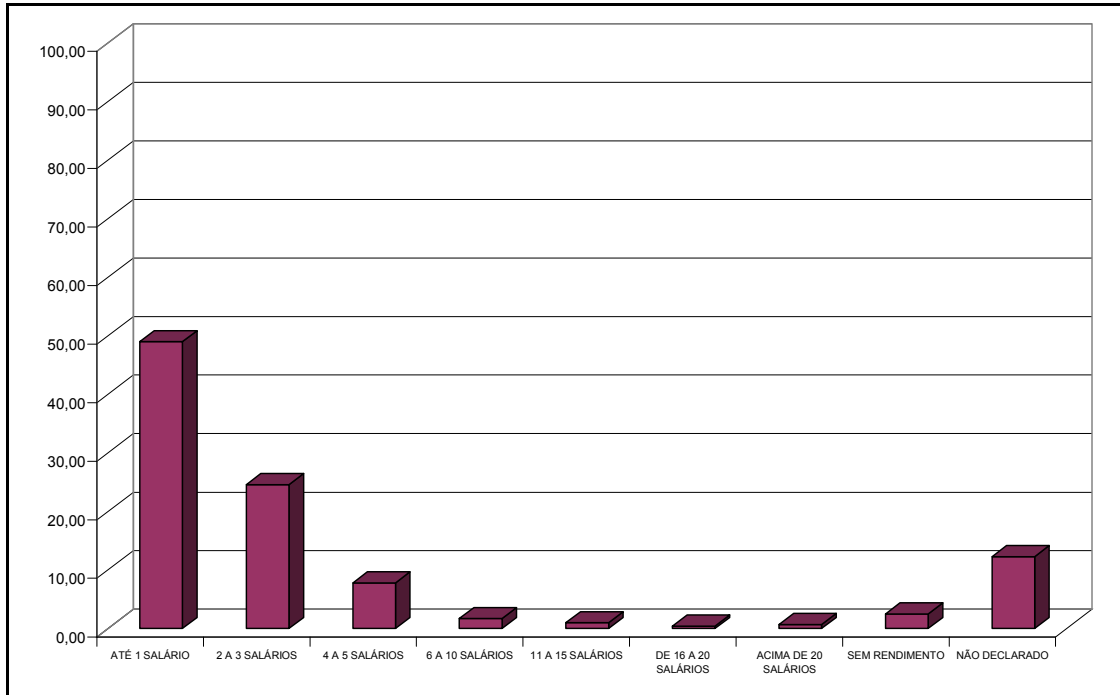


Figura 19 – Renda média familiar, Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

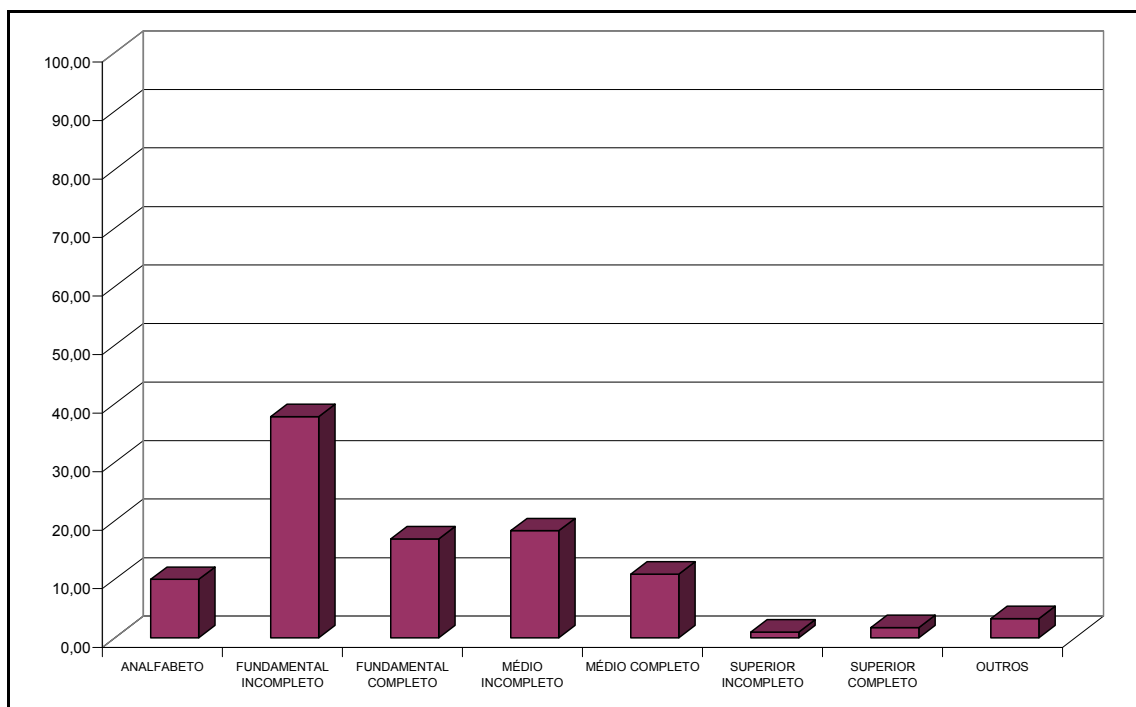


Figura 20 – Grau de escolaridade, Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

Relativo à ocupação atual dos entrevistados, 20,2% declarou ser Trabalhador Autônomo. Enquanto que 17,5% responder que é Empregado Assalariado de Empresa Privada e possui Carteira Assinada. As Donas de Casa representaram 13%. Já 12,9% disseram que são Estudantes. Os Desempregados somaram 9,6%.

Entretanto, 8,9% são Empregados Assalariados de Empresa Privada e não possuem Carteira Assinada. Empregadores, Funcionários Públicos, Aposentados, tiveram a seguinte participação 5%, 4,7% e 4%, cada. Os Pescadores, Comerciantes e Agricultores, tiveram uma participação inexpressiva, a saber: 0,7%, 0,4% e 0,2%, respectivamente. Outros representaram apenas 2,9% do total (Figura 21).

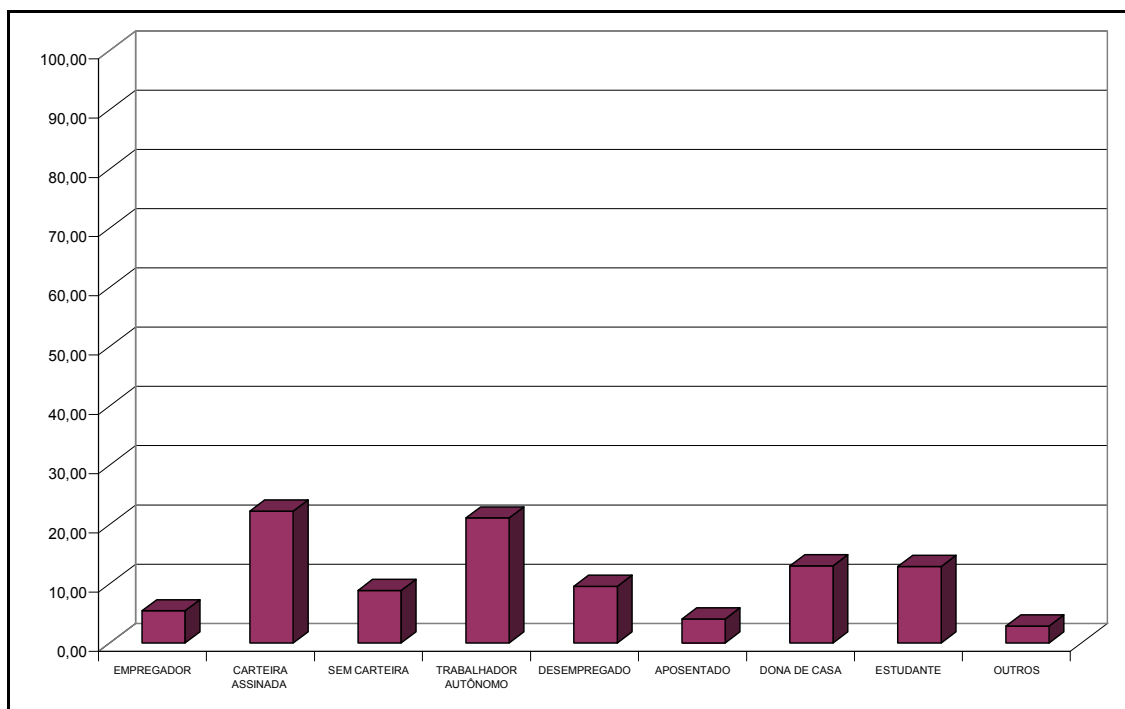


Figura 21 – Ocupação atual, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

No que diz respeito ao setor da economia onde estão lotados, os resultados foram os seguintes: a maior parte dos entrevistados (31,64%) está situada no Comércio. Enquanto que 25,08% estão ligados ao setor Agrícola. Já 17,54% dos mesmos informaram que desenvolvem atividades no segmento de Serviços. O Turismo foi citado por 13,93% dos entrevistados. A Indústria, o Setor Público e Pesca, participaram com 4,26%, 1,80% e 0,16%, respectivamente. E 5,57% Não Responderam (Figura 22).

Quando questionado sobre se tiveram contato com os turistas, 57% dos entrevistados afirmaram que “Sim”, desses 78,2% residem na Zona Urbana. Enquanto que 42% responderam que “Não” tiveram nenhum contato com os Turistas e Visitantes, desses 63,7% moram na Zona Rural. Porém, 1% preferiu não opinar (Figura 23).

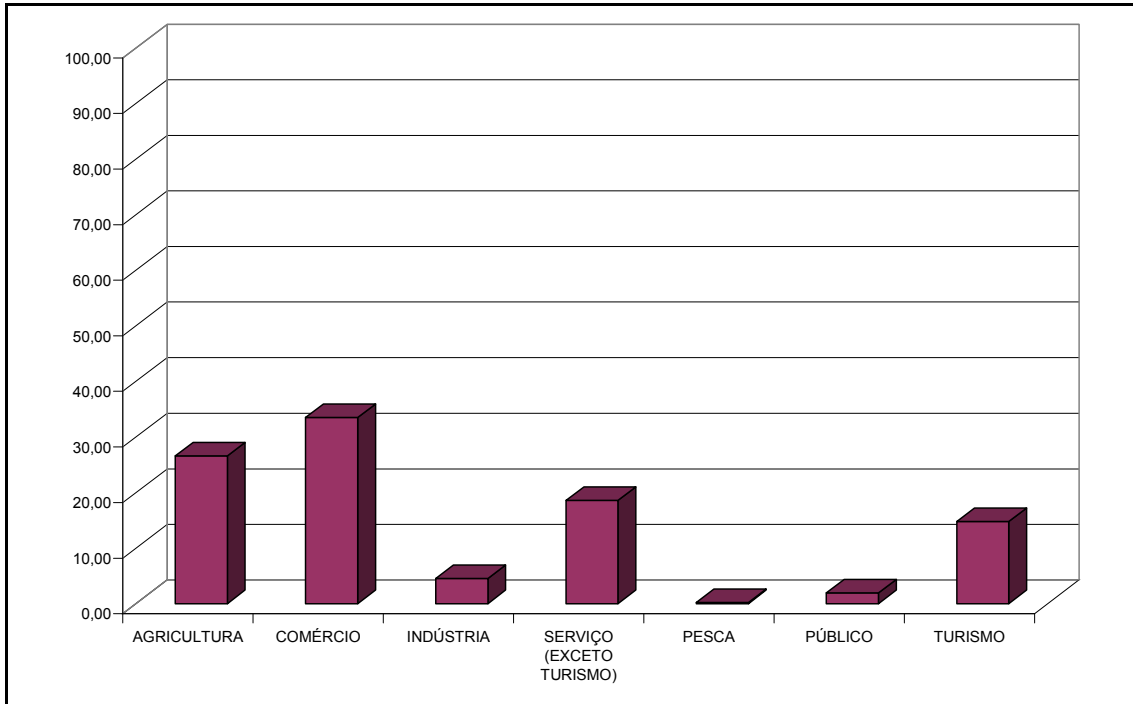


Figura 22 – Setor da economia, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

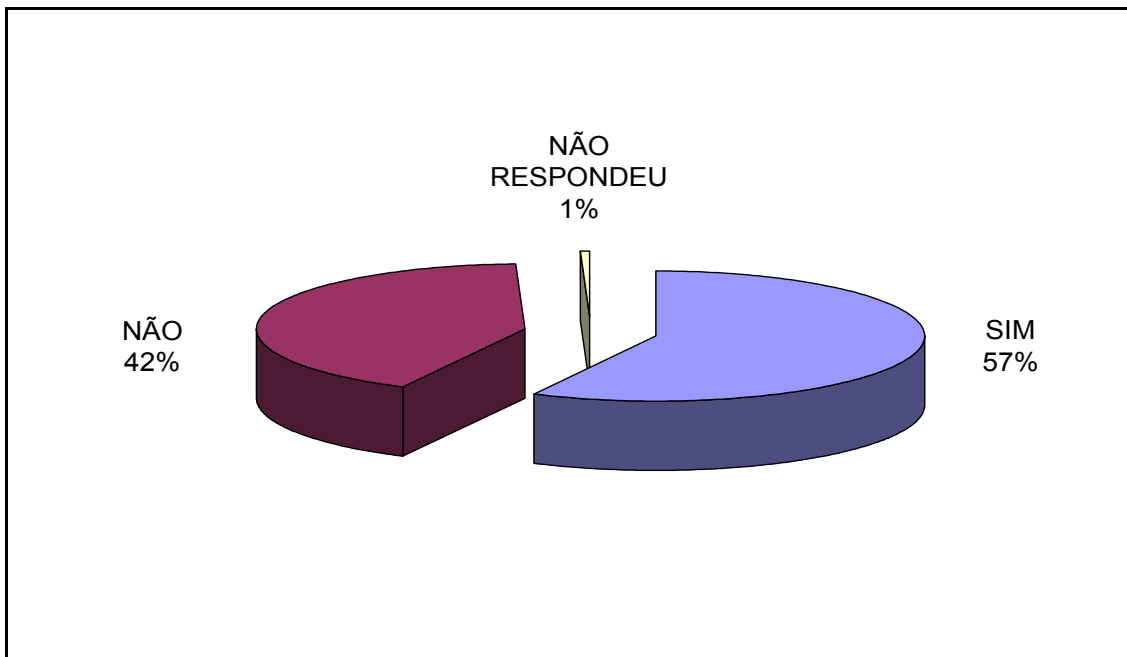


Figura 23 – Já teve contato com turistas, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Perguntados se o turismo tem provocado alteração na cultura local. A maioria (52,9%) dos entrevistados respondeu que a atividade turística “Não” tem influenciado, desses 64,3% situam-se na Zona Rural. Contudo, para 46,6% dos mesmos, “Sim” registra-se significativas modificações na Comunidade Local, dos

mesmos 57,7% localizam-se na Zona Urbana. Ainda 0,5% Não Sabe Responder (Figura 24).

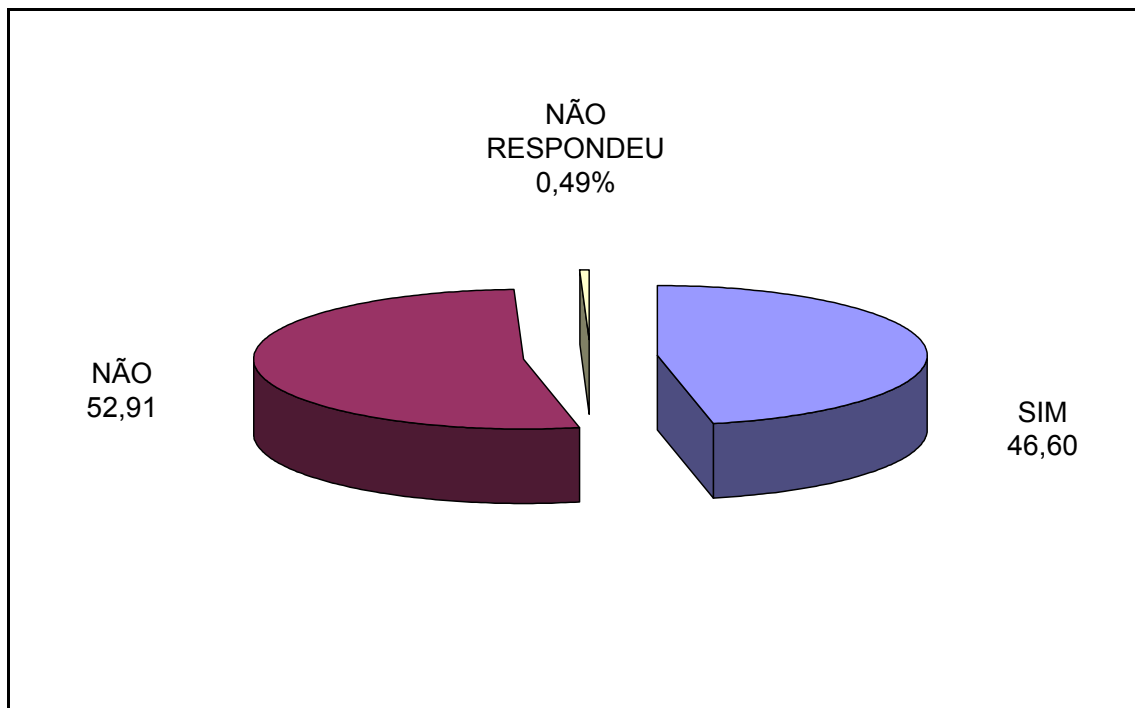


Figura 24 – O turismo tem provocado alterações na cultura local, Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

No tocante ao aumento da recreação no município após a atividade turística. A maioria (62,5%) dos entrevistados, afirmou que “Aumentou”, desses 76,3% residem na Zona Urbana enquanto que 47,5% dos mesmos, moram na Zona Rural. Enquanto que 24,3% dos entrevistados declararam que “Não Interferiu”. Já outros 4,2% responderam que houve “Diminuição” da oferta de recreação. E não opinaram 9,0% (Figura 25).

No que diz respeito ao congestionamento das praias e demais atrativos. A grande maioria (66,2%) dos moradores disse que “Sim”, o turismo tem provocado congestionamentos, no período da alta temporada (dezembro, janeiro e fevereiro), onde é no mês de janeiro, que ocorre um grande “pico”, desses 68,1% residem na Zona Urbana e 64,1% estão na Zona Rural. Outros 25,9% responderam que “Não”. E 7,9% “Não Souberam Responder” (Figura 26).

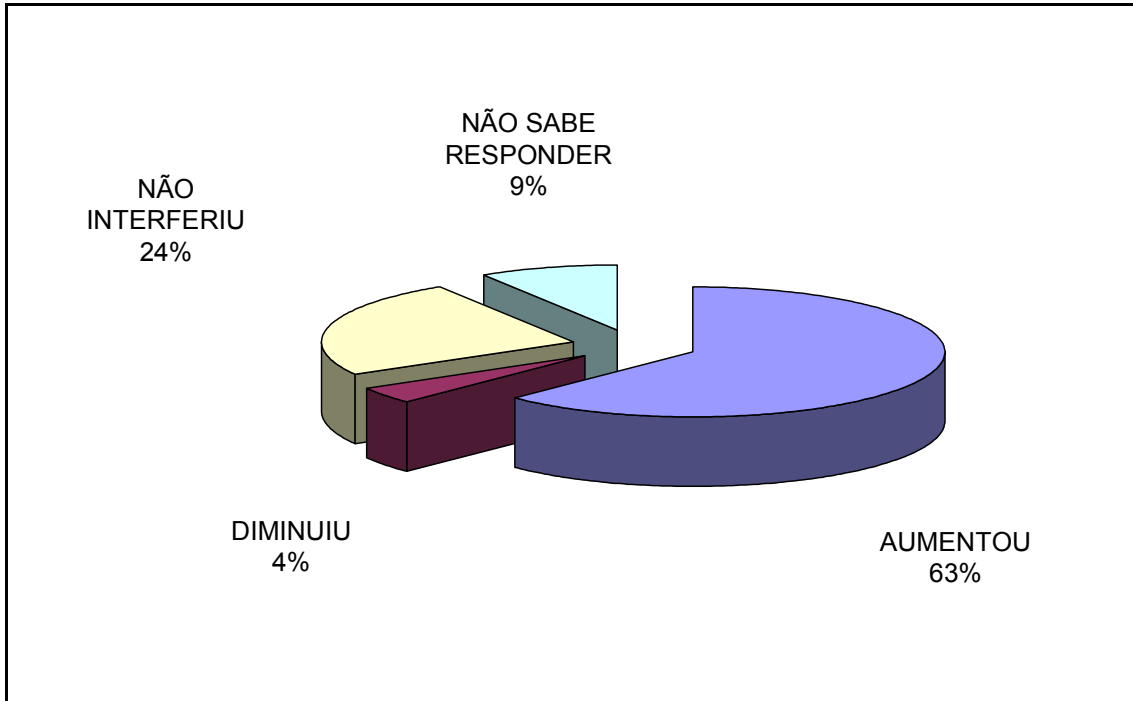


Figura 25 – O turismo aumentou a recreação em Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

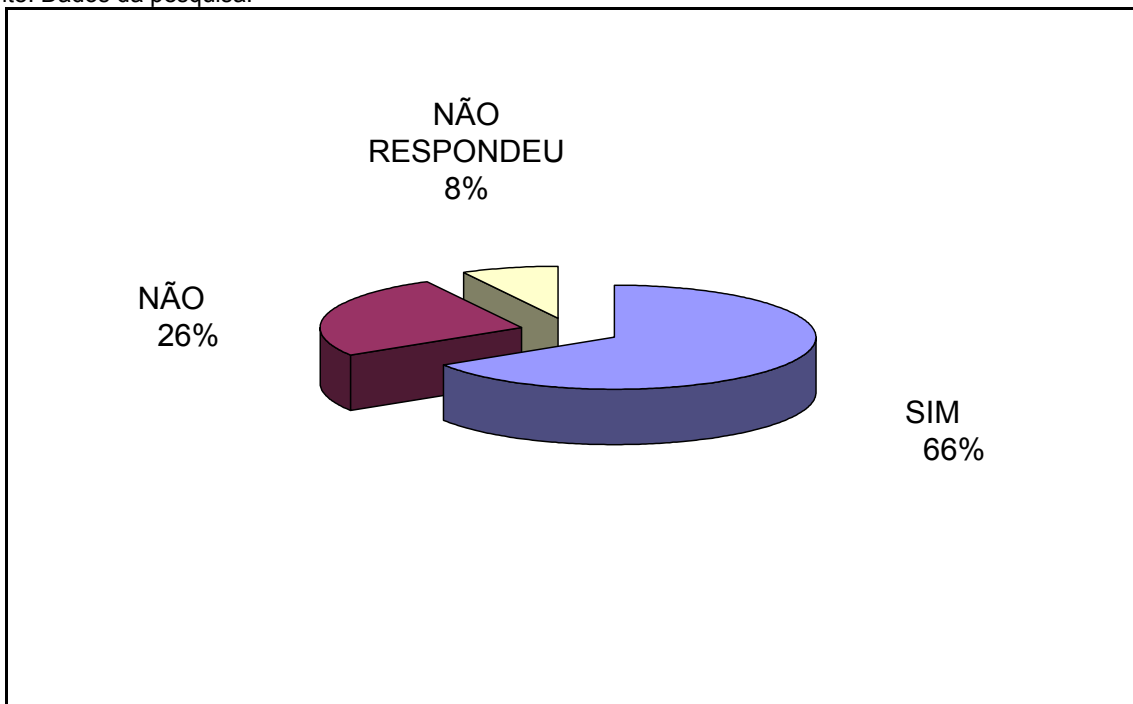


Figura 26 – O turismo congestiona as praias e outros atrativos em Itacaré, Bahia (2007).
Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados sobre fechamento de acesso às praias. A maioria (52,1%) dos entrevistados, disseram que “Sim”, após um rápido desenvolvimento da atividade turística no município, muitos acessos foram fechados e passou a haver a cobrança de uma taxa para a utilização desse tipo de atrativo, desses 67,6%

residem na Zona Urbana. Porém, segundo 32,2% afirmaram que “Não” há cobrança para o acesso, desses 41,6% estão situados na Zona Rural. Por fim, 15,7% disseram que “Não Sabe Responder” (Figura 27).

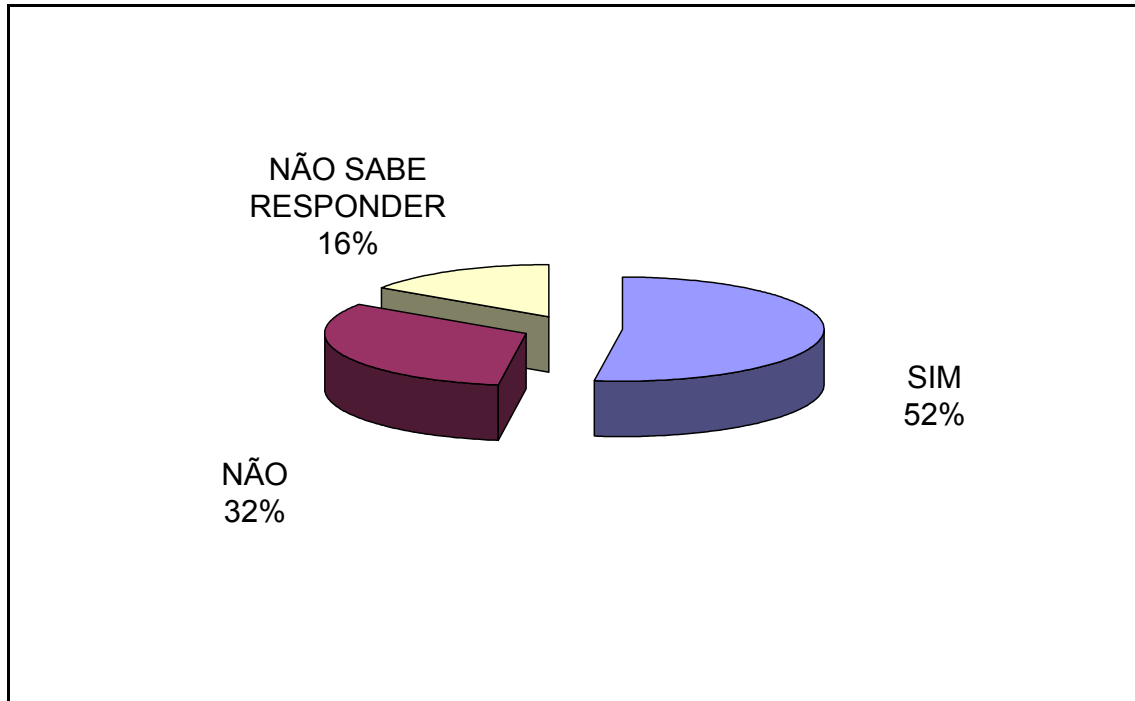


Figura 27 – Com o turismo o acesso às praias foram fechados e passou a ser cobrada taxa por particular em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Concernente ao aumento dos índices de violência, prostituição e do tráfico de drogas no município de Itacaré – Bahia. A maior parte (57%) dos moradores, afirmaram que “Sim”, após o turismo verificou-se um rápido crescimento de crimes e assaltos, da prostituição em função dos jovens não terem qualificação para o mercado de trabalho turístico e do tráfico de drogas, desses 71% estão na Zona Urbana enquanto que 42% situam-se na Zona Rural. Cerca de 30,7% dos entrevistados, acreditam que o turismo “Não” interferiu nesses índices. Enquanto que 12,2% “Não Souberam Responder” ou não quiseram opinar sobre o assunto (Figura 28).

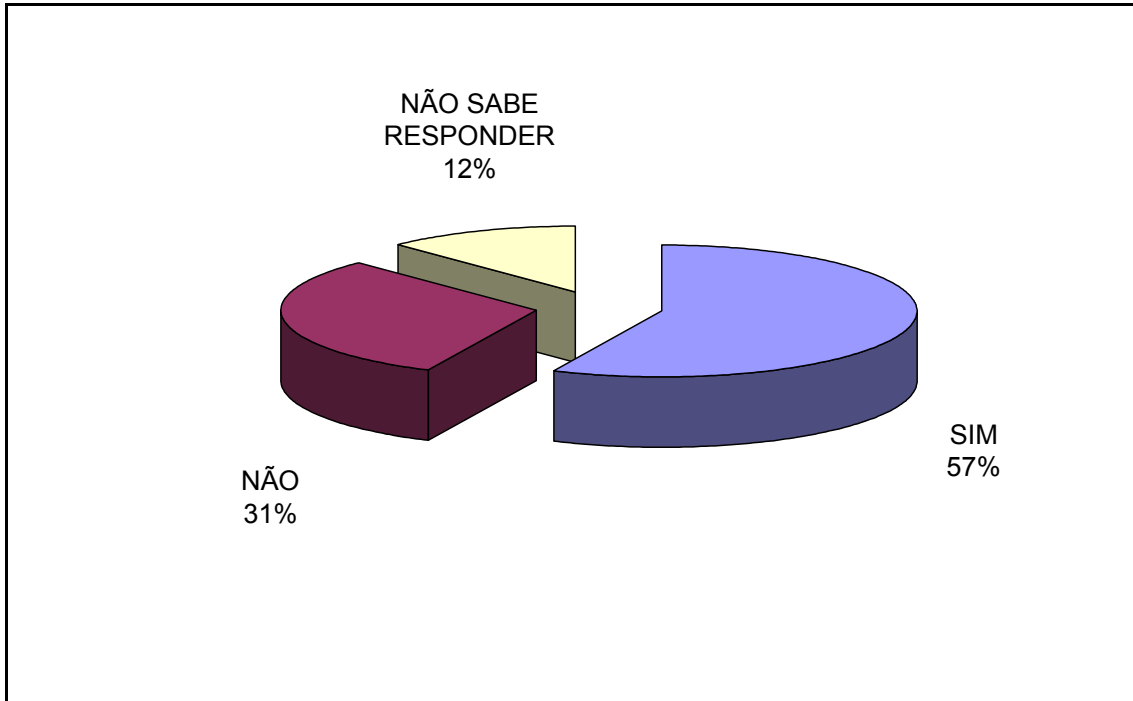


Figura 28 – O turismo contribuiu para o aumento da violência, da prostituição e do tráfico de drogas em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 29, no quesito meio ambiente 58% crêem que o turismo “Não” causa prejuízos ambientais, a maioria absoluta (73,8%) dos que concordaram com essa afirmação residem na Zona Rural. Desses 37% que tem a percepção de que o turismo “Sim” causa impactos ambientais, 52,6% moram na Zona Urbana e 43,3% dos mesmos ainda assim declararam que o turismo é “Bom” para o município de Itacaré. Ou seja, a hipótese de que: quanto maior o nível de valores ecológicos dos residentes, maior os custos do turismo percebidos ou quanto maior o nível de valores ecológicos dos residentes, menores são os benefícios do desenvolvimento do turismo percebidos (Gursoy, 2002).

Na relação existente entre turismo e a oferta de produtos e serviços no município, 84% responderam que tal aumento se verifica 46,4% dos entrevistados consideram que o turismo é “Bom” para Itacaré, desses 90,9% são da Zona Urbana e 76,4% da Zona Rural. Já para 9% acham que a oferta de produtos e serviços permanece inalterada, desses 4,6% reside na Zona Urbana e 13,3% situam-se na Zona Rural. Por fim, 7% não souberam responder (Figura 30).

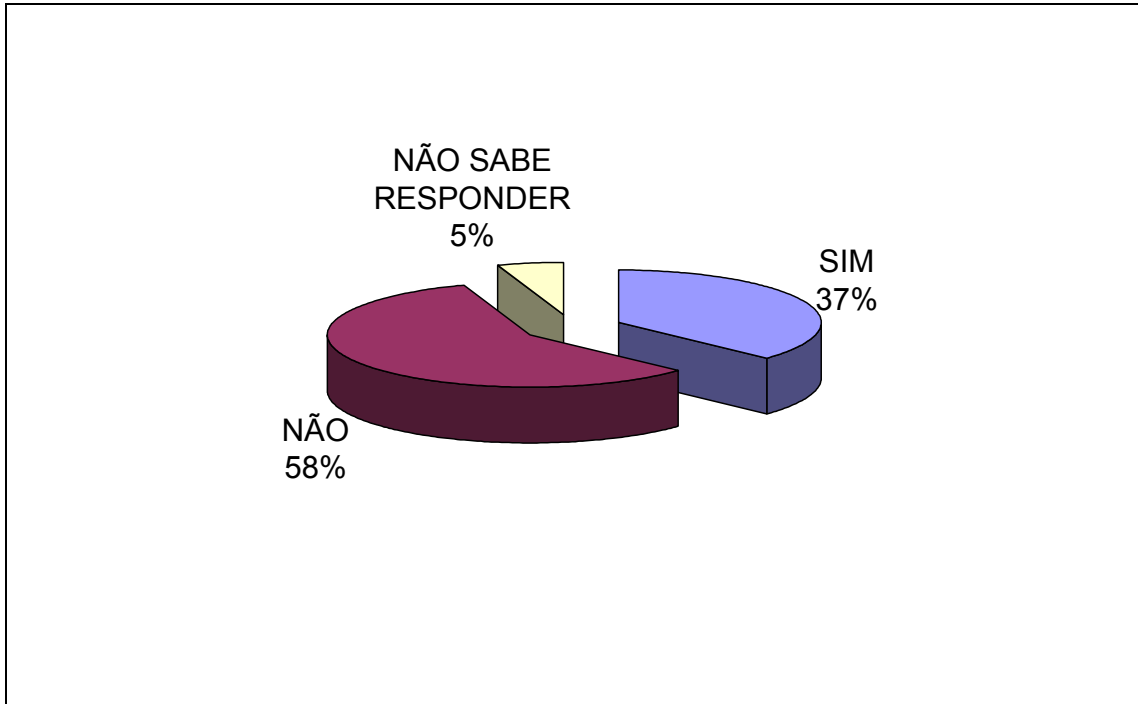


Figura 29 – O turismo causa prejuízo para o meio ambiente em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

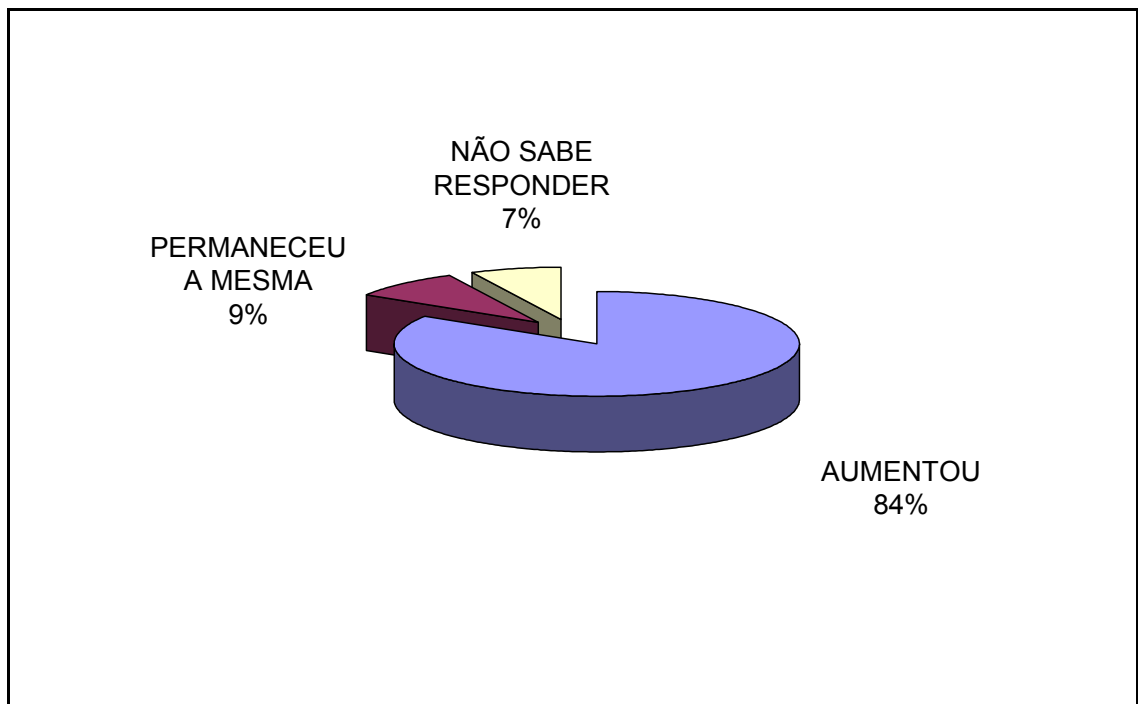


Figura 30 – Com o turismo houve o aumento da oferta de produtos e serviços em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação à atual situação da economia do município de Itacaré, a maioria 50,7% dos entrevistados considera que esta pode ser classificada como “Regular”, desses 55,1% residem na Zona Rural enquanto que 46,7% localizam-se na Zona

Urbana (Figura 31). Se o turismo contribui para o aumento da renda, do poder de compra e da oferta de empregos, 88% dos entrevistados responderam que afirmativamente (Figura 32). Cruzando-se os dois gráficos tem-se que dos 50,7% que classificam a economia local como “Regular”, 88% crêem que o turismo aumenta a renda e o poder de compra e oferta de empregos na cidade, corroborando a hipótese de que: quanto pior é a percepção do estado da economia local, mais positiva será a reação dos residentes locais ao desenvolvimento do turismo (Gursoy, 2002).

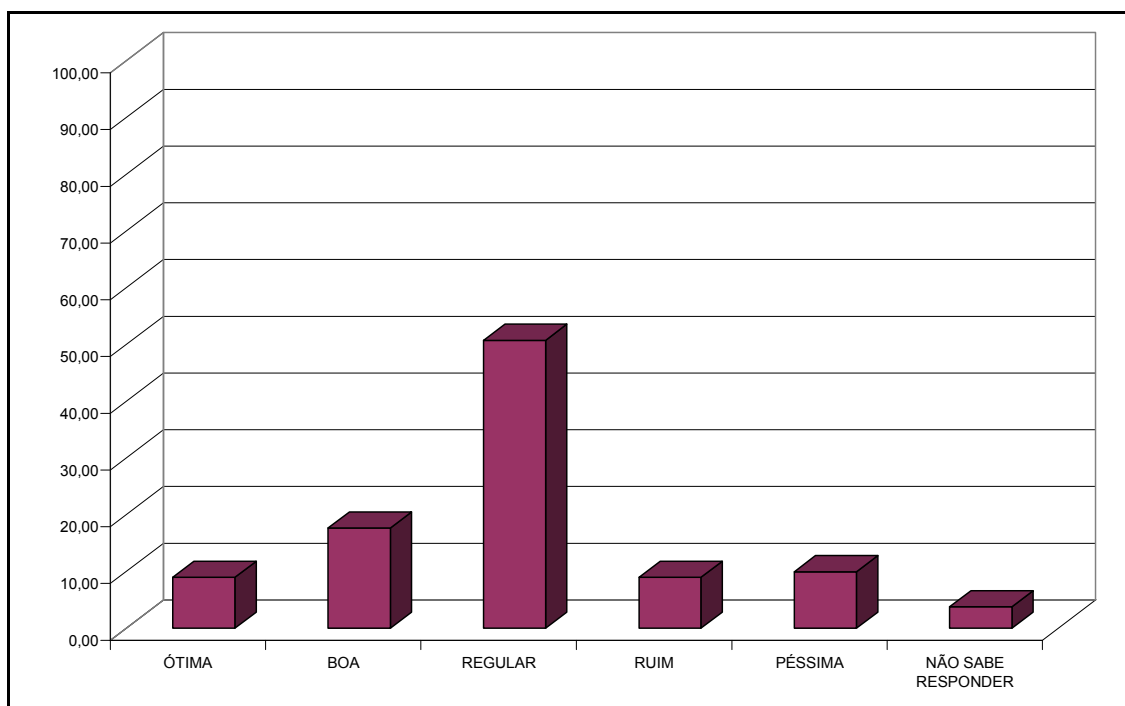


Figura 31 – Qual a avaliação atual da economia em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Quando perguntados se o turismo contribui para o aumento do poder de compra, da renda e da oferta de empregos. A maioria 88% respondeu que “Sim”, desses 90,7% estão situados na Zona Urbana e 83,8% ainda residem na Zona Rural, dos mesmos 45,4% também declararam que o turismo é “Bom” para o município de Itacaré. Enquanto que 7% dos entrevistados afirmaram que o turismo “Não” interferiu na melhoria do poder de compra, renda e empregos, desses 9,2% estão na Zona Rural. Já 5% preferiram não responder (Figura 32).

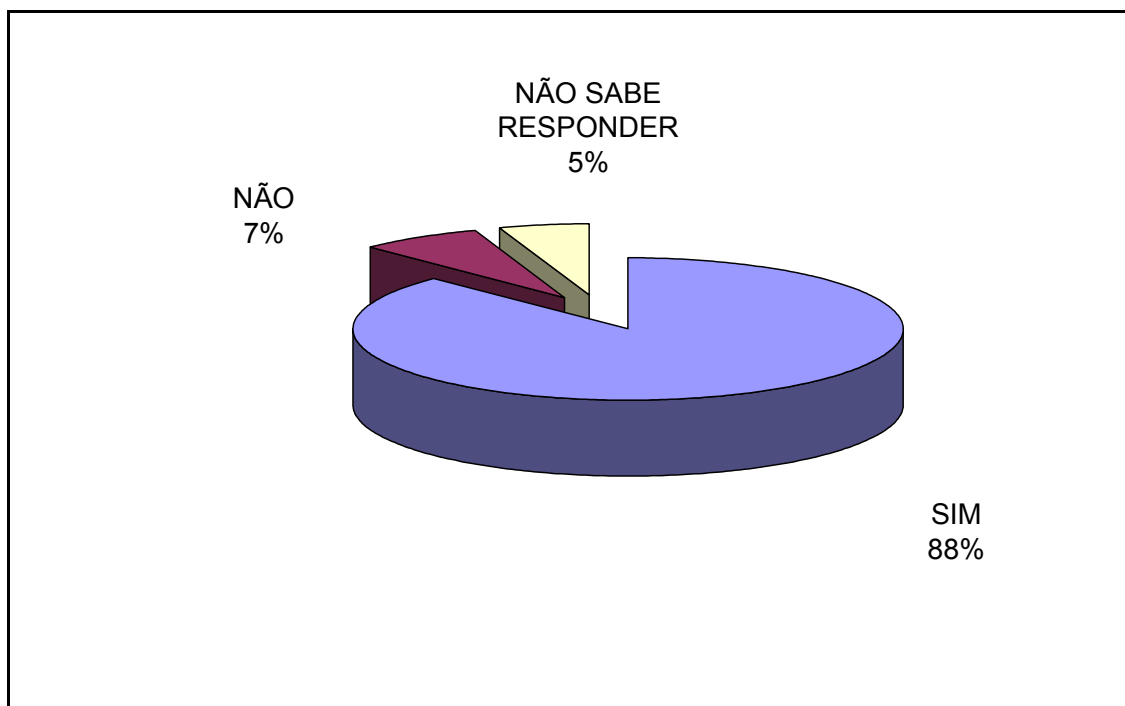


Figura 32 – O turismo contribuiu para o aumento do poder de compra, da renda e da oferta de emprego em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

No que se refere ao aumento do custo de vida no município de Itacaré. A maioria dos entrevistados (74%), responderam que “Sim”, o turismo foi responsável por elevar o custo de vida para a Comunidade Local, desses 88,2% residem na Zona Urbana enquanto que 59,4% moram na Zona Rural, apesar dos prejuízos decorrentes da atividade turística, 44,6% desses crêem que o turismo é “Bom” para Itacaré. Já 18% informaram que “Não” houve alterações após o turismo. Enquanto que 8% não responderam (Figura 33).

As Estradas de Acesso foram apontadas por 23,5% dos entrevistados como a área na qual o município mais precisa de investimentos, desses 46,3% estão localizados na Zona Rural. Em segundo lugar, ficou a Saúde apontada por 16,7% dos mesmos, onde 25% desses encontram-se na Zona Urbana. Em terceiro, a Geração de Novos Empregos foi apontada como também prioritária, cerca de 22,3% dos mesmos residem na Zona Rural. A Educação ficou em quarto lugar, segundo 10% dos entrevistados, e desses 12,7% residem na Sede do município. Em Quinto, com 9,2% foi apontado o Esgotamento Sanitário, como algo que merece uma certa urgência, para 15,6% que reside na Zona Urbana. Por fim, e em sexto lugar 8% dos

entrevistados citaram o item Segurança, desses 9% situa-se na Zona Rural (Figura 34).

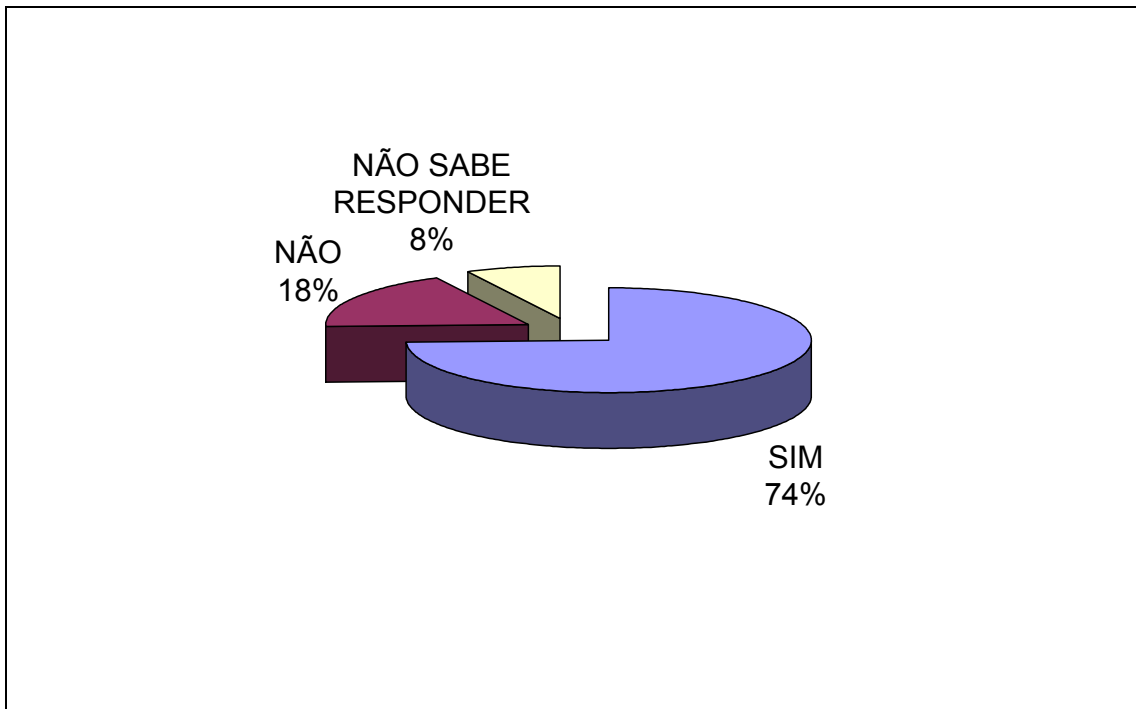


Figura 33 – O turismo contribuiu para o aumento do custo de vida e dos preços em geral em Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

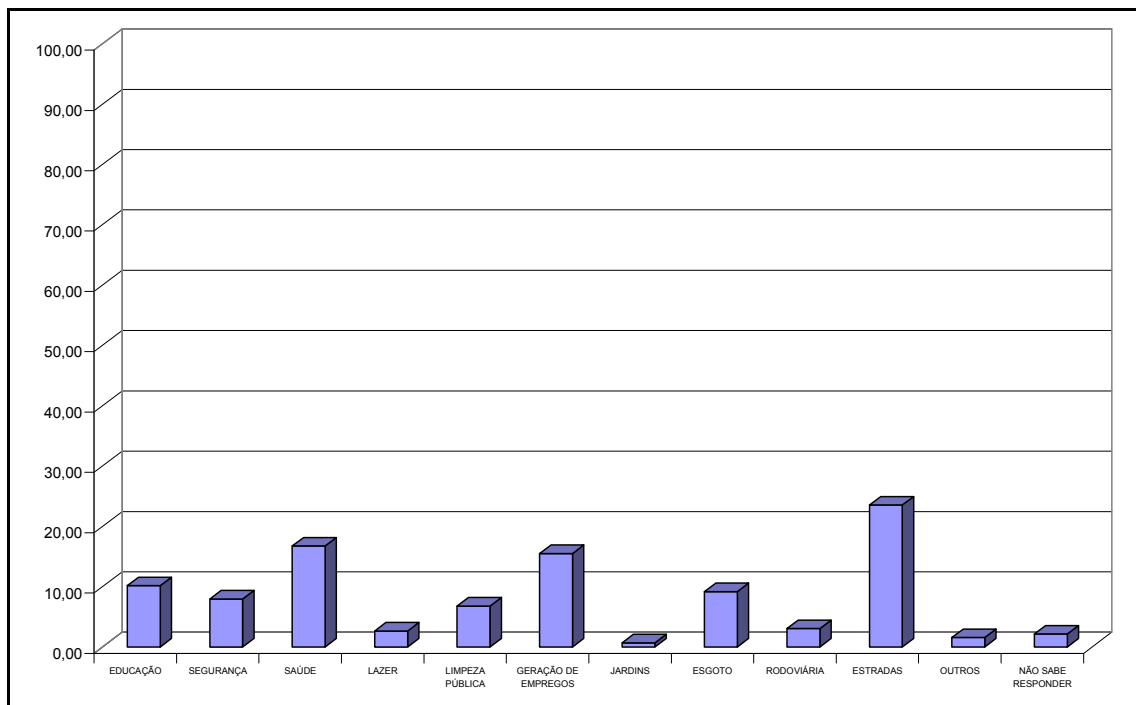


Figura 34 – Qual é a área do município de Itacaré, Bahia, que necessita de mais investimentos (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

Do total de moradores entrevistados 44,2% avaliaram o turismo como sendo “Bom” para o município de Itacaré, sendo que (42,5%) tem Faixa Etária entre 18 e 25 anos, e (41,80%) tem Renda igual a 1 Salário Mínimo, cerca de (44,60%) possui o Ensino Fundamental Incompleto. Para (45,30%) o turismo tem contribuído para o aumento dos índices de Violência, Prostituição e do Tráfico de Drogas. Para (43,3%) dos moradores ouvidos o turismo não está causando Prejuízos ao Meio Ambiente. O turismo tem contribuído para o aumento da Oferta de Produtos e Serviços afirmaram (46,4%) dos citados. Para (42,5%) desse grupo a Economia Local foi avaliada como “Regular”. Apesar dessa avaliação, (45,4%) estão convencidos de que o turismo tem elevado o Poder de Compra e Gerado maior Oferta de Emprego para a Comunidade Local. Paradoxalmente, aproximadamente (45%) dos entrevistados que acreditam que o turismo é “Bom” também acreditam que ele tem provocado o Aumento do Custo de Vida para os autóctones e residentes. Ainda (47,80%) dos mesmos, disseram que a área prioritária em investimentos é a Geração de Novos Empregos. Porém para (46%) desses o setor que requer maior atenção são as Estradas de Acesso. Enquanto, que para (42,4%) a Saúde é mais carente (Figura 35).

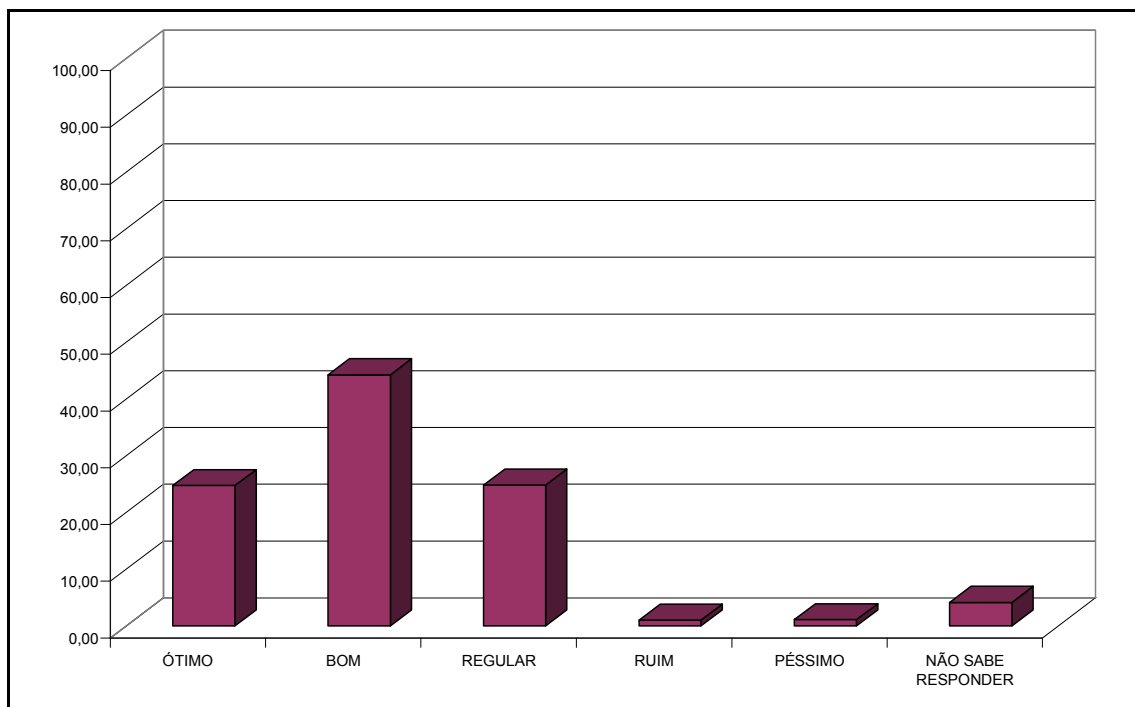


Figura 35 – Como você avalia o turismo, levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar no município de Itacaré, Bahia (2007).

Fonte: Dados da pesquisa.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Considerando-se que as pesquisas e estudos sobre economia, cultura, meio ambiente e turismo agregam importantes informações de caráter técnico - científico (aprimorando conceitos de percepção, impactos sócio-ambientais e econômicos) de caráter extensionista (no intuito de aplicação dos resultados para o desenvolvimento de políticas públicas e privadas para a atividade turística de modo a aperfeiçoar e fortalecer a gestão desse importante setor da economia local e regional) esta pesquisa visou dar uma significativa contribuição aos atores do turismo tanto na esfera pública quanto privada, bem como, para a comunidade local.

O propósito primordial desta dissertação foi o de realizar um estudo aprofundado para descrever os impactos sócio-ambientais e econômicos gerados pela atividade turística em curso no município de Itacaré – Bahia, através da percepção dos atores do turismo (*stakeholders*) e da comunidade local, de modo a verificar quais são as principais repercussões desses impactos no desenvolvimento local.

Após a aguda crise da lavoura cacaueteira, verificada entre as décadas de 80 e 90, o município de Itacaré ficou praticamente isolado com a sua economia estagnada. Assim, depois de um período áureo de 100 anos face ao fungo da “Vassoura-de-Buxa” que dizimou a lavoura, Itacaré praticamente se transformou numa Vila de Pescadores.

Esse isolamento foi responsável em garantir a preservação da Mata Atlântica. O que fez com que o município de Itacaré se transformasse num tipo de santuário ecológico atraindo a partir dos anos 80, surfistas, amantes da natureza, aventureiros e posteriormente ecoturistas advindos dos grandes centros urbanos do Brasil, da América do Sul e de outras partes do mundo, sobretudo da Europa.

Nesse contexto, o turismo aparece como uma atraente alternativa de desenvolvimento econômico local. Começam a surgir as pequenas e rudimentares

pousadas, bares e restaurantes para atender a demanda exclusivamente turística. Inicialmente, o turismo foi benéfico, pois a economia do município estava estagnada e esse “turismo brando” fez com que surgissem empregos para os “nativos”. Por sua vez, os pescadores passaram a vender a sua produção diretamente para esses pequenos empreendimentos. Isto foi extremamente benéfico para a comunidade local naquele momento, em que a atividade era incipiente.

Como a decadência da atividade turística no município de Porto Seguro – Bahia, muitos dos pequenos empresários, empreendedores ou “pousadeiros” migraram para o município de Itacaré, na década de 90 onde se estabeleceram e construíram pousadas mais equipadas, porém, em harmonia com o lugar. Desta maneira, Itacaré ganha uma pequena infra-estrutura turística, e começa a atrair turistas de alto poder aquisitivo, que não eram muito exigentes em infra-estrutura, com perfil aventureiro, que gostam de conhecer novas culturas e desbravar novos destinos, são os chamados “turistas aventureiros ou alternativos” que gostam de exclusividade e evitam as grandes concentrações ou os “turistas de massa”.

A expansão e o desenvolvimento do turismo no município de Itacaré, se deu a partir de 1998, quando foi concluído o trecho de 65 Km da BA-001 (Estrada Parque) que interligou os municípios de Ilhéus a Itacaré. A Estrada Parque foi o principal vetor de desenvolvimento do turismo local e regional.

A partir da ascensão do turismo no município de Itacaré, muitas pessoas foram atraídas a fixar residências nesta localidade, embora em diferentes esferas. Empresários e empreendedores ávidos por obter lucros do turismo, em sua maioria, despreparados para lidar com a atividade. Pessoas dos grandes centros urbanos em busca de uma melhor qualidade de vida, seguindo uma nova tendência migratória da década de 90. Também, pessoas das cidades e regiões circunvizinhas em busca de oportunidade de emprego no setor turístico e finalmente, os moradores da zona rural, expulsos pela crise do cacau migraram para a sede do município.

O estudo do município de Itacaré revela que o território se transforma para oferecer as condições necessárias à racionalidade hegemônica do grande capital. Esses “vetores verticais” estabeleceram uma nova ordem, uma nova organização espacial não construída efetivamente pelos atores locais.

Na indústria do turismo, o dinheiro vem dos grandes centros, das zonas altamente produtoras, e é para lá que volta, na maioria das vezes. É claro, que às populações das periferias dispõem de dois outros meios de produção

indispensáveis: o solo e o trabalho. Mas os habitantes, os empresários e empreendedores das metrópoles podem adquiri-los a preços módicos. Para obterem vantagens da fortuna que proporciona o turismo, os autóctones vendem o trabalho e o solo a preços baixos, isto vem se verificando em Itacaré.

No município de Itacaré, observa-se uma acentuada exclusão social da população local e marginalização de sua cultura. Os lucros do turismo não estão proporcionando uma melhoria na qualidade de vida dos mais carentes. As políticas priorizam os empresários, atraindo cada vez mais investimentos sem o devido planejamento. Os nativos acabam sendo excluídos do mercado de trabalho formal, pois não estão qualificados, assim perdem a vaga para as pessoas de outras localidades com um nível de educação maior.

A instalação desses grandes complexos turísticos ou *resorts* tem gerado muita inquietação junto à comunidade local, principalmente junto aos “nativos”, que estão vendo os seus hábitos e sua cultura secular sofrendo significativas alterações em função dos diversos interesses de grupos estrangeiros que estão se instalando no município, contudo, esses empreendimentos não estão em sintonia com as especificidades do lugar. Outro fato importante, é que face ao baixo grau de escolaridade e falta de qualificação da população local, os locais não tem acesso ao mercado formal de trabalho do turismo, quando são empregados ocupam os piores cargos (camareiras, garçons e serventes), quando não ficam relegados à atividade informal e temporária. Também, porque com o turismo veio o aumento do custo de vida e a inflação, devido a atividade ser muito sazonal. E, além do mais os locais estão percebendo que a atividade turística possui baixa remuneração, cerca de metade dos entrevistados possui renda média familiar de apenas 1 salário mínimo.

Os grandes empreendimentos turísticos ao lado de algumas Ong's que operam no município vem desenvolvendo iniciativas de responsabilidade social, principalmente, no que tange a qualificação e treinamento da mão-de-obra local em pequena escala, além da promoção de oficinas de capacitação de artesões e educação ambiental. Tudo isso se deve ao fato de que existe um grande vácuo gerado pela ausência do setor público local.

O interesse econômico constitui a principal motivação da comunidade local em relação ao turismo. Apesar dos prejuízos e externalidades negativas que atividade turística tem gerado no município de Itacaré, principalmente, em função da ausência de infra-estrutura, planejamento, organização e regulação da atividade por

parte do poder público local. Os atores do turismo (*stakeholders*) e a comunidade local estão dispostos a arcarem com todos os custos sociais e apoiarem o turismo. Pois para maioria 46,7% dos atores o turismo é “Ótimo”. Enquanto que para 44,2% da comunidade local o turismo foi avaliado como sendo “Bom”.

Das despesas realizadas pelos turistas junto aos meios de hospedagem (albergues, hotéis, pousadas e, etc.) no município de Itacaré, apenas 8,5% do total desses gastos são retidos pela economia local. Isto demonstra que existe um vazamento da renda e a necessidade de importação de produtos para abastecimento das empresas turísticas. Principalmente, porque a maioria 57,5% dos empresários acreditam que os preços no comércio local são muito elevados, para outros 32,5% não existem produtos e serviços de qualidade no município. Enquanto que para 10% não há oferta de produtos e serviços no município. Isso justifica porque a economia foi avaliada pelos entrevistados como “Regular”, para 46,7% dos *stakeholders* e por 50,7% dos autóctones.

Os principais impactos sócio-ambientais gerados pelo turismo em Itacaré dizem respeito aos grandes empreendimentos, que estão sendo implantados, em áreas estratégicas e de proteção ambiental, sob a égide do “ecoturismo”, e com a concordância do poder público local, estadual e federal, provocando degradação ambiental e significativas transformações nos hábitos dos moradores do município, re-arranjo e segregação sócio espacial e a formação de novos territórios. A exemplo da privatização das praias que foi detectada nesse estudo. Segundo 84% dos atores do turismo após a implantação da atividade, os acessos às praias foram fechados e a partir daí passou a se efetuar a cobrança de taxas, apesar da proibição do Ministério Público (ANEXO C). O que foi confirmado também por 52,1% da comunidade local.

Segundo Reinaldo Dias (2003), o turismo foi durante muito tempo considerado uma atividade econômica limpa, não poluente e geradora de amplo leque de oportunidades. Como diz o autor, o turismo foi, mas agora não é mais considerado uma atividade limpa e os resultados obtidos por esta pesquisa vêm desnudar as outras faces da atividade turística em curso neste núcleo receptor, a saber: crescimento desordenado, degradação ambiental, especulação imobiliária, êxodo rural, explosão demográfica, exclusão da população nativa, importação de mão-de-obra qualificada e de produtos e serviços, ocupação desordenada dos espaços urbanos (favelas), prostituição, tráfico de drogas e vazamento da renda.

Assim, concordamos, plenamente, com Guattari (1990, p.52) quando afirma que “Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas”.

Por fim, levando em consideração os dados da HVS Internacional, responsável por prestar consultoria ao Instituto de Turismo de Itacaré (ITI), o fluxo anual de turistas para o destino é de 170.000 pessoas. Segundo estudos recentes, a capacidade de carga do município é de cerca de 20.000 turistas. Diante deste fato, fica evidente que é necessário criar estratégias para combater essa concentração, principalmente na alta estação, pois tal ocorrência é extremamente grave, pondo em risco a sustentabilidade da atividade turística no município de Itacaré – Bahia no longo prazo.

Recomendações:

- Aprovação do Plano Diretor com Revisão do Zoneamento Agro-Turístico;
- Ativação da Secretaria de Turismo Municipal;
- Capacitação da Mão-de-Obra Local através de PPP (Parceria Público Privado) via convênios desenvolvidos entre Prefeitura, *Trade*, Bahiatursa, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, Ministério do Turismo, SENAC, SEBRAE e UESC;
- Criação de Legislação Municipal para Proteção do Patrimônio Artístico, Cultural, Histórico e Natural;
- Criação do Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- Conclusão do Sistema de Tratamento da Rede de Esgotamento Sanitário (Sede);
- Construção de Novo Terminal Rodoviário;
- Elaboração de Calendário Cultural Oficial do Município de Itacaré;
- Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos, Partindo da Educação Ambiental, Passando Pela Coleta Seletiva, e Disposição Final Correta dos Resíduos;
- Implantação de Centro Cultural com Auditório para a Realização de Eventos;
- Incentivo a Compras no Comércio Local;
- Inclusão das Disciplinas Meio Ambiente e Turismo na Grade Escolar do Município de Itacaré;
- Instalação de Postos de Atendimento ao Turista e Visitante;
- Pavimentação da BA-654 que liga a Sede do Município de Itacaré ao Distrito de Taboquinhas, onde se desenvolve as atividades de Turismo de Aventura.

REFERÊNCIAS

A TARDE ON LINE. **Área integra reserva da Unesco.** Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/jornalatarde/bahia/noticia.jsf?id=503228>>. Acessado em: 15 jul. 2005.

_____. **Ibama diz que fará visita.** Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/jornalatarde/bahia/noticia.jsf?id=503227>>. Acessado em: 17 jul. 2005.

_____. **Praias estão fechadas em Itacaré.** Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/jornalatarde/bahia/noticia.jsf?id=503226>>. Acessado em: 17 jul. 2005.

BAHIATURSA. **Oferta hoteleira costa do cacau: município de Itacaré.** Salvador: DST – Diretoria de Serviços Turísticos. Disponível em: <<http://www.bahiatursa.gov.br>>. Acessado em: 15 mar. 2006.

BACAL, Sarah S. **El impacto del turismo em núcleos receptores de países em desarrollo.** In: Revista Latinoamericana de Turismo. Vol 1., n. 2, Abril 1991, pp. 97-109. Buenos Aires:CIET.

_____. **Impactos do turismo nos núcleos receptores em desenvolvimento. Efeitos sócio-culturais.** Anuário de Inovações em Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 2004.

BANDEIRA, A. da S. **A política do turismo na Bahia e a apropriação do espaço litorâneo: o exemplo de Itacaré.** 2002. 237f. (Dissertação de Mestrado em Geografia). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

BANDUCCI JR, A.; BARRETO, M. (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica.** Campinas: Papyrus, 2001. (Coleção Turismo.)

BARRETTO, Margarita. **O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo.** In: Horizontes Antropológicos, out. 2003, vol. 9, nº. 20, p. 15-29.

BARTELÓ, Cassandra. Costas da Bahia. **ViverBAHIA.** Salvador, ano 5, nº 8, p. 30-31, 2000.

_____. **Novos destinos na Bahia. ViverBAHIA.** Salvador, ano 5, nº 8, p. 6, 2000.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006. p. 44-60. (Série Turismo.)

BONFIM, Marcos Vinicius. **Análise da capacidade de geração de emprego e renda setor de alimentos e bebidas da cadeia produtiva do turismo no município de Ilhéus**. 2001. 57f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

CERVO, A.L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Printice Hall, 2002. 242 p.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Informações municipais: Itacaré – BA**. Disponível em: <<http://www.portalmunicipal.org.br/v6/economia/>>. Acesso em: 22 mar. 2006.

COOPER, Chris. et al. **Turismo: princípios e práticas**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559p.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. O ecoturismo e os hóspedes da natureza. In: BARRETO, Margarida; TAMANINI, Elizabete. **Redescobrimo a ecologia do turismo**. Caxias do Sul: Educs, 2002.

COSTA, Patrícia Côrtes. **Unidades de conservação: matéria-prima do ecoturismo**. São Paulo: Aleph, 2002. (Série Turismo.)

CRUZ, R. C. A. da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001, p. V.

CRUZ, R. de C. **Política de turismo e território**. 3. ed. – São Paulo: Contexto, 2002. 167 p.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, 2003.

DOLIS, Rosangela. **Consciência ecológica, a chave do sucesso de Itacaré**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/parceiro/click21/noticias.htm>>. Acesso em dez. 2003.

FARIA, Dóris Santos; CARNEIRO, Kátia Saraiva. **Sustentabilidade ecológica do turismo**. Brasília: Unb, 2001. (Coleção Gastronomia, Hotelaria e Turismo.)

FERNANDES, Ivan Pereira. **Economia do turismo**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2002.

FLETCHER, John. O impacto sociocultural do turismo. In: COOPER, Chris et al. **Turismo: princípios e práticas**. Trad. Roberto Cataldo Costa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. p. 183-200.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Campinas: Papyrus, 1990.

GURSOY, D. et. al. **“Residentes Attitudes; A Strutural Modeling Approach”**. In: Annals of Tourism Research, Janeiro de 2002, Vol. 29, nº1, p. 79-105.

HARDY, A.L. BEETON, R.J.S. & PEARSON, L. **Sustanible tourism: na overview of the concept and its position in relation to conceptualization of tourism**. In: Jornal of Sustainable Tourism, v.10, n.6, p. 475-496, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/...>>. Acesso em 22 mar. 2008.

INSTITUTO DE TURISMO DE ITACARÉ (ITI). **Plano Itacaré 2.015**. HVS Internacional. Itacaré, 2005.

JAFARI, J. **La cientifizacion del turismo: estúdios y perspectivas en turismo**. Buenos Aires: CIET, Vol. 3, nº1, 1994, p.7-36.

KENT, Micel. **The Hidden Stone Discovered: tourism, environmental preservation and social conflict in the Brazilian town of Itacaré; an Analysis of discourses**. MA - Thesis in Cultural Anthropology. Vrije Universiteit, Amsterdam, August 2000.

KINKER, Sônia. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2002. (Coleção Turismo.)

KRIPPENDORF, Just. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2001. 186p. (Série Turismo.)

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Economia do turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1991. 122p. (Coleção Turismo.)

LEAL, Flávia Pereira. **O multiplicador turístico de Itacaré – BA: o caso dos meios de hospedagem**. 2005. 44f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

LEMOS, Amalia Inês G. **Turismo: impactos socioambientais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001. (Geografia: Teoria e Realidade, 31.)

LINDBERG, Kreg; HAWKINGS, E. Donald. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1999. 289p.

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARINHO, Alcyone; BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. Barueri: Manole, 2003.

McINTOSH, R.; GOELDNER, C.; RITCHE, J. **Turismo: Planeación, Administración y Perspectivas**. Limusa: México, 2000.

MITCHELL, R.E. & REID, D.G. **Community integration: island tourism in Peru.** In: *Annals of Tourism Research*, v.28, n.1, p. 113-139, 2001.

MOESCH, Marutschka Martini. **A produção do saber turístico.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOREAU, Ana Maria S. Santos. **O potencial ecoturístico de Itacaré: repercussões no desenvolvimento sustentável do município.** Artigo publicado nos Anais do VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Ilhéus: Editus. 2004. 13p.

MOREAU, Maurício Santana. **Mapa de localização do município de Itacaré – Bahia.** 1 mapa. Escala 02.55-10 Km. 2006.

OLIVEIRA, Elton Silva. **O perfil da demanda turística nos municípios de Ilhéus e Itacaré, Bahia: uma análise comparativa para o ano de 2002.** 2004. 39f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Turismo internacional: uma perspectiva global.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

_____. **Introdução à metodologia da pesquisa em turismo.** São Paulo: Roca, 2005. 287p.

PEARCE, D.G.; BUTLER, R.W. **Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos.** São Paulo: Contexto, 2002.

PIRES, Paulo dos Santos. Interfaces ambientais do turismo. In: Trigo, Luiz Gonzaga Godói (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar.** São Paulo: Senac, 2001.

REIS, D. S. J. dos. **Comportamentos de indicadores socioeconômicos do município de Itacaré de 1971 a 1996.** 2002. 56f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2002.

REBOUÇAS, R.C. **As faces do turismo em Itacaré.** Artigo publicado nos Anais do VI Encontro Baiano de Geografia. Salvador: Editus, 2002. 8p.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa.** Campinas: Papirus, 1996. (Coleção Turismo).

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

ROSE, Alexandre Turatti. **Turismo: planejamento e marketing.** Barueri: Manole, 2002.

RUSCHMANN, Dóris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 3. ed. Campinas: Papirus, 1997. 199p. (Coleção Turismo).

_____. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** 8. ed. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo.) [1997].

SANTOS, Milton. **Zona do Cacau: introdução ao estudo geográfico.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1957.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEABRA, Giovani de Farias. **Ecoss do turismo: o turismo ecológico em áreas protegidas.** Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Turismo.)

SEABRA, Lília. Monitoramento participativo do turismo desejável. In: MARINHO, Alcyone; BRUHNS, Heloísa Turini (Org.). **Turismo, lazer e natureza.** Barueri: Manole, 2003.

SCHEYVENS, R. **Ecoturismo and the empowerment of local communities.** In: *Tourism Management*, v. 29, n.2, p.245-249, 1999.

SCHLÜTER, Regina G. **Metodologia de pesquisa em turismo e hotelaria.** Tradução Tereza Jardimi. São Paulo: Aleph, 2003. 192p. (Série Turismo).

SMITH, V. L. (ed.) **Hosts and guests: the anthropology of turism.** 2 ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1989.

SOUZA, Ana Paula Andrade. **O turismo como transformador do espaço em Ilhéus e Itacaré, Bahia.** 2005. 129f. (Dissertação de Mestrado em Cultura e Turismo). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas Organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

TOUR OPERATORS INITIATIVE (TOI): for sustentable turism development. **Destino Itacaré, Bahia, Brasil – Relatório.** Novembro, 2005. 12p.

TORRES, A. P. **Capacidade de carga turística como fator de sustentabilidade ambiental: o caso da cidade de Itacaré.** 2001. 51f. (Monografia de Graduação em Ciências Econômicas). Trabalho de conclusão de curso – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2001.

TOSUN, C. **Limits to community participations in the tourism development process in developing countries.** In: *Tourism Managment*, v. 21, n.6, p.613-633, 200.

XAVIER, Heber. **O campo da percepção geográfica para os estudos de turismo.** In: *Revista Eletrônica de Turismo*, mai. 2004, vol. 3, nº1, 19p.

WITTMANN, Milton L.; RAMOS, Marília Patta (Org). **Capital Social, Redes e Planejamento.** EDUNISC. Santa Cruz do Sul, 2004.

YÁZIGI, E. **Turismo: uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998.

APÊNDICE

APÊNDICE A – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA DA COMUNIDADE LOCAL



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Mestrado em Cultura & Turismo

QUESTIONÁRIO PARA A COMUNIDADE LOCAL

I. CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS

1. Local de residência: () Zona Urbana () Zona Rural
 Bairro/Distrito: _____
2. Naturalidade: _____
3. Há quanto tempo mora na localidade? _____
4. Número de pessoas que residem na sua casa? _____
5. Condições de uso da residência? Própria () Alugada ()
 Cedida () Outros _____
6. Sexo: M () F ()
7. Sua idade se insere em qual faixa etária? Abaixo de 18 anos () De 18 a 25 anos ()
 De 26 a 35 anos () De 36 a 50 anos () De 51 a 65 anos () Acima de 65 anos ()
8. Qual a sua faixa de renda média mensal familiar? Até 1 S.M. () De 2 a 3 S.M. ()
 De 4 a 5 S.M. () De 6 a 10 S.M. () De 11 a 15 S.M. () De 16 a 20 S.M. ()
 Acima de 20 S.M. () Sem Rendimento () Não Declarado ()
9. Qual o seu grau de escolaridade? Analfabeto () Ensino Fundamental incompleto (1º
 Grau/Básico) () Ensino fundamental completo () Nível médio incompleto (2º
 Grau/Técnico) () Nível médio completo () Superior () Outros _____
10. Qual a sua ocupação atual? Empregador () Empregado assalariado em empresa privada
 com carteira assinada () Empregado assalariado em empresa privada sem carteira
 assinada () Trabalhador Autônomo () Desempregado () Aposentado () Dona de
 Casa ()
 Estudante () Outros _____
11. Se Empregado ou Empregador, indicar o setor ao qual pertence? Agricultura ()
 Comércio () Indústria () Serviços(exceto turismo) () Turismo ()
 Outros _____
12. O(a) Sr(a) já teve contato com os turistas?
 () Sim
 () Não
 () Não sabe responder
13. O turismo tem provocado alterações na cultura local?
 () Sim
 () Não
 () Não sabe responder

II. PERCEPÇÃO DO MEIO AMBIENTE, DA ECONOMIA E DO TURISMO E MOTIVAÇÃO PARA ATIVIDADE TURÍSTICA

14. Para o(a) Sr(a) o turismo...
- Aumenta as opções de recreação na cidade (como shows, festas, eventos, etc.)?
 - Diminui as opções de recreação na cidade (como shows, festas, boates, eventos, etc.)?
 - Não interfere
 - Não sabe responder
15. Na sua opinião, o turismo congestionava praias e outros atrativos?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
16. Após o turismo o (a) Sr (a) tem conhecimento de que alguns dos acessos às praias foram fechados e desde então vem sendo efetuada a cobrança de taxa por particular?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
17. Para o(a) Sr(a), o turismo...
- Aumenta a violência e a prostituição na cidade
 - Não interfere na violência ou na prostituição
 - Não sabe responder
18. O(a) Sr(a) considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
19. Com o turismo, o(a) Sr(a) acredita que exista...
- O aumento da oferta de produtos e serviços na cidade
 - Permanece a mesma oferta de produtos e serviços na cidade
 - Não sabe responder
20. Como o(a) Sr(a) avaliaria a economia atualmente em sua cidade...
- Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
 - Não sabe responder
21. Na vossa opinião, o turismo aumenta a renda, o poder de compra e a oferta de empregos das pessoas que moram em sua cidade?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
22. O(a) Sr(a) acredita que com o turismo....
- Aumentou o custo de vida e os preços dos produtos em geral
 - Não interfere no custo de vida e nos preços dos produtos em geral
 - Não sabe responder
23. Em qual área a sua cidade necessita de mais investimentos (escolher apenas uma)?
- Educação Segurança Saúde Lazer Limpeza Pública
 - Geração de Novos Empregos Jardins Esgotamento Sanitário

Terminal Rodoviário Estradas de Acesso
Outros _____ Não sabe responder

24. No geral, após ter o(a) Sr(a) ter refletido sobre o turismo em sua cidade, e levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar, você considera que o turismo é....

- Ótimo
 Bom
 Regular
 Ruim
 Péssimo
 Não sabe responder

Por quê? _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ Nº Questionário: _____
Entrevistador(a): _____ Local: _____

Outras observações:

APÊNDICE B – FORMULÁRIO PARA ENTREVISTA DOS ATORES DO TURISMO



Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Mestrado em Cultura & Turismo

QUESTIONÁRIO PARA AS INSTITUIÇÕES

I. DADOS E CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

25. Nome da Instituição: _____
26. Representante legal: _____
27. Endereço: _____
28. Telefone: _____
29. E-mail: _____
30. Origem: _____
31. Objetivos: _____
32. Segmento de atuação: _____
33. Quantidade de sócios ou afiliados (ou funcionários): _____
34. Área de atuação: () Zona Urbana () Zona Rural
35. Há quanto tempo atua na localidade? _____
36. Número de pessoas atingidas pelos projetos e ações? _____

II. PERCEPÇÃO E MOTIVAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL EM RELAÇÃO AO MEIO AMBIENTE, ECONOMIA E AO TURISMO EM ITACARÉ – BAHIA

37. O turismo afetou as condições de vida da população local? Como?

38. Para o(a) Sr(a) o turismo...

- () Aumenta as opções de recreação na cidade (como shows, festas, boates, eventos, etc.)?
- () Diminui as opções de recreação na cidade (como shows, festas, boates, eventos, etc.)?
- () Não interfere
- () Não sabe responder

39. Na sua opinião, o turismo congestiona praias e outros atrativos?

- () Sim
- () Não
- () Não sabe responder

40. Após o turismo o (a) Sr (a) tem conhecimento de que alguns dos acessos às praias foram fechados e desde então vem sendo efetuada a cobrança de taxa por particular?

- () Sim
- () Não
- () Não sabe responder

41. Para o(a) Sr(a), o turismo...
- Aumenta a violência e a prostituição na cidade
 - Não interfere na violência ou na prostituição
 - Não sabe responder
42. O(a) Sr(a) considera que o turismo causa prejuízos para o meio ambiente em sua cidade?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
43. Com o turismo, o(a) Sr(a) acredita que exista...
- O aumento da oferta de produtos e serviços na cidade
 - Permanece a mesma oferta de produtos e serviços na cidade
 - Não sabe responder
44. Como o(a) Sr(a) avaliaria a economia atualmente em sua cidade?
- Ótima
 - Boa
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
 - Não sabe responder
45. Na vossa opinião, o turismo aumenta a renda, o poder de compra e a oferta de empregos das pessoas que moram em sua cidade?
- Sim
 - Não
 - Não sabe responder
46. O(a) Sr.(a) acredita que com o turismo....
- Aumentou o custo de vida e os preço dos produtos em geral
 - Não interfere no custo de vida e nos preço dos produtos em geral
 - Não sabe responder
47. Em qual área a sua cidade necessita de mais investimentos (escolher apenas uma)?
- Educação Segurança Saúde Lazer Limpeza Pública
 - Geração de Novos Empregos Jardins Esgotamento Sanitário
 - Terminal Rodoviário Estradas de Acesso
 - Outros _____ Não sabe responder
48. No geral, após ter o(a) Sr(a) ter refletido sobre o turismo em sua cidade, e levando em consideração os benefícios e prejuízos que ele pode gerar, você considera que o turismo é....
- Ótimo
 - Bom
 - Regular
 - Ruim
 - Péssimo
 - Não sabe responder

Por quê? _____

Data: ____ / ____ / ____ Hora: ____ : ____ Nº Questionário: ____
Entrevistador(a): _____ Local: _____

Outras observações:

APÊNDICE C – FORMULÁRIO PARA REGISTRAR ACEITE DO ENTREVISTADO

Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Mestrado em Cultura & Turismo

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a) de uma pesquisa que visa estudar os *“Impactos socioambientais e econômicos gerados pela atividade turística e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia”*. No caso de aceitar fazer parte da mesma, você responderá a um questionário e/ou formulário de entrevista.

A sua participação será de grande valia para o desenvolvimento desta pesquisa e possibilitará a realização de ações mais pontuais, a exemplo de campanhas e oficinas, por parte de instituições públicas e privadas, na região em estudo. Você terá liberdade para solicitar esclarecimentos sobre a pesquisa, bem como para desistir de participar dessa atividade em qualquer momento que desejar, sem que isto leve você a qualquer penalidade.

Como responsável por este estudo, tenho o compromisso de manter em segredo todos os dados confidenciais, bem como de indenizá-lo se sofrer algum prejuízo físico ou moral por causa do mesmo.

Assim, se está claro para o Senhor(a) a finalidade desta pesquisa e se concorda em participar, peço que assine este documento.

Meus sinceros agradecimentos por vossa colaboração,

ELTON SILVA OLIVEIRA
Pesquisador Responsável
Matrícula nº XXXXXXXXXX
Telefone para contato: (XX) XXXX-XXXX

Eu, _____, aceito participar das atividades da pesquisa: *“Impactos socioambientais e econômicos gerados pela atividade turística e as suas repercussões no desenvolvimento local: o caso de Itacaré – Bahia”*. Confirmando que fui devidamente informado e responderei aos formulários, questionários e/ou entrevistas. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto me leve a qualquer penalidade, e que os resultados serão tratados confidencialmente.

Local e data: _____, ___ / ___ / _____.

Assinatura ou Impressão Digital

APÊNDICE D – DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA / ATIVIDADES DE CAMPO

Foto 1 – Seleção e treinamento de estudantes do Instituto Municipal de Educação Governador Paulo Ganem Souto, Taboquinhas, Itacaré, Bahia (2007).



Foto 2 – Seleção e treinamento de estudantes do Instituto Municipal de Educação Governador Paulo Ganem Souto, Taboquinhas, Itacaré, Bahia (2007).



Foto 3 – Seleção e treinamento de estudantes do Instituto Municipal de Educação Governador Paulo Ganem Souto, Taboquinhas, Itacaré, Bahia (2007).



Foto 4 – Seleção e treinamento de estudantes do Instituto Municipal de Educação Governador Paulo Ganem Souto, Taboquinhas, Itacaré, Bahia (2007).



Foto 5 – Treinamento de estudantes da UESC e Faculdades de Ilhéus e Madre Thais, *Campus Soane Nazaré*, UESC, Ilhéus, Bahia (2007).



Foto 6 – Treinamento de estudantes da UESC e Faculdades de Ilhéus e Madre Thais, Sede do Município de Itacaré, Bahia (2007).



Foto 7 – Reunião com “stakeholders” em Itacaré, Bahia (2008).



Foto 8 – Reunião com “stakeholders” em Itacaré, Bahia (2008).

ANEXO

ANEXO A – APROVAÇÃO E PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP/UESC



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEP/UESC

PARECER CONSUBSTANCIADO

- Reunião Ordinária nº 34 -

Protocolo: 018/06

Pesquisador responsável: ELTON SILVA OLIVEIRA

Título da Pesquisa: *Impactos ambientais, econômicos e socioculturais gerados pela atividade turística nos municípios de Ilhéus, Itabuna e Itacaré Bahia: uma análise comparativa para o período de 2000 a 2004*


A execução deste projeto tem como objetivo delinear o contexto turístico das cidades de Ilhéus e Itacaré (Bahia), buscando oferecer conhecimento às instâncias de planejamento municipais para um desenvolvimento sócio-econômico da região baseado no turismo, aliado à minimização dos impactos ambientais que essas atividades trazem. A proposta preconiza que para melhor atender o turista é necessário conhecê-lo, visando sincronizar a oferta com a demanda. Para tanto, a pesquisa pretende traçar a ótica e o perfil dos visitantes, analisar a oferta turística existente, e estudar os respectivos impactos ambientais, econômicos e socioculturais causados pelo fluxo turístico, em uma perspectiva atual e retroativa aos últimos seis anos. Com as informações a serem obtidas, fica claro que o desenvolvimento regional em relação ao turismo é uma possibilidade concreta desta pesquisa.

A pesquisa prevê o levantamento de dados primários por entrevistas com turistas e moradores, bem como de dados secundários, referentes a registros documentais dos anos anteriores. Para a coleta e análise dos dados, utilizará métodos comparativos, descritivos, estatísticos, observacionais, além de pesquisa bibliográfica e exploratória. A pesquisa é de relevância, pois prevê resultados que beneficiarão a comunidade a ser estudada, que utiliza o turismo como fonte de sobrevivência, mas o faz de maneira empírica e não sistematizada ou planejada. A pesquisa possibilitará levantar indicadores que permitirão discutir o modelo turístico vigente e contribuir para buscar soluções para o setor. O projeto apresenta apropriadamente o problema científico, os objetivos, o referencial teórico e os procedimentos metodológicos. Após apresentação e análise por este Comitê, com o devido retorno de pendências e questionamentos pelo pesquisador, verificou-se que o Protocolo de Pesquisa atende às exigências da Resolução CNS nº 196/96.

Considerando a relação favorável 'benefícios/riscos', e não havendo, pois, nenhum elemento que se constitua em comprometimento ético na realização do projeto, ele foi considerado **APROVADO** por este Comitê.

Conforme a sobredita Resolução, relatório parcial e final deverão ser enviados ao CEP-UESC, bem como eventuais alterações metodológicas durante a execução do trabalho devem ser comunicadas para acompanhamento. *É importante ressaltar que a responsabilidade do CEP e do(s) pesquisador(es) sobre as conseqüências da pesquisa não se encerram com a conclusão da etapa de coleta de dados, mas sim de estender para além do término do projeto de pesquisa, até a fase de divulgação e aplicação dos resultados.*

Campus Soane Nazaré de Andrade, 12 de julho de 2006.


Leandro Lopes Loguercio
 COORDENADOR DO CEP-UESC
 CAD.: 73.358.220-4

ANEXO B – RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL DO RESORT WARAPURU

CCRA CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS		RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL – RFA	
N.º 205/2005		INDEXADO AO(S) PROCESSO(S): 2005-003954/TEC/DEN - 0160	
1. ATENDIMENTO			
PERÍODO: 25 e 26/07/2005		RFC N.º	
INÍCIO: 15 h 20			
TÉRMINO: 17 h 20			
2. IDENTIFICAÇÃO			
Razão Social/Pessoa Física: Harmattan Ltda.		CNPJ/CPF: 05.027.021/0001-14	
Endereço para correspondência: Rua Plínio Soares, Centro, Itacaré /Ba		CEP: 45.530.000	
Representante(s) da empresa durante a inspeção: Paulo Sérgio Faria Eduardo Mariano Neto Gildarte Reis		Função: Gerente de Obras Biólogo (Brasil Verde Consultoria) Técnico Agrícola	
Telefone	Fax	e-mail	
(73) 3251-2832			
3. OBJETIVO			
<input checked="" type="checkbox"/> Fiscalização de Rotina		<input type="checkbox"/> Denúncia	
<input type="checkbox"/> Operação Programada		<input type="checkbox"/> Demanda Judicial (especificar):	
4. LOCAL DA INSPEÇÃO			
(Rua, n.º, bairro, localidade): Warapuru Resort & Hotel, Praia da Engenharia, Rodovia Ba-001 Trecho Serra Grande / Itacaré		Município: Itacaré - BA	
Ponto de referência: Praia da Engenharia		Coord. geográficas (UTM - SAD 69): X: 8413682 Y: 499739	
Localizado em Unidade de Conservação – UC			
<input type="checkbox"/> Não		<input checked="" type="checkbox"/> Sim	
Nome: Apa Itacaré/Serra Grande			
5. HISTÓRICO (licenças, autos e notificações emitidos, denúncias anteriores, data de formação dos processos)			
A HARMATTAN LTDA, obteve sua Licença de Localização em 2003, através da Resolução GEPRAM nº 3.145 de 27 de junho de 2003.			
Em 2004 foi concedida sua Licença de Implantação através da Portaria nº 4.788 de 7 de outubro de 2004, expedida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA.			
Em 26 de julho de 2005 foi realizada inspeção no empreendimento, acompanhado dos técnicos: Guilherme Mendonça e Marison Duarte para uma avaliação no cumprimento dos condicionantes impostos na sua Licença de Implantação.			
Em 31 de agosto e 1º de setembro de 2005 foram realizadas reuniões com técnicos da COLIAM e a DIFIS, para exame de documentação, esclarecimentos e considerações a respeito do licenciamento do empreendimento e seus condicionantes.			

E. DESCRITIVO DA INSPEÇÃO (inserir fotos)

O empreendimento turístico hoteleiro, Warapuru Resort & Hotel está inserido na APA - Serra Grande / Itacaré, implantado na Praia da Engenhoca no município de Itacaré.

O projeto conta com a implantação de 20 casas, localizadas nas Villas Sul (10) e Villas Norte (10) e 45 Bangalôs, localizados em áreas distintas, Bangalôs Sul (20 unidades) e Bangalôs Norte (25 unidades), recepção, beach club, áreas de lazer, administração e apoio.

Em inspeção local podemos constatar que a implantação já se encontra em andamento, com obras de terraplanagem, algumas edificações e a demarcação das unidades a serem construídas.

Nesta fase inicial podemos constatar que a área destinada aos Bangalôs Sul, com 20 unidades, ainda continua intacta.

Como condicionantes da sua Licença de Implantação temos:

I. apresentar ao CRA: a) Relatório de sondagem nas áreas destinadas a: reservatórios e extravasores de reuso, elevatórias (poços de sucção) ao longo do traçado das redes, área destinada a sumidouros, área a serem irrigadas dentre outras; b) Diagnóstico da qualidade das águas superficiais e subterrâneas, contemplando no mínimo os seguintes parâmetros: alcalinização total, pH, dureza total, turbidez, cor real, condutividade, cloro, DQO, sólidos totais, OD, nitrogênio, nitrato, nitrogênio/nitrato, nitrogênio amoniacal, fósforo total, DBO, ferro total, N total (Kjeldahl), temperatura, apresentando os respectivos laudos de análise; a rede de amostragem deve contemplar, nascentes, pontos onde os cursos d'água sofrerão intervenções, poço existente e em áreas com nível do lençol freático elevado e com previsão de ocupação, no mar próximo a foz do rio Burundanga e ao norte da praia da Engenhoca; c) Programas de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, conforme Norma Regulamentadora NR-18 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego -TEM; d) Revisão do cálculo das áreas antropizadas de forma a atender o número de lotos/ha estabelecido pela Anuência da SFC/SEMARH - AP N.º 092/04; e) Plano de contratação/capacitação profissional contemplando a área de influência direta do empreendimento para as fases de implantação e operação; f) Relatório de implantação de ações específicas de inclusão social para as comunidades da área de influência visando a qualificação na prestação de serviços ou oferta de produtos; g) Relatório de medidas sócio-econômicas que beneficiem a comunidade de Itacaré. Prazo: 60 dias. II. agendar reunião com os grupos que se beneficiam dos recursos naturais da área do empreendimento para apresentação da proposta de trilha alternativa providenciando a infra-estrutura necessária. Prazo: 60 dias. III. apresentar ao Centro de Saúde do Trabalhador - CESAT/SESAB o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO, conforme Norma Regulamentadora NR-07 da Portaria 3.214/78 do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE. IV. apresentar ao CRA: a) ARTs do CRBio para os profissionais Ivomar Brito e Leila Oliveira, referente aos Projeto por eles elaborados. b) Anuências: b1. Da COELBA - deslocamento de rede elétrica particular; b2. Do DERBA quanto a conexão da rede de drenagem ao sistema de drenagem da BA-001, necessidade de estudos de modificação do tráfego e de pista de desaceleração; b3. Da SRH para conexão de parte da rede de drenagem no rio Burundanga, canal para captação de água e obra de transposição sobre o mesmo rio ou qualquer de seus afluentes; b4. Do DAC para implantação do heliponto; b5. Outorga da SRH para lançamento de efluente, caso o extravasamento dos efluentes de reuso atinjam corpo d'água; b6. Quadro definitivo de distribuição de área do empreendimento. Prazo: 30 dias. V. apresentar para avaliação e aprovação do CRA projetos executivos (plantas devidamente assinadas, dimensionamento

P. Nº 03/07

das unidades de cada sistema proposto a exemplo: PVs, elevatórias, reservatórios, fossas sépticas e sumidouros, unidades da estação de tratamento de água e esgoto e sistema de irrigação, acompanhado de cortes e detalhamentos); a) Sistema de abastecimento de água - SAA - analisar a significância do consumo das piscinas na demanda de água, caracterizar a água bruta e tratada (com no mínimo os valores de: cloro, dureza, alcalinidade, cor, condutividade elétrica, nitrato, pH e temperatura), informar o consumo de produto químico, lay out, planta baixa e cortes da ETA incluindo reservatórios (com dimensionamento); b) Sistema de esgotamento sanitário - SEE contemplar solução para água das piscinas, caracterização do afluente e efluentes apresentando no mínimo OD, DBO, DQO, sólidos sedimentáveis, PH, temperatura e coliformes (fecal e total), lay out planta baixa e cortes da ETE (com dimensionamento) - suas unidades devem distar no mínimo 50m de qualquer edificação, exceto em relação a ETA para qual deve ser realizado estudo de risco de contaminação estabelecendo tal distância; c) Sistema de irrigação com reúso - vazão de irrigação, turno de rega, estudo comprovando a compatibilidade da água de irrigação com o solo e plantas irrigadas caracterizando: o efluente usado na irrigação (no mínimo OD, DBO, DQO, sólidos sedimentáveis, PH, temperatura e coliformes fecal e total, cloro residual, condutividade elétrica, Cálcio, Magnésio, sódio), o solo e a vegetação irrigada; Prazo: 60 dias. VI. apresentar para avaliação e aprovação do CRA projetos executivos (plantas devidamente assinadas, dimensionamento das unidades de cada sistema proposto, acompanhado de cortes e detalhamentos): a) Extravasores de reúso - vazão, regime de escoamento e estudo das características físicas do solo que contemple a capacidade suporte do mesmo a vazão de água a ser extravasada dos reservatórios de reúso, considerando relevo, erosão, aporte em corpo hídrico, dentre outras implicações ambientais; b) Sistema de drenagem de águas pluviais, apresentar teste de infiltração, comprovando eficiência do sistema dissipador proposto para demais edificações; c) Vias de acesso incluindo obra de arte para transposições sobre corpos hídricos a exemplo do rio Burundanga - detalhamentos, perfis e cortes (com dimensionamento), identificar e incluir no mapa de restrições ambientais outras drenagens (de possíveis nascentes) observadas ao longo da trilha existente quando da inspeção técnica; d) Iluminação pública - incluir descrição e localização da subestação de energia; e) Canteiro de obras - fornecimento de energia elétrica e iluminação pública, lavagem e manutenção de veículos, drenagem de águas pluviais, e transporte de funcionários, quantificação cadastro e origem da mão-de-obra, e plano de desmobilização do canteiro; f) Paisagístico - proposta para minimização do impacto visual das edificações e compatibilização com a paisagem; g) Captação de água no rio Burundanga - planta, cortes e detalhamentos (com dimensionamento); Prazo: 60 dias. VII. apresentar para avaliação e aprovação do CRA: a) Complementação no Plano de educação ambiental, inserindo questões sanitárias e de convivência com moradores do entorno, frequentadores da praia, comunidade local e visitantes, incluir palestras cobrindo todas as questões ambientais pertinentes a área do empreendimento. Prazo: 60 dias. VIII. apresentar para avaliação e aprovação do CRA: a) Projeto executivo da nova trilha proposta, mantendo ativa a existente até a implantação da nova trilha; b) Solução própria para tratamento e disposição de resíduos sólidos (Resolução CEPRAM nº 1.334/96); c) Programa de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos da Construção Civil conforme instrução do CRA. Prazo: 60 dias. IX. apresentar proposta de medida compensatória como forma de mitigação dos impactos a serem implantadas na APA Itacaré - Serra Grande e/ou no Parque Estadual da Serra do Conduru, conforme definição prévia do órgão gestor da Unidade de Conservação e previamente aprovada pelo seu órgão gestor. X. atender aos parâmetros urbanísticos e demais disposições contidas nas normas, regulamentos administrativos e legislações municipais vigentes, conforme estabelecido na Certidão emitida pela Prefeitura Municipal de Itacaré. XI. garantir ao sistema de tratamento de esgoto eficiência que confira ao efluente concentração para os usos preconizados. XII. implantar o empreendimento, respeitando o Plano de Manejo da APA - Itacaré Serra Grande de acordo com a Resolução CEPRAM nº 1.334/96 bem como o estabelecido na Anuência AP Nº 092/04 da Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidade de Conservação - SFC/SEMARH. XIII. implantar, operar, administrar, realizar manutenção e

P-TEC-044-01

supervisionar o funcionamento dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento, após aprovação do CRA; XIV, informar o destino a ser dado ao poço existente na área do empreendimento. Prazo: 30 dias; XV, iniciar as obras de terraplenagem após a apresentação da Autorização Ambiental para área de disposição de materiais provenientes da construção civil; XVI, proteger as unidades dos sistemas de infra-estrutura com barreiras físicas que impeçam o acesso de pessoas não autorizadas e animais, bem como sinalizar com placa de advertência, para prevenir a entrada de estranhos; XVII, quando da solicitação da Licença de Operação apresentar: a) Relatório de implementação do Plano de educação ambiental englobando no público alvo todos os funcionários, frequentadores da praia, comunidade local, hóspedes e visitantes; b) Plano de monitoramento para: 1. águas superficiais (no Burundanga e seus afluentes, nascentes, praia da Engenhoca) e subterrâneas da área do empreendimento; 2. água da ETA (bruta e água tratada), efluentes da ETE; 3. água de reuso após desinfecção; 4. manutenção periódica e preventiva dos equipamentos dos sistemas de infra-estrutura, de acordo com as especificações do projeto executivo, das normas técnicas e das recomendações dos fabricantes dos equipamentos utilizados no sistema; c) PGRS elaborado conforme Instrução para Elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do CRA, subsidiado pelas normas legais aplicáveis, e considerar a Resolução nº 1.334/96 – Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Itacaré, Art. 5º Parágrafo 2º o empreendedor deve apresentar solução própria para disposição de resíduos sólidos, quando da renovação da licença; XVIII, requerer previamente ao CRA, a competente licença no caso de alteração que venha a ocorrer no projeto ora licenciado, conforme Art. 1º, inciso II do Decreto nº 8.169 de 22/02/02, que altera o Regulamento da Lei nº 7.799/01; XIX, respeitar as Áreas de Preservação Permanente – APPs: os 50,00m em torno das nascentes existentes na área, ficando as intervenções que ocorrerem na APP do rio Burundanga ou em qualquer um dos seus afluentes, ficando condicionado os acessos sobre o curso d'água à apresentação de autorização da SRH – Superintendência de Recursos Hídricos; XX, revegetar as áreas livres e comuns da gleba, recuperando as áreas degradadas ou em processo de degradação; Art. 2.º - A implementação desta atividade se dará com a devida Autorização de Supressão de Vegetação Definitiva da SFC/SEMARH, antes de sua publicação fica proibida qualquer intervenção na área. Art. 3.º Estabelecer que esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes acima citados, sejam mantidos disponíveis à fiscalização do CRA e aos demais órgãos do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais.

A empresa apresentou toda documentação referente às condicionantes da sua Licença, devidamente protocolada junto ao CRA.

Segundo Srº Paulo Sérgio, gerente da obra, apesar da outorga d'água expedida pela SRH para a captação no Rio Burundanga, a empresa optará pela construção de um poço artesiano, que atenderá a demanda do empreendimento.

Em inspeção de campo foram avaliados unidades locadas, construções existentes, canteiros de obra, vias de acesso e trilha alternativa, observando os critérios técnicos e legislação pertinente em função de aspecto da vegetação existente, áreas de preservação permanente, relevo, solo, mananciais, zoneamento da APA, impactos gerados e condicionantes impostas.

Constatamos que parte do projeto encontra-se em áreas de preservação permanente: topo de morro, área de declividade acentuada, margens de cursos d'água, etc, além de não atender na íntegra ao zoneamento da APA. Conforme Parecer Técnico nº 936/2004 o empreendimento foi declarado como de interesse social, através do Decreto Municipal nº 478 de 16/09/2004, que caracteriza como de Interesse Social as obras, atividades, planos e projetos do Empreendimento "Warapura Resort", enfrentando as irregularidades acima mencionadas, respaldado pelo Decreto Estadual nº 8.883 de 20/01/2004.

O empreendimento encontra-se em fase inicial de implantação e até o momento tem atendido em parte suas condicionantes, sendo constatado para correções: A) grande parte do projeto encontra-se em topo de morro, app, destacando-se as unidades do setor D, Bangalões Norte 01 e 02 que se encontram em área com declividade acentuada, apresentando cobertura vegetal em estágio médio de regeneração e na faixa de preservação, 30 mts, de um curso d'água intermitente (bangalão 01), que funciona como drenagem natural das águas pluviais, não atendendo a Autorização de Supressão Vegetal concedida; B) o zoneamento da APA não encontra-se atendido principalmente no que se refere a unidade localizada na Vila 11, setor D, coordenadas X - 0493879 Y-8413497, locada em ZPV, zona de proteção visual, segundo Resolução CEPRAM nº 1.334 de 19/12/1995, que aprova o Plano de Manejo da APA - Serra Grande / Itacaré; C) as cercas implantadas não obedecem o recuo de 60 mts da preamar máxima, conforme art.214, inciso IX da Constituição Estadual e art.10 da Lei Federal nº 7.661, de 16/05/88, assim como, invade área de preservação permanente, margens do rio Burundanga, prejudicando a fauna local, uma vez que as mesmas são compostas de telas que isolam completamente a área; D) a trinca alternativa implantada, apesar de oferecer uma vista admirável, mostra-se bastante arriscada em alguns pontos, não oferecendo a devida segurança aos usuários, já apresentando sinais de degradação que comprometem o uso da mesma, portanto não se mostrando equivalente à antiga trinca existente; E) o canteiro de obras de apoio ao beach club e bangalões norte está implantado em ZOM, não obedecendo o zoneamento da APA, Resolução CEPRAM nº 1.334 de 19/12/1995, nem ao recuo de 60 mts da preamar máxima, conforme art.214, inciso IX da Constituição Estadual e art.10 da Lei Federal nº 7.661, de 16/05/88; F) um antigo canteiro de obras utilizado pela Construtora NM Ltda., responsável pela construção do empreendimento, está provocando carreamento de material argiloso para o Rio Burundanga.

FOTOS :



LAY OUT DO PROJETO - WARAPURU

INTCO-ITACARÉ



Construção - Recepção



Construção Casa (Villas Norte)



Aspecto da Vegetação (Villas Sul)



Canteiro de obras (Beach Club e Bangalões norte)



Construção (Bangalões Norte)



Córrego Intermitente (Bangalões Norte)



Aspecto da vegetação (Bangalô 02)



Replanteio e transposição de vegetação (Villas Sul)



Cercas não respeitando recuos previstos na legislação



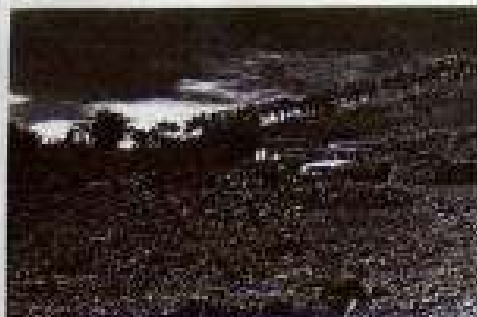
Um dos pontos vulneráveis - trilha



Lona plástica formando barreira física à fauna local



Erosão na trilha



Erosão no canteiro da NM provocando assoreamento no Rio Burundanga

7. CONCLUSÃO

Face ao exposto concluímos que o empreendimento Warapura encontra-se licenciado, atendendo grande parte dos condicionantes constantes na sua Licença, devendo portanto, corrigir os pontos acima mencionados, referentes à localização de unidades locadas em áreas não permitidas, ao zoneamento da APA, às cercas e à trilha alternativa implantada.

8. RECOMENDAÇÕES

A empresa deverá ser autuada pelo descumprimento da legislação ambiental pertinente, no que se refere aos itens acima mencionados e notificada a apresentar alternativas locais para os Bangalôs Norte, 01, 02 e a unidade que se encontra em zona de proteção visual, assim como deverá apresentar projeto de adequação para a trilha alternativa implantada.

Notificar a Harmattan a respeito das condicionantes VIII - A, B e C e sobre a origem dos produtos minerais utilizados nas obras da construção civil

A Construtora NM Ltda. deverá ser autuada por promover degradação no Rio Burundanga.

Deverão ser procedidas novas inspeções no decorrer da implantação do empreendimento.

9. DESDOBRAMENTOS (nº dos autos de infração, notificações, pareceres técnicos recomendados)

NOTIFICAÇÃO Nº 2005-005708/TEC/NOT-1891

PTM nº DIFIS/COFISA -202/2005 e PTM nº DIFIS/COFISA -203/2005

10. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

DATA: 02/05/2005

Técnico(s):

Hermann Rehem R. da Silva
Eng. Agrônomo
CREA -25910/D

Assinatura (s) / Carimbo(s)

Hermann Rehem R. da Silva
Eng. Agrônomo CREA/BA 11474
Mec. 45311006.2

Ciente Coordenador


Alvaro Lemos Brito
Coord. COFISA


Assinatura/Carimbo

EXEMPLAR

ANEXO C – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC): SOBRE ACESSO ÀS PRAIAS EM ITACARÉ

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



 N° CH 33813

FABRILIONATO DE NOTAS
Itacaré - BA
Certifico que a presente fotocópia está conforme o original
Dois 16.
Itacaré de 12/09/2010

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Compromissários: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, pela Promotoria de Justiça da Comarca de Itacaré, situada no Fórum local, Rua Joaquim Vieira, s/n, centro, Itacaré/BA.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradoria da República no Município de Ilhéus/BA, situada na Rua Marquês de Paranaguá, nº 191 - Ed. Paranaguá - Centro, CEP: 45.660-000, Ilhéus/BA.

Compromitentes: Representantes da Sociedade Civil:

Alisson Alberto Reis dos Reis, presidente da Associação de Surf e Salvavidos, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Benjaminia Kromayer, proprietário da Easydrop, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Claudio Miro Santana Lima, Presidente da Associação de Barraqueiros das Praias da Zona Rural, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Cosme Nunes, representante legal do Instituto Tijupe e do Boto Negro, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
João Velloso Puma Xauá, representante da Aldeia Guaporé, brasileiro, casado, RG 1.776.645 SSP/BA, CPF 416.175.255-53, residente e domiciliado na Rua João Coutinho, s/n, Centro, Itacaré/BA.
Magno Rocha da Cruz, Presidente da Associação de Guias, Associação Cultural Tribo do Porto, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Miguel Carlos Costa, electricista nativo, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Moisés de Jesus Ferreira, Presidente da ACOVETI, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Paulo de Tarso, representante da YONIC, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Raimundo Crispini, representante da ACERTI, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Raimundo Sarmiento Souza, Presidente da Associação de Moradores da Pituba, brasileiro, casado, RG, CPF, residente e domiciliado na
Cleandro Antonio dos Reis, Associação Filhos de Itacaré, brasileiro, casado...
Lauro Costa Satúbal, brasileiro, casado, RG 372777, CPF 003616975-04



Empresários e proprietários dos imóveis:

Renato Rubens Rocchi Guedes de Oliveira, brasileiro, casado, RG 2621464, CPF 088489138-68, residente em S. Paulo, SP, na rua Bela Cintia, 2032, apto 61, diretor presidente.
Marcelo Brasileira da Cunha, brasileiro, casado, RG 1047620, CPF 169741585-72, residente na Av. 7 de Setembro, 2252, apto. 1901, Salvador- Bahia / Fazenda Miramar.
Cleber Isaac Souza Soares, brasileiro, casado, engenheiro, civil, crea 663D, CPF 004226495-20, residente na Av. 7 de Setembro, 2214, apto. 1602, Salvador - BA, Condomínio Villas de S. José.

Assinaturas manuscritas:
Claudio Miro Santana Lima
Rocchi
Miramar

Página 01

MINISTERIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Itacaré - BA
Certifico que a presente fotocópia está conforme o original
Dia 16 de _____ de _____
Itacaré _____

Ernani Silveira Pittinatti, brasileiro, casado, CPF 034951838-68, RG 2701325 X SSP/SP, residente na Rua Grvinha, 176 Itacaré Salvador, BA.
Alfio Lagoado, brasileiro, separado judicialmente, RG 943039 CPF 064655708-49, residente na Rua Ceará, 45 Higienópolis.
Fernando Marques, brasileiro, solteiro, residente no km 59 da BA 001, rodovia Béas-Itacaré, RG 116781218, CPF 88992888600.
Gustavo Wagner Ribeiro, brasileiro, RG.....CPF, residente na Rua Sergipe, 1167/1203, Belo Horizonte - MG.
Bernard Mercier, CPF 84681055-49, residente na Rua Pílio Soares, 111, Passaporte F 1119419.
Arnaud, Roger, Eugene, Marie, Boulliant de Saint-Symphorien, CPF 658198615-15, RG V 164523 R, Fazenda Haiti, proprietário.

Poder Público Municipal:
Paulo Silveira, brasileiro, secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente de Itacaré, Rua Leonardo Setúbal, 05, Centro - Itacaré BA
Rafael Mota Barros, Vice-Prefeito, RG 756140, CPF 011879805-91, residente na Praça S. Miguel, 27 Centro Itacaré BA.

Poder Legislativo Municipal:
Antônio Mário Damasceno, Presidente da Câmara Municipal de Itacaré/BA, brasileiro, casado, RG 1474865 SSP/BA, CPF 227.671.905-59, residente na Travessa Monte Alegre, s/n, Taboquinhas, Itacaré-BA.
José Alcino da Silva, brasileiro, RG 12141808-17, CPF 429160037-20, residente na Rua do Forte, 19 Centro, Itacaré-BA.
Joselito Reis Vieira, brasileiro, RG 23555-5 PM/BA, CPF 409709675-68, residente na Praia da Bandeira, 18 Centro Itacaré - BA.

Pelo presente instrumento, na forma dos arts. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7347/85, e art. 83 da Lei Complementar n. 11/96, de um lado o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, e o MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, doravante denominados COMPROMISSÁRIOS, e do outro lado, _____, doravante denominados COMPROMITENTES, celebram, entre si, este compromisso de ajustamento de conduta, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA:
Os COMPROMITENTES obrigam-se ao cumprimento das disposições inseridas na Constituição Estadual, Título VI, Capítulo VIII, art. 214, inciso IX, bem como do art. 19 da Lei nº 7.661/88, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, regulamentada pelo Decreto nº 5300 do ano de 2004;

CLÁUSULA SEGUNDA:
Os comprometidos, que admitem estar cientes das supracitadas disposições legais, em anexo ao presente termo, passarão a ajustar suas condutas aos termos legais e deste compromisso de

Paulo Silveira
Joselito Reis Vieira
Blasennio Santosalina
[Assinatura]
[Assinatura]

Página 02



ajustamento de conduta, de modo a não desprezar o direito constitucional dos cidadãos de usufruir a um bem público de uso comum do povo.

CLÁUSULA TERCEIRA:

Os compromissários reconhecem o dever de garantir livre e franco acesso às praias e ao mar, e que, por tal razão, devem dispor de um caminho viável para os que se destinem aos referidos locais, independente do pagamento de qualquer taxa ou pedágio. Assim, cada uma das praias deste município de Itacaré/BA deverá contemplar ao menos um acesso viável a pedestres, ficando impedida toda e qualquer cobrança para o referido acesso.

Parágrafo Primeiro:

A liberação do acesso às praias e trilhas aos turistas e moradores desta cidade, conforme determinação legal e constitucional, não autoriza de forma automática a instalação de pontos de comércio, seja por meio de ambulantes ou de barracas de praia, uma vez que a utilização das áreas de praia para fins comerciais depende da concessão de alvarás de funcionamento pelos órgãos competentes, sejam municipais, estaduais ou federais, vez que se trata de área de marinha, de domínio da União.

CLÁUSULA QUARTA:

O compromissário, por outro lado, reconhece a necessidade premente de se obter um desenvolvimento turístico sustentável para o Município de Itacaré/BA, com vistas a preservar o atual estágio de conservação da fauna e flora local, bem como buscar a conscientização ecológica dos moradores e dos turistas que aqui diariamente chegam, pelo que se postula a orientar e auxiliar, juntamente com os órgãos ambientais competentes, na realização de estudo de capacitação de carga.

Parágrafo Primeiro:

Os referidos estudos de capacitação de carga deverão ser presididos por institutos de reconhecida idoneidade no tratamento e desenvolvimento das questões ambientais, os quais serão escolhidos por representantes da sociedade civil, bem como pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e terão por finalidade a representação junto aos órgãos ambientais, bem como ao Ministério Público, a organização para melhor atuação dos profissionais habilitados, e, ao fim, a realização de parecer com de todas as informações coletadas durante o período de monitoramento, com as conclusões do estudo de capacitação para cada área monitorada.

Parágrafo Segundo:

Os estudos de capacitação de carga para as praias de Itacaré/BA terão por finalidade desenvolver relatórios para apontar possível impossibilidade de uso irrestrito das praias de Itacaré/BA e de seus acessos por meio de trilhas, face as suas fragilidades ambientais, bem como apontar alternativas ecológicas para não sobrecarregar aqueles ecossistemas, de forma a que todos possam usufruir o bem comum sem que acarrete a sua destruição.

Parágrafo Terceiro:

Cláudio Miro Santaralissa



Os referidos profissionais encarregados da feitura do estudo de capacitação de carga, supervisionados pelo(s) instituto(s) ambiental(is) anteriormente referido(s), serão devidamente escolhidos por representantes da sociedade civil e de grupos ambientais, após processo público onde se habilitarão todos os interessados, dentro peritos nas áreas de atuação imprescindíveis para maior detalhamento do estudo de suporte, visando, assim, obter a mais fiel resposta aos quesitos formulados, e concluindo cada estudo realizado com a definição do suporte de carga real e sustentável de cada uma das praias localizadas no trecho que compreende a zona litorânea do município, indo do Rio Piracanga até as extremidades com o Rio Tijupe.

CLÁUSULA QUINTA:

O estudo de capacitação de carga, o qual apresenta como uma de suas fases, o monitoramento das áreas estudadas estará, portanto, sob a presidência de um instituto ambiental, o qual supervisionará os trabalhos realizados, e será executado por profissionais habilitados para a realização das perícias, sendo tanto o instituto, como os profissionais, escolhidos por processo seletivo com a participação dos representantes da comunidade local.

CLÁUSULA SEXTA:

O prazo para conclusão dos estudos será estabelecido por etapas, pelo Órgão ambiental competente, de acordo com as necessidades da área, visando obter informações relativas aos diferentes perfis e épocas de turismo, como exemplo a maior demanda durante o verão, para que se analise, caso a caso, a lotação do espaço em momentos diversos, tendo como prazo máximo o período de 01(um) ano para monitoramento.

Parágrafo único:

Após a conclusão dos estudos de capacitação de carga das praias deste Município, a forma de fiscalização e controle será decidida em Audiência pelas partes deste Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA SÉTIMA:

Deverão os compromitentes, representantes da sociedade civil, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da celebração do presente compromisso de ajustamento de conduta, informar o instituto ambiental escolhido para presidir os trabalhos, juntamente com o outro a ser escolhido por esta Promotoria de Justiça.

CLÁUSULA OITAVA:

O processo de habilitação dos profissionais especializados em cada área de atuação terá início a contar da data da celebração do presente ajuste de conduta, tendo um prazo de 30 (trinta) dias para encerramento, quando será realizada audiência pública para homologação dos nomes escolhidos.

CLÁUSULA NONA:

O Poder Público Municipal, em conjunto com o órgão ambiental, assegurará no âmbito do

Paulo Henrique
Fernando

Claudio Roberto Santalucia

[Assinatura]

[Assinatura]



planejamento urbano, o acesso de praias e ao mar, conforme disposto no art. 21 do Decreto nº 5300/2004, o qual regulamenta a Lei nº 7.661/88.

CLÁUSULA DÉCIMA:

O cumprimento do acordo autorizará o arquivamento do procedimento administrativo instaurado nesta Promotoria de Justiça da Comarca de Itacaré/BA, sob o n. 011/2005, bem como do procedimento administrativo 1.14.001.000096/2001-44, instaurado pela Procuradoria da República no Município de Ilhéus/BA, ressalvando-se a eficácia do ato à sua confirmação pelo Conselho Superior do Ministério Público, ou órgão competente federal, na forma do art. 83, da Lei Complementar n. 11/96.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

O não cumprimento, a partir da data de hoje, implicará no pagamento, pelo compromitente de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais), prevista na Lei n. 7347/85, a ser revertida ao fundo de que trata o artigo 13 do referido diploma legal.

Parágrafo Primeiro:

O pagamento da multa prevista nesta cláusula não elide a sujeição do compromitente às sanções administrativas, cíveis e criminais porventura cabíveis.

Parágrafo Segundo:

A apuração do descumprimento dar-se-á com a oitiva do compromitente, sendo necessário a comunicação oral de, no mínimo, 03 (três) visitantes, ou, ainda, da Polícia Civil, Militar, CRA e quaisquer outros órgãos oficiais, incluindo averigação pelo próprio Ministério Público ou à sua ordem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A vigência deste compromisso será de 03 (três) meses, findos os quais, sem descumprimento, será prorrogada por tempo indeterminado, produzindo os efeitos legais a partir da data de sua celebração, bem como terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, parágrafo 6º, da Lei n. 7347/85 e art. 585, inciso II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

Fica eleito o foro de Itacaré, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir eventual litígio a respeito da conduta ora ajustada.

E, por estarem de acordo, firmam o presente em quatro vias de igual teor, o qual tem o referendo do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, por sua Representante, lotada na Procuradoria de Justiça da Comarca de Itacaré, bem como do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por sua Procurador da República no Município de Ilhéus/BA, para que surta os seus jurídicos efeitos.

*Procurador
Federal*

Claudemiro Santalima

*Procurador
Federal*

MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



Itacaré/BA, 19 de outubro de 2005.

Caroline Freire Moraes
Caroline Freire de Moraes
Promotora de Justiça
Compromissária

Fernanda Alves de Oliveira
Fernanda Alves de Oliveira
Procuradora da República
Compromissária

[Signature] . 08005351-50
Nome e RG
Compromitente

[Signature] 05918796-98
Nome e RG
Compromitente

[Signature] V300252-0
Nome e RG
Compromitente

[Signature] 1776645-7 P.S.P. DA.
Nome e RG
Compromitente

[Signature] 1577901
Nome e RG
Compromitente

[Signature]
Nome e RG
Compromitente

[Signature]
Nome e RG
Compromitente

[Signature]
Nome e RG
Compromitente

[Signature] 100800
Nome e RG

TABELIONATO DE NOTAS
Itacaré - BA

Certifico que a presente foto-
cópia está conforme o original.
Dou fé.

Itacaré, de 19 de 2005
[Signature]



MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA



[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente 069330622-0 U.E.

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente RG 049870526

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente RG 372377

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente CREA 3992-RJ

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente - 1474-865 SSP/BA

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente 3214180817

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente 33555-5 P.M.-BA
(Instrumento de compra para
2005/009264/TE/RS/0640

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente RE 2621464

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente MARCELO BRASILEIRO DA LINDA
RG: 1047620-20

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente CEFERES ISARE DA PAZ PARDI
CREA 663/D-123/01

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente ERNON J. S. PEREIRA

[Handwritten signature]
Nome e RG
Compromitente ALFIO M. NASSO

TABELIONATO DE NOTAS
Itacaré - BA
Certifico que a presente foto-
cópia está conforme o original
Dou fé.
Recorrido *[Handwritten signature]*
[Handwritten signature]



ANEXO D – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE LIMINAR PARA EMBARGO DAS OBRAS DO WARAPURU



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA
ILHÉUS - BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACAREÍBA



EXMO(A). SR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA VARA ÚNICA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE
ILHÉUS/BA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio, respectivamente, da Procuradora da República e da Promotora de Justiça signatárias, no uso de uma de suas atribuições constitucionais e legais, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal de 1988, bem como nos dispositivos pertinentes da Lei nº. 6.938/81, Lei nº. 7.347/85 e Lei Complementar nº. 75/93, vêm, perante Vossa Excelência, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE LIMINAR

em face de:

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS, autarquia federal, que poderá ser citado por intermédio de sua Procuradoria, com endereço na Praça Visconde de Cairu, s/n. Centro, Ilhéus/BA;

ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público, que poderá ser citado por intermédio da Procuradoria Geral do Estado, com endereço no Largo do Campo Grande, n. 382, Bairro Campo Grande, em Salvador/BA;

MPF – R. Marquês de Pombal, 291, Centro, Ilhéus-BA, 45653-000, Tel (73) 3251-6962, Fax (73) 2634-8806, E-mail: pmilho@pfn.mpf.gov.br

MPE – Rua Joaquina Vieira, s/n, Fórum Conselheiro Barro Preto, Centro, Itacaré-BA, 45530-000, Telefone (73) 3251-2343, E-mail: itacare@mp.ba.gov.br

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

CRA – CENTRO DE RECURSOS AMBIENTAIS, autarquia estadual vinculada à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH, podendo ser citada na pessoa da sua diretora, Maria Lúcia Cardoso de Souza, com endereço na Rua Rio São Francisco, n. 01, Bairro Monte Serrat, Salvador/BA;

MUNICÍPIO DE ITACARÉ, pessoa jurídica de direito público, com sede em sua Prefeitura Municipal, podendo ser citado na pessoa de seu Prefeito, Sr. Jarbas Barbosa Barros, na Rua Ruy Barbosa, n. 11, Centro, Itacaré/BA;

HARMATTAN LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 05.027.021/0001-14, estabelecida na Rua Plínio Soares, Centro, Itacaré/BA, ou na Rua da Consolação, n. 247, 6ª andar, sala 22F, Centro, São Paulo;

CONSTRUTORA NM LTDA., pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 074.190.620/0001-77, podendo ser citada na Av. Ulisses Guimarães, n. 07, CAB, Sussuarana, Salvador/BA,

pelas razões fáticas e jurídicas que, a seguir, passa a expor.

I – DO OBJETO DA DEMANDA

A presente Ação Civil Pública tem por desiderato buscar o necessário e suficiente provimento jurisdicional, com vista à proteção do meio ambiente, bem difuso por excelência, na exata medida em que pleiteia a regularização do processo de licenciamento ambiental do empreendimento denominado WARAPURU Resort & Hotel (ao serem exigidas as avaliações de impacto ambientais e estudo prévio de impacto ambiental, com respectivo relatório de impacto ambiental), inclusive com a análise e licenciamento do empreendimento perante o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

II - DOS FATOS

A partir do correio eletrônico, a Procuradoria da República em Ilhéus tomou conhecimento da existência de um grande empreendimento que estava sendo implantado no Município de Itacaré/BA e que poderia estar irregular. Posteriormente, o MPF reuniu-se com o MPE para tratar de vários assuntos, sendo que este informou que já havia instaurado um inquérito civil público (n. 003/2005) para investigar o empreendimento WARAPURU,

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉIBA

disponibilizando cópias de alguns documentos. De posse desses documentos e de notícia publicada no Jornal "A TARDE", resolveu-se instaurar o procedimento administrativo de n. 1.14.001.000044/2006-82 no âmbito da PRM de Ilhéus para averiguar os fatos.

Trata-se de um empreendimento que está sendo implantado numa área de cerca de 49 hectares, na Fazenda Engenhoca, e, segundo o processo de licenciamento perante o CRA elaborado em 02.09.2005, serão 20 casas localizadas nas Villas Sul (10) e Villas Norte (10) e 45 bangalôs, localizados em área distintas, Bangalôs Sul (20 unidades) e Bangalôs Norte (25 unidades), recepção, beach club, áreas de lazer, administração e apoio.

Reportagem publicada na Revista "Veja", edição de 23 de março de 2005, afirmou que o "Warapuru Resort" é um complexo hoteleiro de padrão seis estrelas e que "terá quarenta bangalôs com piscina privativa incrustados na Mata Atlântica e mais dezoito casas, com serviço de hotelaria e mordomo exclusivo – todas já vendidas a preços que variam entre 750 000 e 1,2 milhão de dólares, mas que poderão ser ocupadas por hóspedes do hotel na ausência dos proprietários. No auge da ocupação, hospedará 150 pessoas, a diárias médias de 500 dólares (cerca de 1.350 reais)". (g.n.)

Matéria publicada no Jornal "A Tarde" em 17.07.2005 noticiou que os responsáveis pelo empreendimento não haviam dado entrada com nenhum pedido de supressão de Mata Atlântica no escritório do IBAMA em Ilhéus e que o Conselho Gestor da APA dizia ter conhecimento de apenas um estudo preliminar do projeto. Ainda, que o acesso à praia de Engenhoca havia sido fechado, o que havia gerado protestos dos moradores de Itacaré, obrigando os responsáveis pelo Warapuru a abrir uma nova trilha, mas estaria havendo limitação, mediante distribuição de cartelinhas a algumas pessoas.

Ante a suspeita de irregularidades no licenciamento ambiental, imediatamente o MPF requisitou do ora demandado CRA, por meio dos ofícios de ns. 0446 2006-FA e 0490 2006-FA informações sobre a exigência de EIA/RIMA previamente à concessão das licenças de localização e implantação à empresa Harmattan Ltda., bem como o envio de cópia integral do processo de licenciamento.

Também foram requisitadas informações à Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação – SFC e ao Conselho Gestor da APA Itacaré/Serra Grande.

Igualmente, foi expedido ofício à ré Harmattan requisitando informações.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

Indagado sobre a existência de anuência prévia à implantação do empreendimento, o Conselho Gestor limitou-se a responder que "foi criado no âmbito do Conselho Gestor da APA Costa de Itacaré Serra Grande um grupo de acompanhamento para implementação do empreendimento Warapuru formado por 07 conselheiros que em suas visitas fazem algumas recomendações e observações (relatórios anexo) à cerca (sic) do empreendimento" e que como "tem caráter consultivo, as recomendações podem ou não ser acatadas pelo empreendimento, ficando a cargo do CRA (Centro de Recursos Ambientais) emitir a licença e acompanhar o cumprimento das condicionantes". Enviou, outrossim, cópia da anuência prévia emitida pela SEMARH/SFC.

A empresa Hamattan enviou ofício (CT-08-132/06) informando que havia elaborado estudos ambientais compatíveis com o porte do empreendimento e área de implantação e que havia sido DISPENSADA de elaboração de EIA/RIMA por parte do órgão licenciador – CRA.

Após reiteração de ofício e contato telefônico, o CRA encaminhou os autos do procedimento do licenciamento, para serem fotocopiados nesta Procuradoria da República (consoante apensos).

De sua vez, a Promotoria de Justiça da Comarca de Itacaré/BA já havia solicitado ao IBAMA a realização de vistoria no local, a fim de constatar as possíveis irregularidades do empreendimento. Abaixo, alguns trechos do relatório de vistoria:

"01 – A implantação do empreendimento está sendo executada, com base em Autorizações e Licenças Ambientais – emitidos por órgãos ambientais Estaduais, gerando diversas modificações ambientais, tais como:

- ◆ supressão de vegetação natural de mata atlântica;
- ◆ supressão de cobertura florestal da mata atlântica, em áreas com declividade compreendida entre 25º a 45º, para a construção de unidades residenciais;
- ◆ ocupação de áreas localizadas sobre topos de morros (Área de Preservação Permanente), para construção de edificações diversas;
- ◆ corte e aterro de terrenos localizados sobre encostas de morro;
- ◆ nivelamento de áreas com declive;
- ◆ obras de drenagem e canalização;
- ◆ alteração da rede de drenagem natural;
- ◆ aterro e terraplanagem do solo;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

- ◆ Interferências e poluição com argila em áreas alagadas (ecossistemas associados ao manguezal);
- ◆ alteração do perfil topográfico original;
- ◆ inserção de edificações de alvenaria, em áreas com cobertura florestal;
- ◆ realização de picada em Área de Preservação Permanente (sobre as faixas marginais de curso d'água), para construção de via suspensa sobre pilotes (passarela de concreto para trânsito de veículos elétricos);
- ◆ alteração de paisagem natural;
- ◆ grande intensidade de movimentação de máquinas e veículos;
- ◆ elevação brusca da pressão antropogênica, através do trabalho de mais de 400 (quatrocentos) operários trabalhando simultaneamente, naquela obra.

02 – Algumas modificações ambientais (aterramento, lixiviação de material argiloso oriundo das escavações da obra, implantação de 'estradas' provisórias, poluição hídrica, etc.), abrangem inclusive parte da área definida como sendo terreno de marinha, localizada entre a linha definida visualmente na vistoria como sendo da preamar média e a distância perpendicular medindo 33 m (trinta e três metros) em direção oposta ao mar. (q.n.)

03 – Parte dos resíduos vegetais (fustes e galhos de árvores nativas da mata atlântica – utilizados principalmente para lastro de estradas nas áreas úmidas e alagadas), existentes sobre a área do empreendimento, indicam que foram obtidos pela supressão da cobertura florestal da mata atlântica, provavelmente pertencentes aos estágios médio e avançado de regeneração natural. (q.n.)

04 – A área submetida a supressão de vegetação naquela Fazenda Engenhoca, foi estimada em 07 ha (sete hectares), abrangendo desde áreas revestidas por gramíneas (pastagem cultivada), cobertura florestal nos estágios inicial, médio e até avançado de regeneração natural da mata atlântica (esta última em menor quantidade). A Autorização para Supressão de Vegetação Nativa n. 724/2004, emitida pelo CFC é de 9,7 ha.

.....
A realização da vistoria *in loco* e a leitura dos documentos apresentados a este IBAMA, mesmo de forma pouco detalhada, possibilitaram concluir que, a empresa tem realizado a execução das obras e as modificações ambientais com base nas Autorizações e Licenças Ambientais concedidas pelos Órgãos Ambientais Estaduais, apesar da constatação da execução de atividades e obras, em desacordo com o preconizado pela legislação ambiental federal.

.....
Face ao acima constatado e exposto, conclui-se que as possíveis e graves falhas cometidas pelos Órgãos Ambientais Estaduais, através da emissão de Autorização

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

para Supressão de Vegetação Nativa e das Licenças Ambientais, possibilitaram a implantação de empreendimento hoteleiro/turístico (de caráter comercial privado), em áreas com elevada fragilidade ambiental, cujos documentos de caráter oficial, autorizaram a empresa empreendedora a executar as bruscas modificações ambientais, gerando danos de difícil reparabilidade" (p.n).

De outro lado, o relatório de reunião que aconteceu no dia 20 de junho de 2005, envolvendo o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia – IESB, a ré Hamattan, o conselho gestor da mencionada APA e associações locais de Itacaré, fez diversas observações e questionamentos, tais como:

"... pudemos verificar a implantação de uma cerca que delimita a obra da praia. O fato é que a cerca provoca um impacto visual forte para quem chega à praia. Segundo informações do responsável pela obra a cerca serve somente para impedir que trabalhadores da obra utilizem a praia ou causem transtornos aos usuários, criando assim um ambiente de maior discricção para a execução da obra e para proteje (sic) os banhistas de possíveis incômodos provocados pelos trabalhadores da obra. Ficou claro que a cerca está muito próxima da depressão para a praia, restringindo o acesso público. O ideal é que ela ficasse mais recuada para dar mais espaço de trânsito (sic) aos banhistas.

Questionamentos do grupo de trabalho:

- * legalidade da colocação da cerca isolando a Praia da Engenhoca*
- * restrição de livre trânsito de animais selvagens, provocado pela existência da cerca*
- * colocação de cerca em terreno da união sem autorização do IBAMA*
- * uso de máquinas pesadas...*
- * supressão de coqueiros...*
- * supressão esporádica de árvores nativas de porte médio na área*
- * proteção de bangalês em áreas aparentemente mais de 30% de declive*
- * terraplanagens e cavações relativamente profundas em áreas de declive acentuado*
- * desvio e desequilíbrio de correntes fluviais subterrâneas (sic) pelas cavações e terraplanagens observadas"*
-*
- * a nova trilha (alternativa para acesso à praia) passa por trechos que nunca foram influenciados pela ação humana antes*
- * dois bangalês previstos na planta do empreendimento podem estar localizados na Zona*

de Proteção Visual, que não permite nenhum tipo de construção

.....
 - Num levantamento pessoal preliminar e informal da fauna local através de identificação própria e entrevistas com nativos reconheci algumas espécies altamente ameaçadas de extinção: Onça-parda, jaguatirica, bicho-preguiça-de-coleira, macaco-prego-do-petito, amarelão-castanho, ouriço-cabeleira-preto, paca"(p.n.)

Saliente-se que foi requisitado ao IBAMA que informasse quais providências no âmbito daquele ente haviam sido tomadas em relação às irregularidades constatadas, sendo que, inicialmente, a autarquia limitou-se a responder que não havia sido constatado o impedimento de acesso à trilha da praia; que o empreendimento estava licenciado pelo CRA e que havia sido lavrado apenas um auto de infração relativo à extração de mineral, que estava ocorrendo sem as autorizações devidas (ofício n. 076/06).

Foi realizada então uma vistoria conjunta entre o analista pericial em biologia da PRBA, funcionários do IBAMA e do CRA no dia 08 de maio de 2006. Em sua informação técnica, o biólogo afirmou:

"A intervenção realizada para a implantação da Recepção Mirante alterou a topografia original e descaracterizou a paisagem do relevo localizado no topo do morro, repercutindo em grande impacto visual.

.....
 Não foi observada na vistoria placas de cunho ambiental na área do empreendimento e, ao que parece, os funcionários não estão tendo aulas de educação ambiental, conforme previsto no mencionado projeto (específico para preservação das espécies da fauna, com ênfase nas endêmicas e ameaçadas de extinção). (...) Ano ser questionado acerca da realização do resgate de fauna, o coordenador de meio ambiente (...) respondeu que não estava sendo realizado. O resgate de fauna é imprescindível em regiões com grande diversidade de fauna e é autorizado pelo Ibama. Nesse sentido, é necessário que o Ibama informe se foi dada autorização para resgate de fauna, e, em caso positivo, se o mesmo vem sendo monitorado pelo órgão ambiental federal.

.....
 Todavia, houve alteração do sistema de drenagem natural de curso d'água de menor ordem localizado no setor de hangar norte, inserindo na área de serviço, o qual alimenta (sic) um grande área permanentemente alagada e ou úmida. É necessário que o empreendedor implemente imediatamente a recuperação ambiental dessa área.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

Segundo os técnicos do Ibama e do CRA que acompanharam este subscritor durante a incursão na área objeto do empreendimento, algumas construções foram edificadas em desacordo com o projeto original. No momento da inspeção constatamos que um bangalô estava construído a faixa dos sessenta metros da linha da península máxima, em desacordo com a legislação estadual, e que possivelmente outros dois bangalôs estariam na mesma situação" (p. n).

Ressalte-se que o IBAMA não concedeu qualquer autorização para resgate de fauna.

Por fim, no dia 09 de junho, foi feita nova vistoria com a participação do IBAMA, CRA e do MPF. Em razão de sua importância, transcreveremos aqui alguns trechos do relatório elaborado pelo IBAMA:

"01 - A presente vistoria, referente a implantação do citado empreendimento, possibilitou constatar que as atividades modificadoras do meio ambiente, apesar de algumas delas estarem sendo executadas com base em Autorizações e Licenças Ambientais - emitidos por Órgãos Ambientais Estaduais, continuam gerando diversas e significativas modificações ambientais, tais como:

- supressão da vegetação natural de mata atlântica;
- supressão de cobertura florestal definida como estágio médio de regeneração natural da mata atlântica (apresentando a característica visual definidas pelo Item II do art. 3º da Resolução CONAMA nº 010/1993).
- supressão de vegetação natural e corte de elevação (topo de morro), para construção da casa nº 19 (residência - Vila Guil), afetando expressivo remanescente de cobertura florestal da mata atlântica, com características visuais de estágio avançado de regeneração natural, deixando esses remanescentes sem borda.
- supressão de cobertura florestal natural da mata atlântica, localizada sobre as faixas marginais consideradas como Área de Preservação Permanente (pequeno curso d'água - sem denominação), com ocupação da APP, com construções temporárias (depósitos de materiais de construção) e deposição de materiais de construção (areia, brita, vergalhões de ferro, madeiras, estruturas metálicas, etc.) a céu aberto.
- destruição da serapilheira e da regeneração natural da mata atlântica (através da roçada do sub-bosque e pela deposição de argila sobre o estrato da regeneração natural), danificando a floresta em área de preservação permanente;
- supressão de cobertura florestal da mata atlântica, em áreas com declividade compreendida entre 25° a 45°, para construção de unidades residenciais, administrativas e benfeitorias;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

- ocupação de áreas localizadas sobre topos de morros (Área de Preservação Permanente, definida pela Lei Federal nº 4.771/65), com construções de edificações residenciais e hoteleiras, além de infra-estrutura diversa;
- corte, aterro e nivelamento de terrenos localizados sobre encostas e topos de morros;
- alteração da rede de drenagem natural;
- aterro e terraplenagem do solo;
- interferências e poluição com silte e argila em áreas de banhados (ecossistemas associados ao manguezal);
- construção de cerca (com arame e tela sintética) junto ao banhado existente na Vila Norte, causando o isolamento daquele ambiente associado ao manguezal, impedindo inclusive o livre tráfego de fauna silvestre.
- alteração do perfil topográfico original;
- inserção de edificações em alvenaria e concreto armado, em áreas com densa cobertura florestal, ocasionando elevado contraste, com modificações que destoam da paisagem natural;
- realização de picadas em Área de Preservação Permanente (sobre as faixas marginais de curso d'água);
- construção de canteiros de obras e depósito de materiais em Áreas de Preservação Permanente (faixa marginal de curso d'água e topos de morros);
- construção de "barraca de praia" (construída de forma fixa, não desmontável), na faixa de terreno de marinha, na praia da Engenhoca,
- grande intensidade de movimentação de máquinas, veículos e trabalhadores e,
- elevação brusca da pressão antropogênica, através do trabalho de mais de 400 (quatrocentos) operários trabalhando simultaneamente, naquela área" (p.n.).

Em razão das inúmeras irregularidades constatadas, em de julho de 2006, o IBAMA lavou diversos autos de infração e termos de embargo contra os réus da presente ação, consoante documentos anexos.

Em estreita conclusão, após os fatos minudentemente expostos, resulta claro que o licenciamento ambiental para o empreendimento em discussão, bem como as demais autorizações concedidas não vêm atendendo aos requisitos mínimos, previstos em nível constitucional, legal e regulamentar, quer do ponto de vista formal, quer do ponto de vista material, que lhe possa dar condições de validade, razão porque, após a fundamentação jurídica necessária, serão articulados os pedidos tendentes ao acautelamento do meio ambiente, visando à regularização da presente controvérsia.

II – DO DIREITO

II.1 – Da nulidade do licenciamento ambiental conduzido pelo CRA e pelo Estado da Bahia

A) Dispensa indevida de EIA/RIMA

A Magna Carta estabelece que:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(omissis)

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

(omissis)

IV – exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade".

O art. 2º da Resolução CONAMA n. 001/86 estabelece as hipóteses em que deve ser exigido o EIA/RIMA, podendo ser destacada a seguinte: "XV – Projetos urbanísticos, acima de 100 ha, ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério do IBAMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes".

Apesar de o empreendimento ter área inferior a 100 hectares, deveria ter sido exigido o estudo de impacto ambiental, ante o seu potencial ofensivo, consoante parecer do próprio CRA a f. 459 do apenso III. Merece registro o fato de que o rol é exemplificativo, sendo que, na lição de João Carlos de Carvalho Rocha:

"além daquelas atividades elencadas pelo Conama outras podem existir que causem significativa degradação ambiental. Não depende da apreciação da conveniência e oportunidade da administração pública a exigência do EPIA nas hipóteses não previstas na regulamentação. Constatado o risco de alteração

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
 PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
 BAHIA
 PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

adverso e significativo do meio ambiente, o princípio da prevenção do dano, o qual informa todo o direito ambiental, impõe a realização do estudo" (*in* "Estudo prévio de impacto ambiental - questões e perspectivas", Revista do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992, n. 27, p. 151) (g.n.).

Como se isso não bastasse, o empreendimento situa-se no interior da APA estadual Costa de Itacaré/Serra Grande, a qual, de acordo com o Decreto Estadual de n. 2.186/93, tem por objetivo **proteger os remanescentes de Mata Atlântica e seus ecossistemas associados**, garantindo a manutenção da biodiversidade e potencializando a atividade turística, valorizada ainda pela presença de falésias rochosas e um litoral exponencialmente belo.

De acordo com o art. 15 da Lei n. 9.985/2000, "*a Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais*".

Destarte, considerando tratar-se de área de relevante interesse ambiental, deveria ter sido exigido o EIA/RIMA para o empreendimento.

Mas não é só. De acordo com as informações que constam dos autos, as obras vêm sendo realizadas em área de Mata Atlântica e na Zona Costeira. No âmbito constitucional, tais biomas encontram proteção no art. 225, § 4º, *in verbis*: "*a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais*" (g.n.).

Pois bem. O Município de Itacaré, de acordo com os arts. 3º e 4º, I, do Decreto n. 5.300/2004, é abrangido pela faixa terrestre da Zona Costeira. As obras estão se desenvolvendo na Fazenda Engenhoca, que dá acesso à praia de Engenhoca. O art. 6º da Lei n. 7.661/88 estabelece o seguinte:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉIBA

"Art. 6º O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, construção, instalação, funcionamento e ampliação de atividades, com alterações das características naturais da Zona Costeira, deverá observar, além do disposto nesta Lei, as demais normas específicas federais, estaduais e municipais, respeitando as diretrizes dos Planos de Gerenciamento Costeiro.

(omissis)

§ 2º Para o licenciamento, o órgão competente solicitará ao responsável pela atividade a elaboração do estudo de impacto ambiental e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, devidamente aprovado, na forma da lei". (g.n.)

Neste sentido, veja-se a jurisprudência do próprio TRF da 1ª Região abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL PARA LICENCIAMENTO DE OBRA EM ZONA COSTEIRA.

1. A autoridade administrativa não pode prescindir da elaboração do próprio Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e da apresentação de seu respectivo relatório (RIMA) aprovado pelo órgão competente para o licenciamento de obra em zona costeira, limitando-se, apenas, em parcerias de sete técnicos, que não têm o domínio e a complexidade do EIA-RIMA.

2. Em se tratando de obra em zona costeira, a lei prescreve a existência da possibilidade de dano ao meio ambiente e exige o respectivo estudo de impacto ambiental.

3. Agravo de instrumento ao qual se dá parcial provimento.

(TRF - PRIMEIRA REGIÃO - AG - AGRAVO DE INSTRUMENTO - 01000108012 - Protocolo: 200201000108012 UF: BA Órgão Julgador: SEXTA TURMA - Data da decisão: 03/04/2003 - Fonte DJ DATA: 19/05/2003 PAGINA: 216 - Relator(s): DESEMBARGADORA FEDERAL MARIA ISABEL GALLOTTI RODRIGUES) (g.n.)

Outrossim, o Decreto n. 750/93 trouxe mais um caso de exigência de EIA/RIMA, ao dispor que *"excepcionalmente, a supressão de vegetação primária ou em estágio avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, poderá ser autorizada, mediante decisão movida do órgão estadual competente, com anuência prévia do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, informando-se ao Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, quando necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social, mediante aprovação de estudo e relatório de impacto ambiental"* (art. 1º, parágrafo único) (g.n.).

Destarte, percebe-se a existência de vários diplomas legais exigindo EIA/RIMA previamente à instalação de atividades e obras, diplomas esses aplicáveis ao caso em estudo. Todavia o réu CRA, descuidando-se de seu dever legal de proteção do meio ambiente, permitiu a implantação do empreendimento da ré Harmattan (esta auxiliada pela ré Construtora NM) sem exigir o estudo prévio de Impacto ambiental, numa clara afronta à lei.

B) Da nulidade do decreto municipal de Itacaré de n. 478/2004

Ainda em consonância com o que consta dos autos, o próprio CRA emitiu relatório de fiscalização em que foi constatado que *"parte do projeto encontra-se em áreas de preservação permanente: topo de morro, área de declividade acentuada, margens de curso d'água, etc, além de não atender na íntegra o zoneamento da APA"*. Tais informações foram confirmadas quando da realização da vistoria pelo IBAMA, valendo novamente citar algumas das modificações ambientais: supressão da vegetação natural de mata atlântica; supressão de cobertura florestal da mata atlântica, em áreas com declividade compreendida entre 25º a 45º; ocupação de áreas localizadas sobre topos de morros; corte e aterro de terrenos localizados sobre encostas de morro; interferências e poluição com argila em áreas alagadas (ecossistemas associados ao manguezal), realização de picada sobre as faixas marginais de curso d'água etc.

Ocorre que a vegetação de tais áreas é considerada de preservação permanente pelo art. 2º, da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal):

"Art. 2º Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima será:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4 - de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

IV – DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requerem o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual:

- a) a concessão da liminar, nos termos acima explicitados;
- b) a citação dos réus, nos endereços mencionados, para, querendo, contestarem a presente ação;
- c) seja julgado procedente o pedido para que, após a confirmação da liminar:
 - c.1) seja declarada a nulidade das licenças e autorizações ambientais emitidas pelo CRA e pelo Estado da Bahia (através do CEPRAM e da SFC), bem como do decreto n. 478/2004 do Município de Itacaré em relação ao empreendimento Warapuru;
 - c.2) a condenação das empresas Harmattan e Construtora NM Ltda. em obrigação de não fazer, consistente em não dar início ou continuidade, quer diretamente ou por meio de prepostos, ao empreendimento hoteleiro Warapuru no Município de Itacaré, antes da obtenção, caso possível, das devidas licenças ambientais junto ao IBAMA, mediante apresentação de Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental;
 - c.3) a condenação do IBAMA em obrigação de fazer, consistente em revisar e analisar o licenciamento ambiental referente ao empreendimento turístico hoteleiro Warapuru, de responsabilidade da ré Harmattan, desde que todos os dados e estudos ambientais sejam apresentados pelo empreendedor, inclusive e principalmente o Estudo Prévio de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental, concedendo posteriormente as licenças ambientais, se cabíveis;
 - c.4) a condenação do CRA e do Estado da Bahia em obrigação de não fazer, consistente em abster-se de emitir e/ou renovar quaisquer licenças ambientais referentes ao empreendimento em questão;
 - c.5) a condenação dos demandados, dentro do grau de responsabilidade de cada um, em obrigação de fazer, consistente na apresentação e execução de um PRAD – Projeto de Recuperação de Área Degradada, a ser submetido à análise e aprovação desse MM. Juízo Federal, depois de ouvidos o Ministério Público Federal e o IBAMA, em relação aos danos ambientais já causados;
 - c.6) a condenação dos demandados, também dentro do grau de responsabilidade de cada um, ao pagamento de indenização em dinheiro pelos danos ambientais que não possam ser reparados, em favor do "Fundo de Reconstituição dos Bens

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ILHÉUS/BA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA
BAHIA
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITACARÉ/BA

Lesados", de que trata o art. 13, da Lei Nº. 7.347/85, regulamentado pelo Decreto Presidencial No. 1.306, de 09 de novembro de 1994;

c.7) a condenação dos demandados em obrigação de fazer, consistente no patrocínio, em jornal de divulgação regional, da publicação da sentença condenatória;

c.8) a condenação, em caso de descumprimento das obrigações contidas no provimento final, com fulcro no art. 11, da Lei no. 7.347/85, em multa a ser fixada pelo prudente arbítrio desse MM. Juízo Federal.

d) a condenação dos réus ao pagamento das custas processuais e do ônus da sucumbência.

Protesta-se, derradeiramente, pela produção de todo o gênero de provas admitidas em direito, especialmente a testemunhal, a pericial e inspeção judicial, que desde já se requer.

Dê-se à causa o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

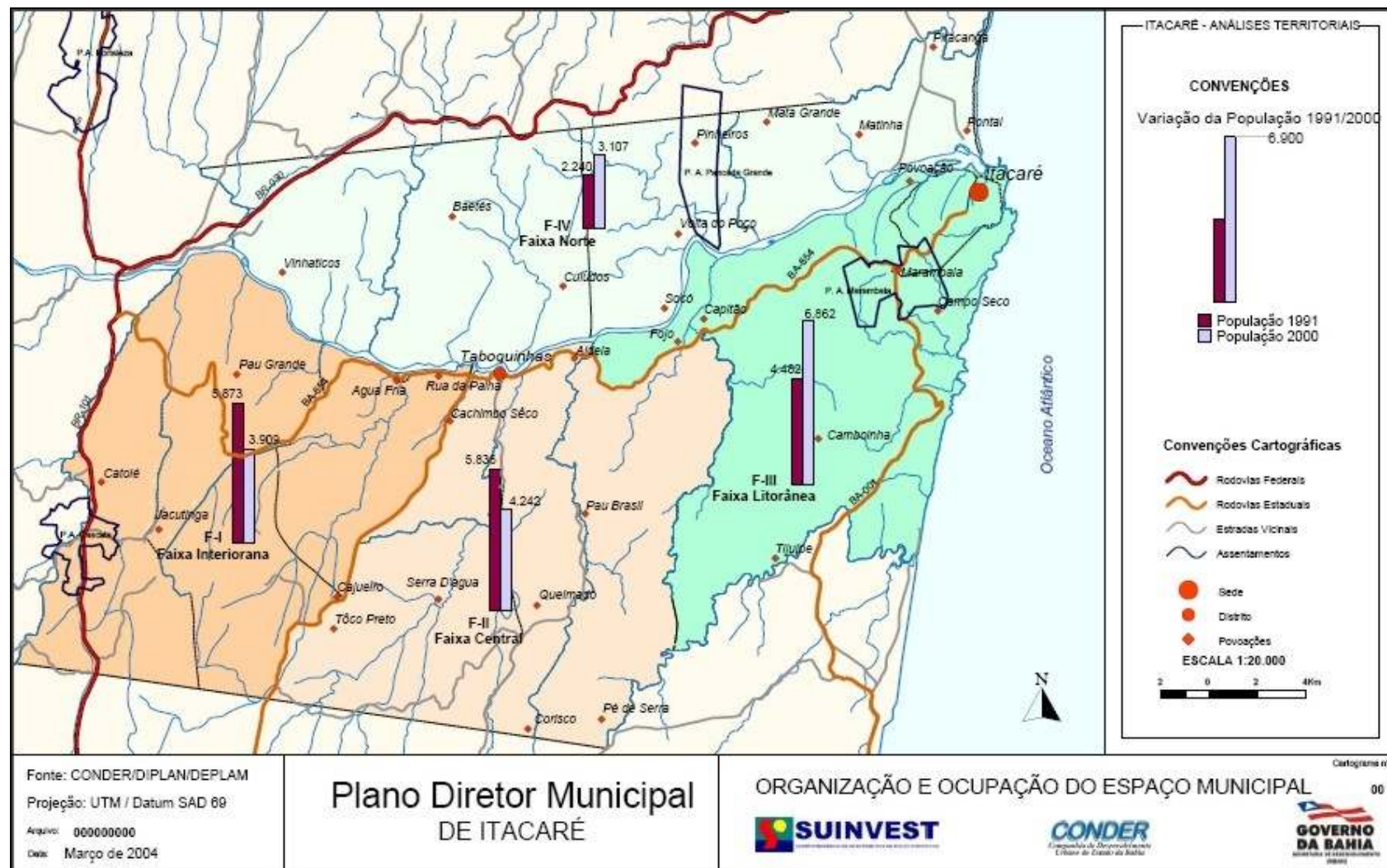
Pedem e esperam deferimento.

Ilhéus/BA, 03 de agosto de 2006.

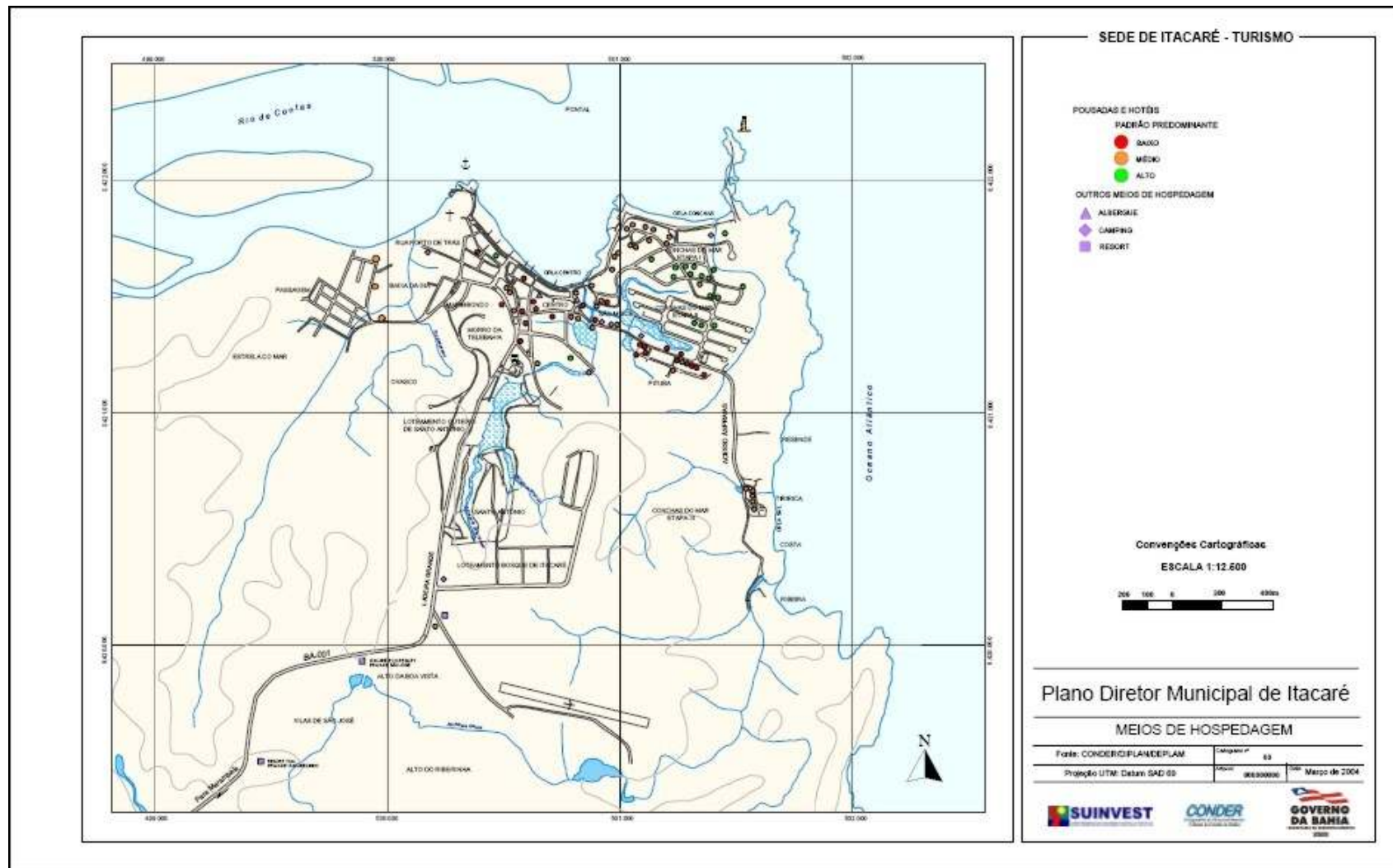
FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA
Procuradora da República

CAROLINE FREIRE DE MORAES
Promotora de Justiça

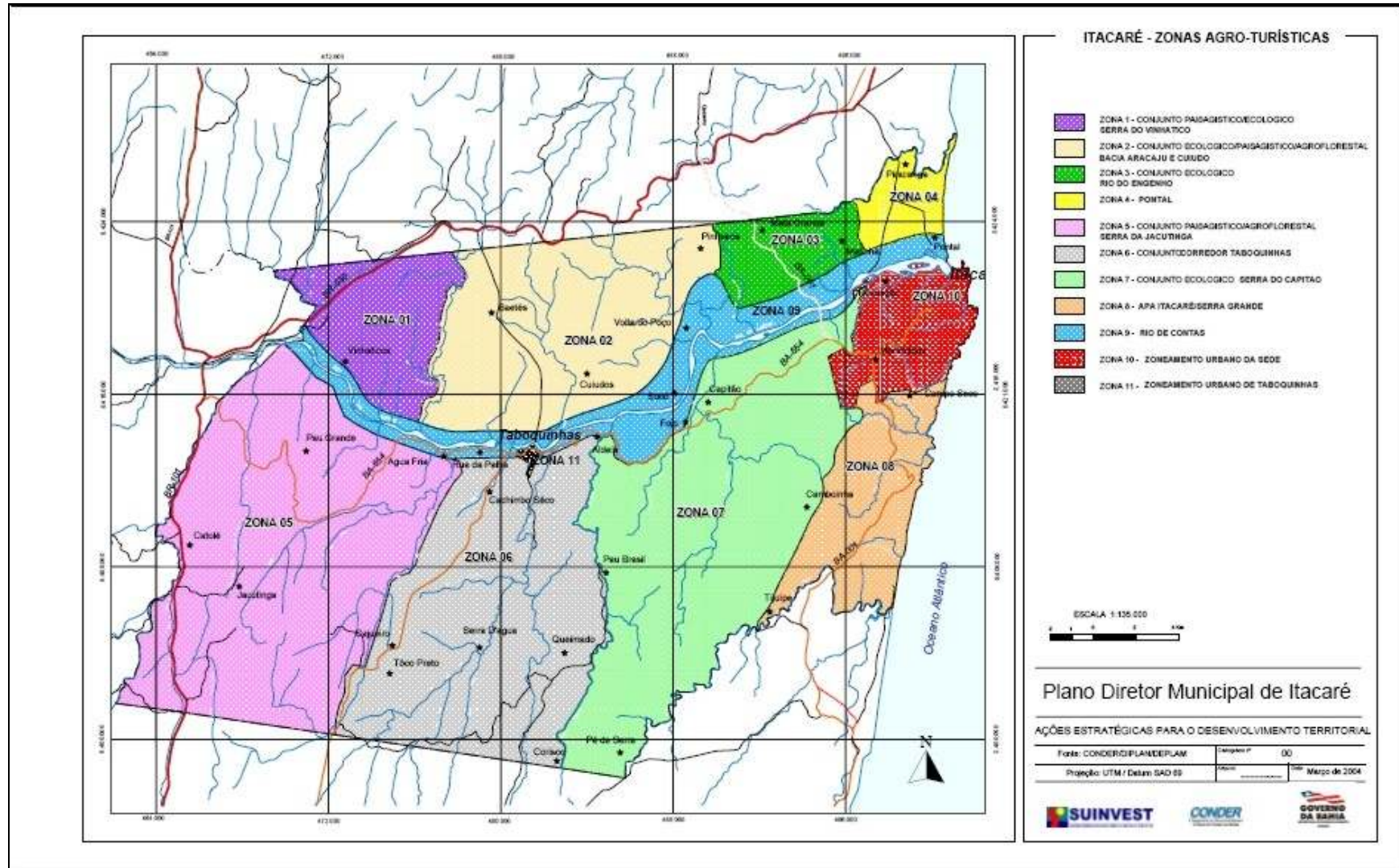
ANEXO E – MAPA DE AVALIAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ - BAHIA



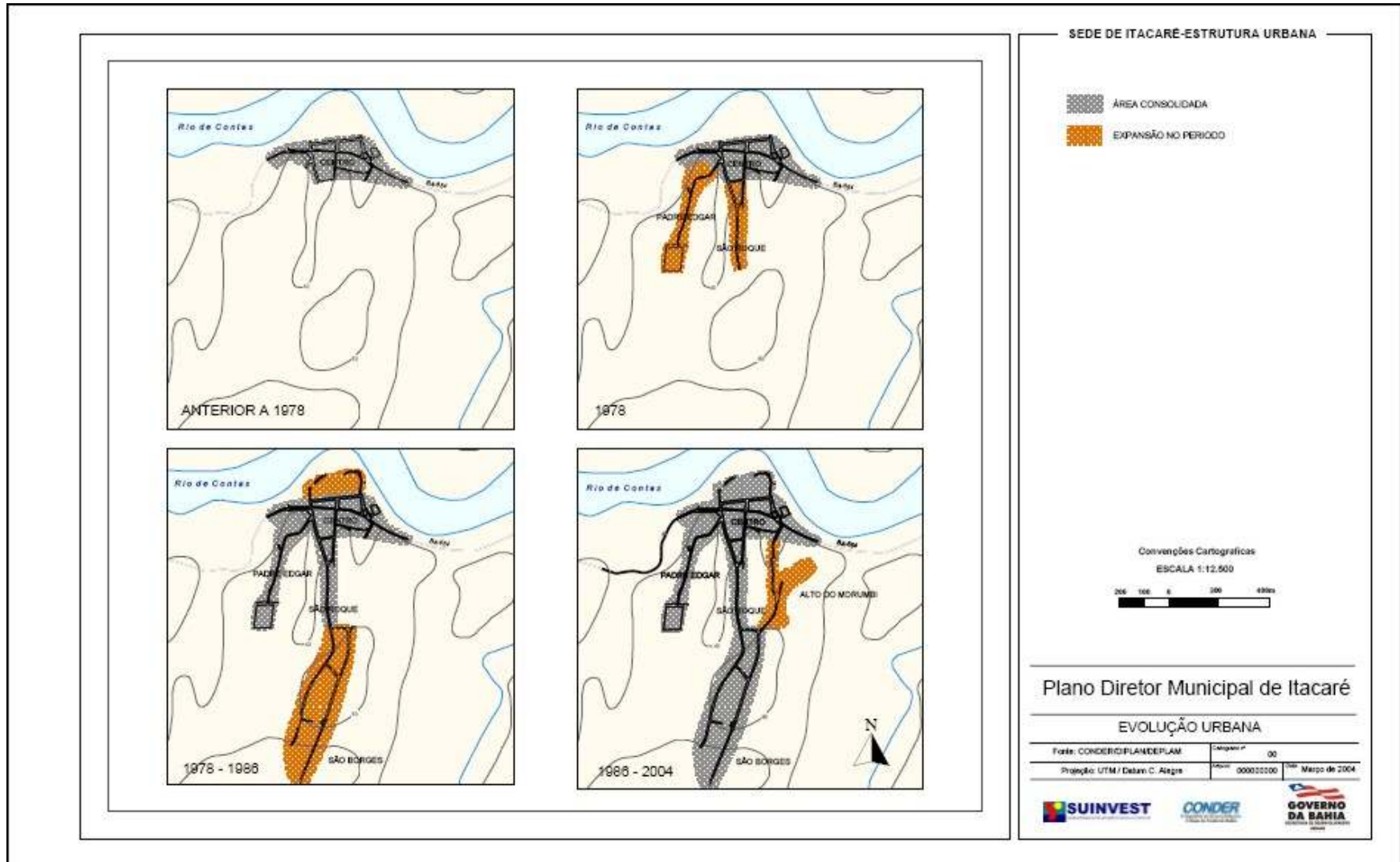
ANEXO F – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM NA SEDE DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ - BAHIA



ANEXO G – MAPA DE ZONEAMENTO AGRO-TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ - BAHIA



ANEXO H – MAPA DE ANÁLISE DA EVOLUÇÃO URBANA DO MUNICÍPIO DE ITACARÉ - BAHIA



Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)